02

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITABORAÍ**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal n. 8.625/93 e art. 34, VI da Lei Complementar Estadual n. 106/03, com fulcro na Lei Federal n. 7.347/85, na Resolução CNMP nº 174/17 e na Resolução GPGJ nº 2.227/2018 **RESOLVE** promover a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma que segue.

MPRJ nº: 2020.00174172	**Portaria nº: 46/2020**	**Prazo: 01 (um) ano**

Atribuição: Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

Assunto/Ementa (Código: 10110): Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia nº IN021727 e de Instalação nº IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV: A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a *"(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado".*

Origem: Ação Civil Pública nº 0009859-39.2018.8.19.0023.

Reclamante(s): De ofício.

Reclamado(s): PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro.

Observação: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO TAC II COMPERJ.

Para tanto, **determina-se.**

1. Registre-se e autue-se (art. 15 c/c 70, I e art. 16, § 1º, Resol. GPGJ 2.227/18);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º, Resol. GPGJ/CGMP 02/2010);
3. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, §1º, I, Resol. 2.227/18);
4. Dê-se cumprimento às diligências determinadas no **relatório inicial de investigação.**

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ (CEP:24.800-113)
Tel. 2645-6950

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 46/2020

Trata-se de procedimento administrativo tendente a acompanhar e fiscalizar o cumprimento de obrigação constante nos itens 4, 4.1.1 e 4.2, da cláusula quinta, do TAC II COMPERJ.

O MPRJ, por meio desta Promotoria, ajuizou as ações civis públicas nº 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023 em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental e seus impactos dos seguintes empreendimentos do COMPERJ, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil n.º 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010);

As citadas ACP´s foram ajuizadas com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis nº 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), nº 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), nº 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), n.º 16/2012 (MPRJ n.º 2012.00126195) e nº 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

Após o ajuizamento das citadas ACP´s, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos citados processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Desde então, foram realizadas constantes reuniões sobre o assunto (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

Em 09/08/19, foi celebrado o TAC I COMPERJ que, em síntese, teve por objeto tratar da integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e algumas questões pontuais, sobretudo relacionadas à restauração florestal, das demais ACP´s. De agosto/2019 até fevereiro/2020, as partes dos citados processos construíram o TAC II COMPERJ que tem por objeto todos os pedidos remanescentes das ACP´s 0009869-

83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023.

Finalmente, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo submetido à homologação pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí.

O citado TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Sem prejuízo da atuação dos demais legitimados, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme promoção em anexo.

Assim, **o presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta, do termo de ajustamento de conduta** pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023, que possuem a seguinte redação:

> ***"CLÁUSULA QUINTA:** (...) 4) No que concerne às Licenças Prévia nº IN021727 e de Instalação nº IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV".*
> *"(...) 4.1.1 e 4.2) Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado".*

A Constituição da República dispõe que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, sendo certo que *"para assegurar a*

efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade", nos termos do que dispõe o art. 225, *caput* e § 1º, inciso IV, da CRFB.

O art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 estabelece que "*O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado*".

De acordo com o disposto no art. 32, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, "*O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado judicialmente*".

Como se sabe, é objetivo institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais, do meio ambiente e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, *caput*, CRFB/88), sendo que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, III, da Constituição da República.

Os arts. 127 e 129, III da CRFB/88, o art. 173, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e o art. 82, inciso I da Lei nº. 8.078/90, dentre outros, estabelecem que constitui função precípua do Ministério Público a salvaguarda dos valores aqui mencionados.

Pelo exposto, **RESOLVE** o Promotor de Justiça que a esta subscreve, instaurar o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** em anexo, com a finalidade de obter informações sobre o efetivo cumprimento dos itens antes especificados do termo de ajustamento de conduta celebrado – TAC II COMPERJ.

Após, **autuada, registrada e publicada** a portaria em anexo, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

I. **Autuar o presente**, com cópia do termo de ajustamento de conduta celebrado no bojo da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (TAC II COMPERJ), bem como da sentença judicial que o homologou, e da promoção em anexo;

II. **Oficiar à PETROBRAS,** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza,

qual seja, de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

III. Com a chegada da resposta ao item anterior, caso a PETROBRAS informe que atendeu à obrigação (encaminhando a documentação necessária), **oficie-se ao INEA/SEAS**, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II;

IV. Com chegada da resposta ao item II, caso a PETROBRAS informe que atendeu à obrigação (encaminhando a documentação – 90 dias) **remeter o feito ao GATE, via SEI**, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental;

V. **Oficiar ao Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e Instituto Estadual do Ambiente (INEA)** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias mais 90 dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

VI. **Remeter ao CAO Ambiente** cópia da presente Portaria, em cumprimento ao determinado pelo artigo 80, da Resolução GPGJ nº 2227/2018.

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

05

Ref.: Ação Civil Pública nº 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário)
Ação Civil Pública nº 9897-51.2018.8.19.0023 (Dutos e Terminais)
Ação Civil Pública nº 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB)
Ação Civil Pública nº 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão)

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

MPRJ3SP2TCOITB 202000174172 190220 08:38:14

I- DAS PARTES

1) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ, CEP 24800-113, telefone (21) 2645-6950, e-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br, doravante denominado de **MPRJ,** como compromitente;

2) ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.600/0001-71, pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 – Saúde, Rio de Janeiro – RJ, 20081-312, na pessoa do Secretário ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO, doravante denominado **ERJ**, como compromitente em relação à PETROBRAS e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela, nº 110, Saúde, no Rio de Janeiro, por seu Presidente CARLOS HENRIQUE VAZ NETTO, doravante denominado **INEA,** como compromitente em relação à PETROBRAS e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, n.º 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelos seus Gerentes Gerais ALESSANDRO DE CASTRO MELO e DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER

Fl. 06

com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS,** como compromissário;

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre MPRJ, PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO em 09/08/2019, no âmbito da Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023 (e alguns pedidos relativos às ACPs *supra* referenciadas), e homologado judicialmente, equacionando as maiores pendências ambientais, sociais e econômicas relativas ao empreendimento Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ e seu respectivo licenciamento ambiental, em especial sobre a Unidade Petroquímica Básica – UPB; Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí; Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS; reforço hídrico, e ainda a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias;

CONSIDERANDO o acórdão prolatado pela Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, que, em sede de apelação, no dia 05/06/2019, julgou procedente o pedido do Ministério Público Federal para deslocar a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

CONSIDERANDO que, nos autos da ação nº 2013.02.01.006894-8 (CNJ 0000503-53.2008.4.02.5107), perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ficou decidida a *"...suspensão dos efeitos da sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 0000503-53.2008.4.02.5107 (2008.51.07.000503-2), **até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgar recurso de apelação se interposto";***

CONSIDERANDO que, em razão da controvérsia judicial quanto à competência, o IBAMA realizou a delegação cautelar do licenciamento ambiental do COMPERJ para o INEA, na forma do art. 1º, § 2º, da IN 8/2019, e dos arts. 4º, inciso V, e 5º, ambos da Lei Complementar nº 140/2011;

CONSIDERANDO que foram ajuizadas as Ações Civis Públicas nº **0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023,**

0009897-51.2018.8.19.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, todas no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil n.° 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010);

CONSIDERANDO que as citadas ACPs foram ajuizadas com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis n° 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), n° 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), n° 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), n.° 16/2012 (MPRJ n.° 2012.00126195), n° 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

CONSIDERANDO que a monetização integral, via Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF, de todas as obrigações relativas à revegetação e florestamento constaram do TAC anterior (firmado em 09/08/2019 e acima referido), relativo a todos os empreendimentos do COMPERJ e à quitação do pedido 10 das ACPs acimas referidas;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DO EMISSÁRIO

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública n° 0009884-52.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental do Emissário Submarino e Terrestre do COMPERJ, responsável pelo tratamento e transporte de efluentes líquidos industriais gerados no COMPERJ, em Itaboraí, desembocando na costa de Itaipuaçu (Maricá) e, para tal, possui um traçado em trecho terrestre e outro em trecho submarino;

CONSIDERANDO que o empreendimento do Emissário Submarino e Terrestre do COMPERJ, licenciado por meio do processo n° E- 07/203.855/2008, recebeu Licença Prévia – LP IN020510, em 17/08/2012, aprovando a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do empreendimento;

CONSIDERANDO que o INEA concedeu, em 04/07/2013, a Licença de Instalação – LI IN023703 para obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário

para escoamento de efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá;

CONSIDERANDO a Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025658, concedida em 19/12/2013, que aprova a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã;

CONSIDERANDO que o detalhamento dos programas propostos no EIA/RIMA foram apresentados no Projeto Básico Ambiental – PBA, protocolado no INEA quando do pedido de LI;

CONSIDERANDO que o empreendimento, na sua porção terrestre, encontra-se com sua implantação efetivada em parte, sendo que as obras foram retomadas nos trechos restantes no segundo semestre de 2019;

CONSIDERANDO que a porção costeira e marinha do empreendimento se encontra totalmente implantada;

CONSIDERANDO que, em relação à condicionante 4.2 da LP IN020510, foi acordado em TAC anterior, que a PETROBRAS apresentará, em 120 dias contados da homologação daquele TAC, comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes, em decorrência do redimensionamento para menor do COMPERJ, o qual comprovará que o tratamento primário existente será suficiente para que a qualidade do efluente tratado na primeira fase (UPGN) esteja compatível com os valores determinados na condicionante nº 4.2 da LP IN020510;

CONSIDERANDO que o projeto de paisagismo não é um documento à parte, mas sim um enfoque previsto no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD (Item 2.7.8 do PBA do Emissário), protocolado no INEA por ocasião do pedido de LI e que apresenta todas as medidas de revegetação e revestimento vegetal da faixa, como, por exemplo, o elevamento com placas de grama e/ou leguminosas em mudas, que visa desenvolver ações que busquem a recuperação de áreas degradadas, decorrentes das obras de implantação do empreendimento, bem como a integração estético-ecológica de áreas relevantes com seu entorno;

CONSIDERANDO que não cabe à PETROBRAS, na qualidade de titular de servidão administrativa, averbar a Reserva Legal, contudo ela se obriga a informar ao proprietário

ou possuidor do imóvel que proceda à sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR;

CONSIDERANDO que nas situações em que a constituição da faixa de servidão importar na desapropriação do imóvel, a PETROBRAS será responsável pela obrigação de averbar a reserva legal;

CONSIDERANDO que o pedido 4.2.5 cita a condicionante 36 da LI IN023703, quando na realidade seu conteúdo diz respeito à condicionante 36 da Licença Ambiental Simplificada – LAS IN025658;

CONSIDERANDO que o Ofício PMM/GP nº 0158/2012, da Prefeitura Municipal de Maricá, foi revogado pelo Ofício PMM/GP nº 0433/2014, o qual declara que as compensações socioambientais ao referido município decorrentes do processo de licenciamento ambiental do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ encontram-se atendidas pela PETROBRAS;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DO SISTEMA DE DUTOS

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009897-51.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ, que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, e servirá para o transporte e armazenamento de produtos líquidos entre o COMPERJ e o Terminal de Campos Elíseos – TECAM, além do gasoduto que interligará o sistema de gasodutos Cabiúnas – REDUC (GASDUC), com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

CONSIDERANDO que a medida compensatória de reposição florestal relativa à implantação do Sistema Dutoviário foi prevista no TCRF celebrado em decorrência de TAC anterior;

CONSIDERANDO que, conforme informado na Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0001/2013, protocolada no INEA em 08/01/2013, a PETROBRAS apresentou o entendimento, com base em instrumento legal, de que não cabe à Companhia, na qualidade de titular de servidão, a averbação da Reserva Legal, mas sim ao proprietário ou possuidor do imóvel ainda não negociado, realizar Cadastro Ambiental Rural – CAR;

Fl. 08

CONSIDERANDO que, nas situações em que a constituição da faixa de servidão importar na desapropriação do imóvel, a PETROBRAS será responsável pela obrigação de averbar a reserva legal;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DA UPGN E ULUB

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009869-83.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento UPGN e ULUB do COMPERJ, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 01/2013 (MPRJ 2013.00014040);

CONSIDERANDO a atualização do escopo da UPGN, apresentada ao INEA em 17/07/2017 por meio da carta PRGE/SGP/LA 0093/2017, que informa que o empreendimento denominado ULUB não será mais realizado;

CONSIDERANDO que, para a partida da UPGN, é necessário o funcionamento de parte das Utilidades constantes na LI Nº IN001540 da UPB do COMPERJ, o que ensejou a solicitação de migração destas instalações para o escopo da UPGN quando do pedido de renovação da LI Nº IN025099, em 20/06/2018;

CONSIDERANDO que já existe obrigação no TAC anteriormente celebrado (itens 5.2.1 e 5.10) para cumprimento das condicionantes 6.11 e 6.14 da Licença Prévia IN023530;

CONSIDERANDO que, em vista da reavaliação do Projeto COMPERJ, a implantação da ULUB foi cancelada, tendo sido solicitada a baixa de seu processo de licenciamento junto ao INEA em 12/12/2018, por meio da carta SMS/LARE 0006/2018;

CONSIDERANDO que o Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos é reportado através dos relatórios trimestrais do Programa de Gestão Ambiental – PGA do COMPERJ e que as atividades do referido plano se referem às áreas do imóvel do COMPERJ em sua totalidade, ainda que as obra da UPGN estejam concentradas no Platô 10 (localização dentro do COMPERJ);

CONSIDERANDO que as atividades de Controle de Erosão foram temporariamente paralisadas em 2016, conforme notificação do INEA (CILAMRVT 1612/16), e que foram retomadas em maio de 2018, sendo comunicada pela PETROBRAS através da Carta PRGE-SGP-LA 092/2018;

CONSIDERANDO que a contratada responsável pela manutenção e prevenção de assoreamento dos taludes iniciou suas atividades em setembro de 2018 e que segue atualmente seu cronograma de atividades, atendendo toda as áreas do COMPERJ, incluindo as da UPGN;

CONSIDERANDO que a atualização/revisão do Plano de Gerenciamento de Riscos (com incremento do Plano de Atendimento às Emergências) já foi contemplada nos itens 5.2.1 e 5.10 do TAC 1, homologado em 13/08/2019, e que estes itens cumprirão o cronograma mencionado no mesmo Termo;

CONSIDERANDO que a solicitação de apresentação do projeto e esclarecimentos sobre o Tratamento de Efluentes Líquidos e Industriais do COMPERJ (condicionante 17 da LI da UPB IN001540) já foi contemplada no itenm 5.2.3 do TAC 1, homologado em 13/08/2019, e que este item cumprirá o cronograma mencionado, sendo certo que este atendimento abrange também as unidades da UPGN;

CONSIDERANDO que, com relação ao Sistema de Combate a Incêndio, vigora, no momento, o Plano de Combate à Emergência que atende todo o COMPERJ e que atenderá, em caso de necessidade, a área de implementação das obras da UPGN até que as estruturas estejam concluídas e possam ter sua operação iniciada, quando será então feito Plano de Combate de Emergência específico da UPGN;

CONSIDERANDO que as demais obrigações da condicionante 17 da LI Nº IN025099 (sistema de válvulas para controle da pressão, sistema de malha de controle com redundância de instrumentação crítica, sistema de combate a incêndio, etc.) se encontram na fase de projeto executivo, ou seja, estão contempladas no contrato de implantação com a empresa Kerui Metodo, cujo cronograma prevê a finalização da construção das estruturas para operação da Unidade

CONSIDERANDO que o sistema de tocha (flare) se encontra em implantação e que será concluído de acordo com o cronograma de avanço físico da obra;

CONSIDERANDO o novo Estudo de Dispersão Atmosférica – EDA da UPGN, realizado em agosto de 2019 e protocolado no INEA, considerando a atual legislação aplicável (CONAMA 491/2018) e os escopos atualizados do Trem 1 do COMPERJ e da UPGN;

CONSIDERANDO o Plano de Monitoramento de Qualidade do Ar, em andamento no imóvel do COMPERJ, contemplando a UPGN, conforme item 5.11.2 do TAC do COMPERJ firmado em 09/08/2019;

CONSIDERANDO que a Petrobras faz a gestão de gases de efeito estufa levando em consideração todo o sistema de produção, desde as plataformas até as unidades industriais; que tem como premissa de projeto a mitigação de CO_2 nas plataformas de produção; e de que o projeto da UPGN já foi concebido de forma otimizada, o Plano de Mitigação de Gases de Efeito Estufa consolidará as medidas já realizadas para abatimento do gás carbônico na fonte, bem como os valores de redução envolvidos.

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DAS LT DE 345KV

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009859-39.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento Linhas de Transmissão – LTs 345 KV, do COMPERJ, que consiste na implantação de duas novas linhas de transmissão de energia elétrica 345 KV para atender ao crescimento da demanda de energia pela implantação do COMPERJ que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 102/2011 (MPRJ 2010.00590749);

CONSIDERANDO que o desvio das LTs de 345kV compreende apenas uma pequena área, e que o restante do traçado foi mantido na mesma faixa de servidão, objeto do EIA;

CONSIDERANDO, ainda em relação as LTs de 345 KV, que a adequação do traçado ocorreu por questões técnicas e para atender à solicitação do responsável por uma das propriedades afetadas;

CONSIDERANDO que o Diagnóstico Ambiental concluiu que, se comparado ao traçado original, não se observam alterações expressivas relacionadas aos diagnósticos dos meios físico e biótico referentes à área diretamente afetada pela adequação do traçado das LT de 345 kV do COMPERJ e que a área afetada já foi profundamente modificada por ações antrópicas;

CONSIDERANDO a adequação do traçado das LTs realizada na Alternativa 1 do EIA/RIMA (que demonstra que a mudança não importou em impactos adicionais significativos que comprometam a viabilidade ambiental do projeto;

CONSIDERANDO que a faixa das LTs de 345kV, que se estende por 39 (trinta e nove) propriedades, encontra-se desimpedida, com os seguintes andamentos: (i) em 30 (trinta) propriedades, as negociações foram concluídas amigavelmente com a celebração das escrituras de constituição de servidão e as consequentes quitações dos valores indenizáveis; e (ii) em 9 (nove) propriedades, não houve consenso acerca do valor indenizável, e, por isso, foram intentadas ações judiciais, nas quais já restaram deferidas as respectivas imissões na posse;

CONSIDERANDO que o estudo específico para avaliação dos impactos ambientais, mensurando todas as interações dos meios físico e biótico referentes à adequação do traçado das LTs de 345 KV, foi realizado por empresa especializada, que atendeu à legislação pertinente e às solicitações do órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que a Licença de Instalação – LI Nº IN024123 de 2013 exigiu, em sua condicionante nº 13, como medida compensatória pela supressão de vegetação de 1,47 ha, "*Recuperar 1,5 hectares como compensação das áreas que sofrerão supressão de vegetação nativa, que devem ser preferencialmente na mesma microbacia hidrográfica*", já compensado no âmbito do TCRF firmado em decorrência do cumprimento de obrigação no TAC do COMPERJ firmado em 09/08/2019;

CONSIDERANDO que, em atendimento à Notificação CEAMNOT/01091970, em 13/07/2018 foi protocolada a última versão de novo Inventário Florestal em função da relocação de um pequeno trecho da LT 345KV, mantendo a mesma faixa de servidão objeto de estudo do EIA da LT de 345 KV, denominado nos estudos de Traçado 1;

CONSIDERANDO que, em 18/07/2019, o INEA notificou a PETROBRAS para que se manifestasse sobre a opção de medida compensatória pela supressão de vegetação adicional 0,4 hectares e 4,13 de interferência em APP, cujo cálculo de reposição resultou em uma compensação de 24,19 hectares (o que corresponde ao precisa ser resposto), já foi assinado o TCRF 02/2019, em 16/08/2019, no valor de R$ R$ 1.929.503,74

FUNDAMENTOS FINAIS GERAIS

CONSIDERANDO o aumento de recolhimento de royalties e participações especiais para a União, Estados e Municípios, decorrente da partida da UPGN em 2021 e do crescimento econômico associado à operação do empreendimento COMPERJ, em especial para o estado do Rio de Janeiro;

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 10
RJ

CONSIDERANDO que a SEAS e o INEA são os órgãos ambientais legalmente competentes do Estado do Rio de Janeiro para licenciamento e fiscalização do COMPERJ;

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento das presentes ACPs, o MPRJ oficiou à PETROBRAS que, em resposta, manifestou seu interesse em celebrar TAC, razão pela qual o MPRJ pleiteou ao juízo a suspensão do feito;

CONSIDERANDO que, a partir de então, foram realizadas diversas reuniões entre MPRJ, PETROBRAS, SEAS e INEA, que culminaram na celebração do presente TAC que ora é submetido à homologação do Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1° c/c art. 5°, parágrafo 6°, da Lei Federal n° 7.347/85;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida"*, entendido esse como o *"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"* (art. 225, *caput*, da CF/88 e art. 3°, I, da Lei n° 6.938/81);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os arts. 1°, inciso I, 2°, *caput*, 3°, 4° e 5°, inciso I e § 6°, todos da Lei Federal n° 7.347/85, dispõem que:

> *Art. 1° Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as* ***ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:*** *(Redação dada pela Lei n° 8.884, de 11.6.1994)*
> ***I – ao meio-ambiente;***
> *(...)*
> *Art. 2° As ações previstas nesta Lei serão* ***propostas no foro do local onde ocorrer o dano****, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.*
> *(...)*
> *Art. 3° A ação civil poderá ter* ***por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.***

> *Art. 4º **Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)*
> *Art. 5º **Têm legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
>
> ***I – o Ministério Público**; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
> *(...)*
> *§ 6º – Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados **compromisso de ajustamento de sua conduta** às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*

CONSIDERANDO que o MPRJ é, segundo disposições das Leis nºs 7.347/85, arts. 1º e 5º, e 8.078/90, arts. 81, 82 e 91, legitimado à propositura de ACP e celebração de TAC para a defesa coletiva dos direitos e interesses metaindividuais, entre eles os relativos à proteção do Meio Ambiente;

RESOLVEM, com fundamento no disposto no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85, celebrar TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA para pôr fim às ACPs nº 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino); nº 9897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ); nº 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e nº 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), mediante as cláusulas abaixo indicadas.

III- DAS DISPOSIÇÕES

DO OBJETO DO TAC

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo TAC, as partes acordam sobre a integralidade dos pedidos remanescentes (que não foram incluídos no TAC celebrado na ACP nº 0009919-12.2018.819.0023) feitos nas ACPs de números 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), havendo o ajustamento de conduta relativo às obrigações que a Compromissária Petrobras não cumpriu ainda ou são, por meio do presente TAC, alteradas.

Parágrafo Primeiro – O TAC visa pôr fim integral às citadas ACPs, após homologação por sentença judicial no bojo dos processos que tramitam perante o Juízo Estadual da Comarca de Itaboraí, fazendo coisa julgada material.

Parágrafo Segundo – As partes declaram estar cientes do julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Itaboraí/RJ, que deslocou a competência para o licenciamento ambiental do COMPERJ do INEA/SEAS para o IBAMA. Declaram, ainda, estar cientes de que foi concedida a suspensão de execução da sentença (processo nº 2013.02.01.006894-8), em razão de pedido feito pelo ERJ, com efeitos até o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que julgou os recursos de apelação. Finalmente, as partes declaram estar de acordo de que o TAC não trará prejuízo para a coletividade, notadamente para o meio ambiente, nem inviabilizará ao MPF e ao IBAMA o exercício de suas atribuições legais, na medida em que, caso haja o deslocamento superveniente da competência do órgão ambiental para licenciar os empreendimentos em questão por força de eventual decisão judicial transitada em julgado, vigorarão as condicionantes impostas pelo INEA e as obrigações previstas neste TAC até que o IBAMA conceda nova licença com suas próprias condicionantes, além de restarem preservadas as licenças já exauridas. Assim, o MPF e/ou o IBAMA poderão, se assim entenderem conveniente, aderir total ou parcialmente aos termos deste TAC, inclusive fiscalizando seu cumprimento na hipótese de o ajuste ainda estar vigente, eis que o presente instrumento regulariza as pendências ambientais do empreendimento em relação aos fatos narrados na inicial, mantendo o IBAMA o seu poder de autotutela e resguardada ao MPF a sua atribuição/legitimidade de acompanhar e fiscalizar os licenciamentos ambientais;

Parágrafo Terceiro – As partes declaram que a celebração do TAC considera que o COMPERJ terá futuramente em operação apenas a UPGN e a Refinaria (Trem 1), não sendo consideradas as demais Unidades inicialmente previstas, tendo em vista o redimensionamento para menor do empreendimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO EMISSÁRIO TERRESTRE E SUBMARINO DO COMPERJ (PROCESSO Nº 0009884-52.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e ao Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item[1]:

4.1) No que concerne à Licença Prévia IN020510 (que aprova a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário do COMPERJ):

4.1.2) Em relação à condicionante 6 – Apresentar: i) cópia digitalizada do Plano Básico Ambiental - PBA protocolado no INEA, em CD; (ii) cópias digitalizadas dos Relatórios das campanhas realizadas, bem como da apresentação dos resultados das análises de qualidade da água superficial referentes ao emissário, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.1.3) Em relação à condicionante 9 – Apresentar estudo de composição prevista do afluente após a operação do novo escopo das Unidades de Processamento de Gás Natural, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC;

4.1.4) Em relação à condicionante 11 - Comprovar o atendimento por meio de cópia digitalizada de relatório consolidado com as ações de comunicação e relacionamento executadas durante as obras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

4.1.5) Em relação à condicionante 13 – Apresentar cópia digitalizada do Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão, item 2.6.5 do PBA, que substituiu o Programa de Apoio da População Realocada/Indenizada solicitado na

[1] Os números constantes nos itens abaixo (e nas demais cláusulas do presente TAC) seguem a mesma sequência numérica dos pedidos originários de cada ACP, a fim de facilitar a localização na petição inicial.

Fls. 12

condicionante da Licença Prévia, em CD, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2) No que concerne à Licença de Instalação IN023703 (relativa às obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário para escoamento dos efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá, com supressão de vegetação nativa em área de 3,87 ha):

4.2.3) Em relação à condicionante 29 – Apresentar cópia digitalizada (i) do relatório semestral com seis campanhas do plano de monitoramento marinho a ser iniciado 6 meses antes da operação do emissário; bem como (ii) apresentar estudos relativos à biota marinha (diagnóstico e avaliação dos impactos), considerando o emissário submarino com extensão de 2,0 e 4,0 km mais o difusor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2.4) Em relação à condicionante 32 – Apresentar "*as built*" do duto conforme implantado, com a apresentação de justificativa técnica para a forma como foi realizado, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC.

4.2.5) Em relação à Condicionante 36 da LAS IN 025668 –Considerando que a condicionante referia a observação do Ofício PMM/GP n° 0158/2012 da Prefeitura Municipal de Maricá, comprovar seu atendimento através do Ofício PMM/GP 0433/2014 dando por cumpridas as medidas através da apresentação do convênio celebrado entre a PETROBRAS e o Município de Maricá para a implantação de projeto de macrodrenagem, no valor de R$ 20 milhões, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC.

4.3) No que concerne à Licença Ambiental Simplificada – LAS N° IN025658 – na qual se aprovou a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã.

4.4) Comprovar o cumprimento da Notificação CEAMNOT/01057635 (Anexo 01 – vide fls. 830/835), mediante apresentação de: (i) relatório com descritivo e registro fotográfico das ações realizadas para solucionar o incidente ocorrido; (ii) laudo de análise realizado por laboratório credenciado pelo INEA com a caracterização do efluente contendo corante de cor azul que extravasou do reservatório; (iii) cópia dos

manifestos de resíduos, de forma a comprovar a destinação do efluente para local licenciado, tudo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da homologação do TAC.

4.5) Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC.

4.6/4.8/4.9) Apresentar plano e relatório com as ações de salvamento, resgate e monitoramento de fauna referentes à obra já realizada, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a homologação do TAC, bem como prosseguir com o monitoramento até a conclusão da obra, a partir de quando começará a fluir o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do relatório final.

4.10) Apresentar estudo sobre a nova modelagem do transporte da pluma dos efluentes, considerando os novos escopos da UPGN e do Trem 1 do COMPERJ, utilizando dados primários de profundidade (batimetria) e considerando a atual composição de efluentes a serem lançados pelo Emissário Terrestre e Submarino, no prazo de 500 (quinhentos) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO SISTEMA DE DUTOS E TERMINAIS DO COMPERJ (PROCESSO Nº 0009897-51.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA TERCEIRA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e ao Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item[2]:

A) No que concerne à Licença de Instalação nº IN024121 – Apresentar relatório de cumprimento de todas as condicionantes, em até 210 (duzentos e dez) dias contados da

[2] Os números constantes nos itens abaixo (e nas demais cláusulas do presente TAC) seguem a mesma sequência numérica dos pedidos originários de cada ACP, a fim de facilitar a localização do pleito inicial.

MINISTÉRIO PÚBLICO FLUMINENSE FL. 13

homologação do TAC, e atender, eventuais pendências no prazo determinado pelo órgão ambiental

B) No que concerne à Licença Prévia IN020511 - que aprova a concepção e localização do Sistema Dutoviário que se destinará ao transporte de produtos líquidos, petróleo e derivados entre o Complexo petroquímico do Rio de Janeiro e o Terminal de Campos Elíseos (TECAM/REDUC) e de gás natural desde o Ponto de Entrega em Guapimirim até o COMPERJ:

B.1) Em relação à Condicionante 5: (a) Apresentar parecer técnico NUSAM 01/13 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, com indicação dos métodos construtivos para travessias de rios que visam mitigar os impactos decorrentes da implantação dos dutos; **(b)** Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, apresentar as cartas com as comunicações relativas à execução das travessias dos rios Macacu, Guapiaçu, Guapimirim e Suruí, realizadas com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico simplificado do local de travessia e projeto de recuperação da área de preservação permanente – APP contendo cronograma com as datas precisas das interferências que estão em execução; **(c)** Apresentar a Autorização 034/2010 do ICMBio para a implantação dos dutos, incluindo válvulas de bloqueio em pontos estratégicos para evitar contaminação dos cursos d'água em casos de acidentes; e **(d)** Quanto ao Item 6 da Autorização nº 068/2011, apresentar o Plano de Manejo de Resíduos envolvendo todo o material resultante da limpeza da obra, bem como dos resíduos sólidos e efluentes líquidos, não permitindo que sejam dispostos diretamente nos cursos d'água sem que estejam compatíveis com a qualidade do corpo receptor. O prazo para cumprimento destas obrigações é de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do TAC.

B.2) Em relação à condicionante 6.1.1 – Apresentar relatórios de atendimento ao Plano de Controle de Erosão, que prevê minimizar ao máximo o carreamento de sólidos para os rios interceptados pelo empreendimento, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

B.3) Em relação à condicionante 6.1.2 – apresentar a Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0129/2012, protocolada pela PETROBRAS junto ao INEA, através da qual foram apresentadas justificativas para adoção de alternativas às tecnologias de execução dos projetos inicialmente definidos para travessias dos corpos d'água relacionadas no EIA,

priorizando a utilização de método de furo direcional e comprovar o cumprimento desta condicionante, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do TAC.

B.4) Em relação à condicionante 6.1.3 – (i) apresentar os Relatórios do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial e Sedimentos; **(ii)** dar continuidade ao monitoramento de dois pontos no rio Macacu, a montante do COMPERJ e a jusante da travessia, que é realizado em maré de sizígia vazante; e **(iii)** dar continuidade às coletas qualitativas do fitoplâncton e do zooplântcton a montante do COMPERJ, que deverão ser com redes de no máximo 10mm e 50 mm, respectivamente. O prazo para cumprimento destas obrigações é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC.

B.5) Apresentar o mapa com a localização dos poços de captação de água subterrânea nos municípios atravessados pelos dutos e que estejam cadastrados nos órgãos competentes, bem como a tabela de localização e os dados resumidos dos poços e piezômetros cadastrados na região de estudo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

B.6) Em relação à condicionante 13 – Apresentar, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC, o protocolo de registro no Cadastro Ambiental Rural – CAR de Reserva Legal dos imóveis rurais onde houve a desapropriação em favor da PETROBRAS;

C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:

C.1) Apresentar relatório de atendimento das condicionantes da LI IN024202 (Programa de Gestão Ambiental – PGA) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

C.2 / C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 – Apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado.

Fl. 14

C.3) Em relação à condicionante 7 – Observar as condicionantes de validade constantes da Autorização nº 068/2011, retificada em 08/04/2013, emitida pelo ICMBio, em especial:

a) Quanto ao Item 1 da Autorização nº 068/2011, comprovar que implantou, nos cursos d'água a montante da APA Guapimirim e ESEC Guanabara – Rio Macacu, Rio Guapiaçu, Rio Guapimirim e Rio Suruí –, técnicas de travessia de furo direcional ou aéreo (ponte) para mitigar os principais impactos decorrentes da implantação dos dutos. Para travessia do Rio roncador (Santo Aleixo) e Rio Iriri, poderá ser empregada a técnica convencional (cavalote), no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC.

b) Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC, que, quando do emprego da metodologia de travessia por ponte, observou as seguintes exigências: (i) A ponte não deve ser utilizada como via de acesso, de modo a não se constituir como infraestrutura viária, favorecendo a ocupação desordenada da região; (ii) A cabeceira da ponte deve se afastar ao máximo da margem do rio, não devendo ser construídos pilares no corpo d'água; (iii) Deve haver vão livre suficiente para não interromper o fluxo do rio nas ocasiões de enchentes (vazão máxima) e que não obstrua a passagem de embarcações sob a ponte. Além disso, comprovar que obteve autorização para implantação da ponte sobre o rio Guapimirim com pilares executados em suas margens.

c) Quanto ao Item 3 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, que, no caso de emprego da técnica do cavalote (convencional) para o rio Roncador e o rio Iriri, foram observadas as seguintes exigências: (i) Evitar a realização das travessias nos meses chuvosos da região – de novembro a março – ou, no mínimo, observar a interrupção da atividade durante os dias mais chuvosos; (ii) Instalar barreiras básicas nas margens e nos cursos d'água na superfície, bem como na secção transversal a jusante da intervenção, para contenção de sedimentos, de modo a evitar a dispersão do fluxo de material nos rios durante a execução da travessia dos dutos; (iii) Proceder ao monitoramento do curso d'água a jusante da área de intervenção, para identificação de áreas de assoreamento decorrentes das ações de execução da travessia dos dutos; (iv) No caso de ocorrência de assoreamento detectada nas ações de monitoramento, como forma de mitigação do impacto gerado, proceder à dragagem da área.

c.1) Com relação aos rios Macacu e Guapiaçu, apresentar relatório com comprovação do desassoreamento dos corpos hídricos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC e, caso seja verificada a necessidade de mais obras de desassoreamento, apresentar, no prazo sucessivo de mais 60 (sessenta) dias, cronograma de execução, cuja realização deverá ser previamente aprovado pelo INEA/SEAS por meio de autorização ou licença própria.

d) Quanto ao Item 4 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, que comunicou às UCs afetadas a data de travessia dos rios acima citados com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico do local de travessia e projeto de recuperação da APP, contendo cronograma com as datas precisas das interferências.

e) Quanto ao Item 5 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, o cumprimento da obrigação de implantar 3 (três) áreas de estação de válvulas de bloqueio a montante da APA Guapimirim para a proteção das bacias dos rios Macacu, Guapiaçú, Santo Aleixo (Roncador), Iriri e Suruí, a fim de evitar a contaminação dos cursos d'água em caso de acidentes.

C.5) Em relação à condicionante 24 – apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, os relatórios do Programa de Gestão Ambiental, evidenciando o cumprimento dos programas apresentados no PBA de acordo com os critérios e cronogramas preestabelecidos até o requerimento da licença de operação.

C.6) Em relação à condicionante 26 – considerando que o empreendimento já foi implantado, apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, relatórios do Programa de Gestão Ambiental referentes às ações realizadas no âmbito dos programas de comunicação social e educação ambiental, bem como das atividades desenvolvidas com público interno e externo.

C.7) Em relação à condicionante 27 – apresentar o Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão buscando negociação coletiva dos bens patrimoniais com participação de instituições locais e planilha com todas as desapropriações realizadas, indicando quais foram consensuais e quais foram judicializadas, com os respectivos valores pagos, bem como as importâncias avaliadas

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
15
RJ

(para aqueles casos em que não houve consenso), no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

C.13/C.15) Em relação às Condicionante 42 e 44 – considerando que o empreendimento já foi instalado, apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, cópia digitalizada (em CD) dos relatórios das atividades referentes à supressão de vegetação.

D) Apresentar os Planos Básicos Ambientais exigidos nas Licenças de Instalação nº IN024121 e nº IN024061, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO UPGN – UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL (PROCESSO Nº 0009869-83.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.1) No que concerne à Licença Prévia IN023530 – aprova a concepção e localização de Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidades de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:

4.1.1 – Em relação à Condicionante 6.7 – apresentar: (i) cópia digitalizada, em CD, do Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos do COMPERJ reportado através dos relatórios trimestrais do PGA, visto que as atividades do plano se referem às áreas do imóvel do COMPERJ em sua totalidade e que as obras da UPGN estão concentradas no Platô 10; (ii) cópia digitalizada, em CD, do cronograma das atividades a serem realizadas pela contratada responsável pela manutenção dos taludes e prevenção de assoreamento dos mesmos, incluindo as áreas da UPGN, tudo no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

4.2) No que concerne à Licença de Instalação IN025099 – para a implantação das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:

4.2.1) Em relação à Condicionante 7 – apresentar, em CD, cópia digitalizada do novo Estudo de Dispersão Atmosférica, já realizado em agosto de 2019, com dados meteorológicos de superfície da estação meteorológica da Fazenda Macacu e dados meteorológicos de altitude do SODAR da Estação Marco Zero, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da validação do INEA.

4.2.2) Em relação à condicionante 17 – adotar as medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Risco apresentado, inclusive as referentes à instalação de sistema de válvulas para controle da pressão para alimentar as unidades e interligação do sistema de combate a incêndio da UPGN à rede de combate a incêndio do COMPERJ, até o requerimento da LO, contendo, pelo menos:

a) Adoção do programa de manutenção preventiva;

b) Implantação de sistema de malha de controle com redundância de instrumentação crítica;

c) Aplicação de técnicas de identificação de perigos para o processo, tais como HAZOP, SIL (Nível de Integridade de Segurança) e LOPA (Análise de Comando de Proteção);

d) Acompanhamento na qualidade da fabricação de equipamentos e materiais;

e) Avaliação das especificações de materiais de tubulação e projeto de suporte das instalações;

f) Elaboração de Plano de Combate a Emergência;

g) Comprovação de implantação do sistema de combate a incêndio; e

h) Eliminação/mitigação de quaisquer fontes de ignição na área.

4.2.4) Em relação à condicionante 24 – apresentar: (i) cópia digitalizada, em CD, das evidências do cronograma de avanço físico do sistema de tocha (flare), em implantação, para coleta e queima dos gases de hidrocarbonetos e compostos de enxofre provenientes

de alívios operacionais e descargas de emergência; (ii) cópia digitalizada, em CD, das alterações e revisões do Projeto Básico da UPGN, da exclusão das torres de resfriamento (Carta GE-PGI/LIP 0031/2015 e PRGE/SGP/LA 0093/2017) e da solicitação de revisão das condicionantes atreladas a este escopo (Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019), as quais encontram-se em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018), em 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2.5) Em relação à condicionante 25 – (i) Apresentar *"as built"* da instalação de analisadores de gás sulfídrico (H_2S). O prazo de atendimento será antes do deferimento da licença de operação. Com relação à instalação dos analisadores de mercúrio (Hg), a mesma se encontra em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018), conforme Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019.

4.2.6 e 4.2.7) Em relação às condicionantes 26 e 27 - apresentar, no prazo 120 (cento e vinte dias contados da homologação do TAC, "as built" de instalação do analisador de vazão nas unidades que irão aliviar para o flare, bem como do sistema de selagem de bombas e compressores para minimizar emissões fugitivas. Além disso, promover a instalação dos equipamentos citados antes do deferimento da licença de operação, conforme solicitado na condicionante.

4.2.8) Em relação à condicionante 28 – Apresentar Plano de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa, em atendimento à Lei nº 5.690, de 14.04.10, que institui a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências, em até 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC.

4.3) Apresentar, no prazo de 420 (quatrocentos e vinte dias) dias a contar da homologação do TAC, avaliação dos riscos cumulativos, considerando os possíveis cenários acidentais para a UPGN, incluindo suas interfaces com o gasoduto e a operação do Trem 1 do Comperj, bem como definir as medidas preventivas e mitigadoras necessárias.

4.5) Apresentar estudo quanto ao tratamento de gás natural em relação ao mercúrio, no prazo de 500 (quinhentos) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO LINHAS DE TRANSMISSÃO 345 kV (PROCESSO Nº 0009859-39.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUINTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:

4.1.1 e 4.2) Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado.

4.1.2) Em relação à Condicionante 7.1 – Apresentar, em CD: (i) cópia digitalizada dos laudos de avaliação da PETROBRAS referentes ao valor das respectivas terras, da vegetação e das benfeitorias; (ii) relação do *status* da negociação e do pagamento de indenização, indicando se houve acordo (desapropriação amigável) ou ação judicial (desapropriação judicial); e (iii) documentos relativos à imissão na posse, tudo no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC;

4.4.1 – Deverá ser apresentado o Inventário Florestal apresentado ao INEA em 2018, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, contemplando a(s) ADA(s) pela alteração do traçado da Linha de Transmissão.

4.4.6 – Deverá ser comprovado, quando da entrega do estudo acima mencionado, que ele foi elaborado por profissional(is) habilitado(s) pelo CREA, por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

4.5) Apresentar diagnóstico relativo aos meios biótico e físico em resposta à Notificação GELAFNOT/01052751, com novas informações sobre os meios necessários para avaliação da viabilidade locacional do empreendimento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

17

DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR ADICIONAIS DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS DE Nos 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV)

CLÁUSULA SEXTA: A PETROBRAS compromete-se a cumprir as OBRIGAÇÕES DE PAGAR abaixo especificadas, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes das licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atendimento, em substituição e em complementação aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo nº 0009884-52.2018.8.19.0023, aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo n º 0009897-51.2018.8.19.0023, aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo nº 0009869-83.2018.8.19.0023 e aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo nº 0009859-39.2018.8.19.0023:

1) A PETROBRAS irá apoiar financeiramente os Municípios de Itaboraí, Maricá, Cachoeiras de Macacu, Magé, Guapimirim e Duque de Caxias na elaboração (e eventual atualização, se necessário) do projeto executivo e na execução (limitado ao valor recebido) de seus respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs, no valor total de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), sendo R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) para cada um dos municípios citados, a ser depositado em seis contas judiciais específicas, sendo certo que sua liberação a cada município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. O valor total será depositado pela PETROBRAS no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

2) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (1) projeto de conservação e recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu, composta pelos rios Guapiaçu e

Macacu[3], mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R$ 2.840.000,00 (dois milhões e oitocentos e quarenta mil reais); e (2) projeto socioambiental de agricultura convencional em bordas de UC e pesticidas, visando à restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais – SAF com foco ciliares, utilizando duas alavancas PNAE e promoção do agroturismo[4], mediante o depósito, em conta judicial, de R$ 640.066,00 (seiscentos e quarenta mil e sessenta e seis reais). Em ambos os projetos, o depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor,

3) Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para a elaboração e execução de projeto de reurbanização e revitalização (calçadas e arborização) da Avenida 22 de Maio, mediante o depósito, em conta judicial e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, do valor de R$ 6.092.730,32 (seis milhões e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e trinta e dois centavos) cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e

[3] Trata-se do principal manancial de abastecimento público da porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), atendendo cerca de 1,7 milhões de habitantes. É uma bacia estratégica para ações de SBNs com foco na segurança hídrica, levando-se em conta a vocação agropecuária da bacia, a demanda crescente pela água por diversos setores da sociedade e a grande relevância da área para conservação da biodiversidade e para prevenção de inundações. O objetivo é manter e incrementar os serviços ecossistêmicos na bacia do rio Guapi Macacu por meio da disseminação, incentivo e apoio para a adequação ambiental de imóveis rurais, para implantação de práticas de manejo conservacionista da água e do solo e do fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis na bacia do rio Guapi-Macacu. As intervenções serão realizadas em áreas estratégicas para segurança hídrica, associado uma abordagem que visa promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica das propriedades e da participação e do fortalecimento das organizações comunitárias rurais. Para tanto, a proposta será executada de forma integrada com o mecanismo de pagamento por serviços ambientais e aos principais atores na região, de modo a fortalecer e complementar as iniciativas de soluções baseadas na natureza (SbNs) para segurança hídrica em curso na região. O projeto contará com o necessário monitoramento ambiental.

[4] As comunidades alvo deverão estar inseridas em áreas de elevada prioridade para restauração ecológica de acordo com mapeamento do INEA, que terá os seguintes objetivos i) restaurar áreas de matas ciliares e nascentes, degradadas pela agricultura; ii) aumentar a produtividade de áreas de SAF, já existentes; iii) apoiar a conversão de plantios ao sistema de SAF; iv) gerar trabalho e renda através dos SAF; v) formar zonas-tampão no entorno de nascentes e áreas ciliares (APP); vi) Fornecer alimentos orgânicos para duas escolas públicas; vii) Integrar roteiros e atividades turísticos às comunidades das áreas de SAF; viii) Criar uma Associação de Condutores de Visitantes; ix) Capacitar agricultores e guias turísticos, através de cursos e oficinas nas seguintes áreas: Manejo de SAF, agregação de valores (ecológicos, sociais, beneficiamento de produtos), Ecoturismo de Mínimo Impacto, coleta de sementes e produção de mudas.

SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

4) Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para projeto de segurança pública com monitoramento de câmeras, mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R$ 255.160,30 (duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta reais e trinta centavos), no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

5) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor.

DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA

CLÁUSULA SÉTIMA: Compete ao INEA e ao MPRJ o acompanhamento e a fiscalização de todas as ações e obrigações da Compromissária PETROBRAS assumidas no presente TAC.

1) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

2) A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria, a ser entregue

à SEAS/INEA, PETROBRAS e MPRJ no prazo de 60 dias do recebimento referente a cada obrigação.

3) A auditoria independente deverá acompanhar as ações de cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias e de todas as demais obrigações assumidas no presente TAC pelo empreendedor, mediante a adoção, ao menos, das seguintes medidas: (i) A fiscalização não pode se limitar à simples leitura e aceitação dos relatórios das obrigações específicas decorrentes do TAC apresentados e elaborados unilateralmente pelo empreendedor; (ii) Deverá ser promovida avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS, por meio de relatórios elaborados por sua equipe técnica; (iii) Deverá realizar vistorias *in loco* para apurar o cumprimento de cada obrigação do TAC, as quais serão levadas em conta na confecção dos relatórios aludidos no item anterior (exceto quando a obrigação se restringir à apresentação de documentos); (iv) A cada documento relativo ao cumprimento da respectiva obrigação protocolado pela PETROBRAS, deverá ser realizada vistoria, se for o caso, com registros fotográficos, e elaborado um parecer técnico esclarecendo se as informações prestadas no respectivo documento condizem com a realidade do campo, se são suficientes e eficientes. Os serviços serão exclusivamente para acompanhamento das obrigações do TAC.

4) Sem prejuízo das ações a cargo da auditoria independente, o INEA se obriga a fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do COMPERJ contempladas no presente TAC, devendo: (i) Semestralmente, realizar vistorias *in loco* e elaborar relatórios técnicos com avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS e dos relatórios apresentados pela auditoria independente; (ii) Os relatórios apresentados pela auditoria independente na forma do item 6.2 da presente cláusula e os relatórios produzidos pelo INEA indicados no item anterior deverão ser publicados no sítio eletrônico do INEA; (iii) Caso a PETROBRAS descumpra alguma condicionante das licenças, o INEA, no regular emprego de seu poder de polícia, deverá adotar as medidas legais cabíveis para sancionar e compelir o empreendedor a cumpri-la;

5) As obrigações acordadas neste TAC são consideradas automaticamente acrescidas àquelas estabelecidas nos licenciamentos ambientais do COMPERJ, sem necessidade de realização de averbação das licenças ambientais;

6) O INEA apresentará, em atendimento ao pedido 5.1 do processo nº 0009897-51.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA nº 008/2013, relativo à aplicação de R$ 352.855,55 (trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, inclusive informando qual Unidade de Conservação foi beneficiada com a compensação efetuada pela PETROBRAS.

7) O INEA apresentará, em atendimento ao pedido 5.1 do processo 0009859-39.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do TCCA nº 09/2013, relativo à Licença de Instalação IN024123, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985/00.

8) O INEA promoverá, em atendimento ao pedido 5.2 do processo 0009859-39.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, análise crítica, na forma prevista nos itens 1 a 4 da presente cláusula, sobre o cumprimento da Condicionante 14 da Licença de Instalação IN024123: "*Apresentar, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da licença, as áreas escolhidas como compensação para serem analisadas / aprovadas pelos técnicos da DILAM-GELAF*".

DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA OITAVA: Compete ao Compromissário ERJ exercer, por meio da SEAS, a regular fiscalização do INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo o processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças.

Parágrafo único – Considerando a previsão de disponibilização de recursos para fins de elaboração de projetos e de intervenções pela SEAS/INEA, as equipes responsáveis pela execução dos projetos deverão apresentar, ao MPRJ, relatórios sobre a evolução da execução, termos de referência, cronogramas, orçamentos e demais informações

relevantes, devendo a SEAS/INEA, ao final, promover a prestação de contas da utilização dos recursos ao MPRJ.

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA NONA: O presente TAC terá validade desde a data de sua homologação judicial, renunciando as partes, desde já, ao direito de recorrer e a questionar sua validade.

Parágrafo único - Os prazos previstos no presente TAC são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

DA COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES E DA RESPECTIVA QUITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA: A PETROBRAS deverá apresentar ao MPRJ, ao INEA e à SEAS, para fins de comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, todos os laudos, relatórios ou documentos relativos às medidas executadas, com indicação precisa da obrigação a que se relacionam, independentemente de requisição neste sentido.

Parágrafo primeiro – Sem prejuízo do disposto no *caput*, o MPRJ, o INEA e a SEAS poderão, para fins de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, realizar diretamente ou mediante requisição aos órgãos ou entidades pertinentes, vistorias ou fiscalizações.

Parágrafo segundo – O MPRJ dará quitação quando do cumprimento das obrigações de fazer após análise a ser feita pelo GATE.

Parágrafo terceiro – O INEA e a SEAS, cumpridas as obrigações aqui avençadas, darão por quitadas as obrigações nele descritas, bem como as condicionantes contidas nas licenças ambientais tratadas nas cláusulas acima, após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens constantes na cláusula sétima.

Parágrafo quarto – As obrigações de pagar/aportar estabelecidas no âmbito deste acordo estarão automaticamente quitadas com o envio do comprovante de depósito em contas judiciais e nas contas indicadas pela SEAS/INEA.

Parágrafo quinto – A responsabilidade pela elaboração dos orçamentos, termos de referência, contratos e eventuais contratações recaem única e exclusivamente sobre os contratantes de cada projeto, não cabendo a responsabilização dos Compromitentes pela execução de tais recursos.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE, DO ÓRGÃO LICENCIADOR E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer ônus, direitos ou obrigações relativos à legislação tributária, previdenciária, trabalhista ou securitária, decorrentes da execução deste TAC, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à PETROBRAS.

Parágrafo Primeiro – O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer compromissos assumidos pela PETROBRAS com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TAC, bem como por qualquer dano ou indenização a terceiros em decorrência de seus próprios atos, de seus dirigentes, empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo – A celebração do presente Termo não implica em reconhecimento de qualquer irregularidade, vício, ilegalidade, improbidade ou inadequação nos procedimentos de licenciamento ambiental tratados no presente TAC, tampouco nas condutas da SEAS, do INEA ou de quaisquer de seus servidores.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O disposto no presente TAC não limita, impede ou suspende a fiscalização ampla, irrestrita e permanente da PETROBRAS pelos Compromitentes ou pelos demais órgãos e instituições ambientais, no exercício de suas demais atribuições e prerrogativas legais.

Parágrafo Único – A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da PETROBRAS no que concerne às obrigações ajustadas e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

DO VALOR

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O valor total estimado do investimento para realização das medidas previstas neste TAC, para todos os efeitos legais, é de R$ 49.547.956,62 (quarenta e nove milhões quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo o seu desembolso de inteira responsabilidade da PETROBRAS.

Parágrafo único – O valor das obrigações de pagar previstas neste TAC é de R$ 48.547.956,62 (quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo o restante do valor total a importância estimada das obrigações de fazer previstas neste TAC.

DAS SANÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTADO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Sem prejuízo da execução da obrigação de fazer, o não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará a PETROBRAS ao pagamento de multa diária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada situação de descumprimento verificada, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida. Por sua vez, sem prejuízo das obrigações de fazer, o descumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará os Compromissários INEA e ERJ ao pagamento de multa trimestral no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada situação de descumprimento e até o adimplemento comprovado da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro – A multa não será aplicada caso exista justificado motivo técnico para eventual atraso ou descumprimento das obrigações de fazer, devendo ser apresentado por escrito pela Compromissária, em até 5 (cinco) dias após constatada a impossibilidade de cumprimento.

Parágrafo Segundo – A multa também não incidirá caso a obrigação tenha sido realizada, mas o MPRJ entenda pela necessidade de complemento ou ajuste e a PETROBRAS, devidamente notificada, cumpra a exigência em prazo estipulado pelo notificante, não inferior a 10 dias úteis, findo o qual a multa será aplicada, sem prejuízo do exercício do poder de polícia pelo INEA e pela SEAS, inclusive para o devido cumprimento das obrigações decorrentes das licenças ambientais do COMPERJ.

Parágrafo Terceiro – As multas sobre as quais trata a presente cláusula serão corrigidas pela UFIR ou índice de correção que a substitua, e recolhidas ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Parágrafo Quarto – A notificação das multas será remetida ao endereço do respectivo destinatário constante neste TAC e será considerada efetivada pela sua simples recepção.

Parágrafo Quinto – Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissária terá 20 (vinte) dias úteis para o recolhimento da multa e 05 (cinco) dias úteis para a remessa do respectivo comprovante ao MPRJ.

Parágrafo Sexto – As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a PETROBRAS da eventual responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este TAC ou à legislação ambiental.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O termo inicial do prazo de vigência do presente TAC é a data da sua homologação e, o termo final, 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes.

Parágrafo único – Na eventual hipótese das sentenças homologatórias relativas às ACPs cujo objeto aqui são ajustadas forem exaradas em datas diversas, os prazos de cumprimento e de vigência serão contados a partir da data da última sentença de homologação judicial.

DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de sua homologação, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do

presente TAC no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no DOERJ e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, contendo as partes, o objeto, o valor e o prazo total do instrumento, correndo os respectivos encargos às suas expensas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Este TAC, após homologado, tem natureza jurídica de título executivo judicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo entre as partes a ser homologado judicialmente, podendo ser prorrogado mediante prévio ajuste.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de acordo entre o Compromitente e as Compromissárias quanto à alteração das cláusulas do presente TAC, permanecerão em vigor e serão plenamente exigíveis as obrigações originariamente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, local do empreendimento COMPERJ, para dirimir questões ou disputas envolvendo o presente TAC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

IV- CONCLUSÃO

Pelo exposto, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, destinadas ao MPRJ, à PETROBRAS, ao ERJ (SEAS) e ao INEA, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Itaboraí, 18 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO
Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro

CARLOS HENRIQUE NETTO VAZ
Presidente do INEA

ALESSANDRO DE CASTRO MELO
PETROBRAS

DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER
PETROBRAS

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
4693
Carimbado Eletronicamente

23

Fls.

Processo: 0009859-39.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.4.658/4.691, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **48A7.WS4U.LDNV.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO

LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:03:44
Local: TJ-RJ

23-A
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
5747
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0009869-83.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.5.712/5.745, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4F7E.AF74.H67Q.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE

110

LIVIAGAGLIANO

LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:02:31
Local: TJ-RJ

23-B
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
7645
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0009897-51.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.7.610/7.643, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **49C1.J77M.4DLN.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO
LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:01:29
Local: TJ-RJ

Fls. 23-C

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
7317
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0009884-52.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.7.282/ 7.315, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4HTX.PCCY.4RAJ.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO
LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:00:59
Local: TJ-RJ

Ref.: Pasta de Acompanhamento das Ações Civis Pública nº 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023.

PROMOÇÃO APÓS TAC II COMPERJ

O Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, em junho de 2018, ajuizou cinco Ações Civis Públicas em face da Petrobras, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, em razão de danos ambientais relacionados aos empreendimentos intramuros e extramuros do COMPERJ.

Trata-se dos processos judiciais 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023, que tramitam nessa 1ª Vara Cível de Itaboraí. Neste tema de instalação do COMPERJ, em 2014, esta Promotoria já havia ajuizado em face da Petrobras e do Município de Itaboraí a ACP 0006164-19.2014.8.19.0023 em razão da poluição atmosférica em Sambaetiba, Alto do Jacu, Itaboraí. Veja-se a tabela abaixo:

Nº do Inquérito Civil	Nº da Ação Civil Pública	Vara Competente	Objeto	Data do ajuizamento	Valor da Causa
314/09 132/13 161/15 126/13 34/2014	0009919-12.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos do: (i) projeto principal do COMPERJ em Itaboraí, qual seja, a UPB – Unidade de Petroquímicos Básicos, objeto do IC 314/09; (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09); (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13).	26/06/2018	R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais)
95/2011	0009884-		Ilegalidades no licenciamento		R$

	52.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	ambiental do empreendimento do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ	26/06/2018	1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
102/2011	0009852-39.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento "Linhas de Transmissão 345 KV do COMPERJ"	26/06/2018	R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)
106/2010	0009897-89.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ.	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
01/2013	0009869-83.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
82/2013	0006164-19.2014.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Poluição atmosférica causada pelo "pó de pedra" colocado em via pública pela Petrobras sem autorização do poder público em Alto do Jacu, Sambaetiba.	19/03/2014	R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Nas mais de mil páginas das cinco petições iniciais de ACP, com valor total das causas de 7,5 bilhões de reais, foram deduzidos diversos pedidos, como mais de uma centena de obrigações de fazer relativas à complementação de estudos ambientais e instituição e execução de novas medidas recuperatórias, mitigatórias e compensatórias/reparatórias na seara ambiental, dano moral coletivo, condenação genérica em favor dos moradores que sofreram danos com as obras do COMPERJ.

Após o ajuizamento das ACP's, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Foram realizadas constantes reuniões sobre o assunto desde então (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

No dia 29/07/19, por convite do Deputado Estadual Luiz Paulo (formalizado por meio do ofício CPI nº 202/219 - Resolução 01/2019, da ALERJ), este Promotor compareceu à ALERJ e, no bojo da CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, palestrou em

audiência pública, sobre a atuação do MPRJ no caso COMPERJ, com destaque para: (i) as investigações levadas a cabo por meio de todos os inquéritos civis que deram azo ao ajuizamento das ACP's; (ii) o teor das petições iniciais das ACP's do COMPERJ; (iii) o teor da minuta de TAC I COMPERJ[1].

Em 09/08/19, foi celebrado o TAC I COMPERJ que, em síntese, teve por objeto tratar da integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e algumas questões pontuais, sobretudo relacionadas à restauração florestal, das demais ACP´s. **De agosto/2019 até fevereiro/2020, as partes dos citados processos construíram o TAC II COMPERJ que tem por objeto todos os pedidos remanescentes das ACP´s 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023.**

Finalmente, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo submetido à homologação pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí.

O citado TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

É o breve relato do caso COMPERJ.

Em prosseguimento à atuação do MPRJ no caso COMPERJ, esta Promotoria, neste ato, de forma paralela, inicia duas frentes de atuação sobre o TAC II COMPERJ (na esteira do que já vem fazendo em relação ao TAC I):

1ª) Ampla publicidade ao TAC II, inclusive para viabilizar o controle social e pela administração pública na fiscalização do cumprimento das obrigações: A publicidade do

[1] A íntegra da audiência pública da ALERJ e a reportagem sobre o evento constam nos vídeos disponíveis nos seguintes link: https://youtu.be/3e92-FOhAMY e https://youtu.be/N6GyKs6oLL8

TAC em tela se deu de diversas formas, a saber: (i) pelo próprio andamento processual no site do TJRJ; (ii) pela publicação de matéria informativa na página principal do site do MPRJ no mesmo dia em que o TAC foi assinado (inclusive com disponibilização da versão final e assinada do TAC em pdf)2; (iii) pela publicação de dezenas de matérias jornalísticas por diferentes veículos da imprensa nacional que noticiam o acordo; (iv) pela publicação de extrato do TAC, contendo as partes, o objeto, as obrigações, o valor e o prazo total do instrumento, no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no D.O.E.R.J e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, na esteira da 16° cláusula do TAC; (v) pela expedição dos 33 ofícios, nos moldes do presente, a todos os órgãos públicos direta ou indiretamente interessados (da mesma forma como anteriormente já havia oficiado em 26/08/18, logo após o ajuizamento das ACP's e também após a celebração do TAC I COMPERJ); (vi) pela realização de constantes reuniões com a sociedade civil e autoridades públicas no gabinete da Promotoria.

2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC II: Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8°, I, da Resolução CNMP n.° 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.° 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC II, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), razão pela qual instaurou os 61 PA's, cuja relação segue na planilha em anexo.

Pelo exposto, para dar concretude e iniciar os trabalhos nas duas frentes acima mencionadas, à Secretaria para cumprimento das seguintes diligências:

1) **Extraiam-se 61 cópias** do TAC II COMPERJ e da presente promoção, autuando-as como notícia de fato autônomas (cada uma com número MPRJ próprio), abrindo-se imediata conclusão para instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas);

[2] http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/83203, publicado em 19/02/2020.

2) **Com auxílio da Assessoria Jurídica, elaborar planilha** contendo o número de cada MPRJ e cada PA, com seu respectivo objeto;

3) **Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça do MPRJ,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 768/18 e 1631/19, bem como com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II COMPERJ e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

4) **Oficiar ao Corregedor-Geral do MPRJ,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 769/18 e 1632/19, bem como com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

5) **Oficiar ao Conselho Superior do MPRJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia dos TAC`s I e II COMPERJ e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC I e II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Aduza-se que, apesar de não ser hipótese de comunicação obrigatória ao colendo Conselho, eis que o TAC foi celebrado no bojo de ação civil publica e homologado judicialmente, esta Promotoria, por cautela, diante da importância e repercussão social e ambiental dos acordos, vem dar ciência a esse egrégio CSMP da celebração dos dois TAC`s e da instauração dos 125 procedimentos administrativos instaurados para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Petrobras, ERJ e INEA, bem como se colocar à disposição para eventuais esclarecimentos complementares;

6) **Oficiar ao Coordenador do CAO AMBIENTE,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 770/18 e 1633/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso

Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

7) **Oficiar ao Presidente da PETROBRAS**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

8) **Oficiar ao Coordenador do GAEMA,** com cópia da presente promoção informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Neste ato, esta Promotoria, tal como o fez no TAC I COMPERJ, vem oportunizar ao festejado grupo de apoio especializado em meio ambiente que, se assim entender conveniente do ponto de vista estratégico para o MPRJ e para o próprio GAEMA, que indique quais PA's da planilha em anexo esse grupo teria interesse em prestar auxílio, sendo certo que esta Promotoria requererá o auxílio em todos os eventuais PA's indicados. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

9) **Oficiar ao Presidente do INEA**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

10) **Oficiar ao Secretário de Estado de Ambiente e Sustentabilidade**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia

27

da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

11) **Oficiar ao Coordenador do GATE,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 771/18 e 1640/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

12) **Oficiar à Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente de São Gonçalo,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 773/18 e 1636/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Informe-se que no TAC II COMPERJ, em razão dos limites territoriais dos empreendimentos objetos das ACP`s, o Município de São Gonçalo não foi contemplado diretamente com recursos financeiros. De qualquer forma, ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

13) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Magé,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 774/18 e 1641/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta

promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Magé e Guapimirim). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

14) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Nova Friburgo,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 774/18 e 1641/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

15) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Niterói,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 787/18 e 1642/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ Fl. 28

Maricá). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

16) **Oficiar ao Ministério Público Federal** (Procuradoria da República com atribuição na matéria meio ambiente na área de Itaboraí), em complemento e com cópia digital dos nossos ofícios anteriores 2ª PJTC nº 758/18, nº 759/18, nº 760/18, nº 762/18, nº 763/18, nº 766/2018, nº 775/2018, nº 555/19, nº 883/2019, nº 990/2019 e nº 1643/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que, como apontado nos ofícios anteriores, eventuais danos ambientais em unidade de conservação federal ou bem da União não fizeram parte do objeto das ACP´s e do TAC II firmado. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

17) **Oficiar ao Prefeito, Secretário de Obras, Secretário de Meio Ambiente, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Integração ao COMPERJ e Procurador-Geral de Itaboraí,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nºs 776/18, 777/18, 778/18, 779/18, 780/18, 1635/19, 1644/19, 1645/19, 1646/19, 1647/19 e 2052/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de

Itaboraí). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

18) **Oficiar ao Presidente da Câmara Municipal de Itaboraí**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

19) **Oficiar ao Prefeito de Cachoeiras de Macacu,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 781/18, 1649/19 e 2048/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

FL. 29

20) **Oficiar ao Prefeito de Duque de Caxias,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2050/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Duque de Caxias). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

21) **Oficiar ao Prefeito de Magé,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2045/19 informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Magé). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

22) **Oficiar ao Prefeito de Guapimirim,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2043/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Guapimirim). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção,

em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

23) **Oficiar ao Prefeito de Maricá,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2041/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Maricá). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

24) **Oficiar à Assembleia Legislativa, na pessoa de Sua Excelência, o Presidente da ALERJ, via PGJ,** em complemento ao ofício 1651/19 dirigido ao Deputado Estadual Luiz Paulo, que presidiu a CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que o relatório final da citada CPI encaminhado ao MPRJ pelo nobre Deputado foi juntado aos autos das citadas ACPs. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

30

25) **Oficiar ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

26) **Oficiar ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

27) **Oficiar ao IBAMA,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 1683/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja

comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

28) **Oficiar ao ICMBio,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 1684/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

29) Os itens 1 e 2 da presente promoção devem ser cumpridos imediatamente. Os ofícios dos itens 3 a 29 deverão ser expedidos tão logo sejam instaurados os PA's referidos nos itens 1 e 2.

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 31

Ofício 2ª PJTC nº 434/20 - PA 46/2020 - MPRJ 202000174172 - TAC II COMPERJ

Thaís Vieira dos Santos <thais.santos@mprj.mp.br>

Qua, 04/03/2020 15:50

Para: Gabinete SEAS <gabinete@ambiente.rj.gov.br>; ouvidoria .seas <ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br>
Cc: ouvidoriainea MP <ouvidoriaineamp@gmail.com>

3 anexos (5 MB)

Of. 434.2020 PA 46.2020.pdf; Portaria 46.2020.pdf; TAC II do COMPERJ - Assinado_compressed (1).pdf;

À Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro - SEAS,

Cumprimentando-os, sirvo-me do presente para encaminhar, em anexo, o Ofício 2ª PJTC nº 434/20, expedido pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí no bojo do PA 46/2020 (MPRJ 2020.00174172).

Peço, por gentileza, a confirmação do recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787
Secretaria da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 32

Ofício 2ª PJTC n° 434/2020 *Itaboraí*, 02 de março de 2020.

Ref: **PA 46/2020 – MPRJ 202000174172**
(Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:** A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "*(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado*".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias mais 90 dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

33

Ofício 2ª PJTC n° 433/2020 *Itaboraí*, 02 de março de 2020.

Ref: **PA 46/2020 – MPRJ 202000174172**
(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:** A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "*(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado*".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Expediente nº 2
05/03/20
Servidor

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro - RJ
CEP: 20031-912

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos, às fls. 34/82, resposta da PETROBRAS ao Ofício 2º PJTC nº 433/2020.

Em 19 / 11 / 20

7787

PETROBRAS

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 34 RJ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES de Itaboraí

TAC2 do COMPERJ
Referência: ACP nº 0009859-39.2018.8.19.0023
Procedimento Administrativo – PA 46-2020 - Itaboraí

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública acima indicada, **respeitosamente,** vem por meio da presente comprovar o cumprimento da obrigação constante do TAC2 do COMPERJ, da cláusula quinta, itens 4,1,1 e 4,2, que assim estabelecem:

"DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

CLÁUSULA QUINTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.) No que concerne às Licenças Prévia n° INO2 1727 e de Instalação no INO24 123 das Linhas de Transmissão 345 kV:

4.1.1 e 4.2) Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado.

Aguarda deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2020.

Fabiani Oliveira de Medeiros
OAB/RJ nº 120.748

MPRJSPCTCOITB 202000877694 191120 14:46:08

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com.

35

PETROBRAS	**NOTA EXPLICATIVA - OBRIGAÇÕES DO TAC 2**
	INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO DO TAC 2 REFERENTE A ACP Nº 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 0009859-39.2018.8.19.0023 E NÚMERO DE PROCESSO NO INEA SEI-07/026/004.632/2019
ITEM DO TAC: 4.1.1 e 4.2 PA MPRJ: 46/2020	OBRIGAÇÃO: *"4.1.1 e 4.2) Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado"*

LICENÇA REFERÊNCIA:	PRAZO DE ATENDIMENTO:	STATUS DE ATENDIMENTO:
Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123	26/10/2020	ATENDIDO

INFORMAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO DA OBRIGAÇÃO:

Em atendimento as Obrigações 4.1.1 e 4.2 (LT 345 kv) do TAC 2 e PA 46/2020 – MPRJ, enviamos os documentos que sustentaram as modificações realizadas no projeto, suas justificativas e caracterização dos impactos

No Anexo I está a Carta AB-PGI/LIC 0121/2014, de 05/06/2014, onde a Petrobras solicitou um parecer ao Inea quanto ao desvio de traçado da faixa de servidão a pedido de um dos proprietários e anexa os desenhos do mesmo.

No Anexo II está a Carta AB-PGI/LIC 0173/2014, de 12/0692014, onde a Petrobras informa sobre a necessidade de alteração do número de torres de 42 para 50.

No Anexo III está a Notificação do Inea CEAMNOT/01043489, de 02/10/2014, onde órgão ambiental notifica à Petrobras a apresentar a justificativa e objetivo para mudança no traçado, apresentação de um diagnóstico da área diretamente afetada e caracterização da vegetação e atualização do inventário florestal considerando a mudança do traçado.

No Anexo IV está a Carta AB-PGI/LIC 0196/2014, de 13/11/2014, onde a Petrobras solicita extensão de prazo para atendimento da Notificação CEAMNOT/01043489, em 60 dias, em virtude da atualização do Inventário Florestal.

No Anexo V apresentamos a Notificação CEAMNOT/01045531 onde o INEA concorda com a prorrogação do prazo.

No Anexo VI encaminhamos a Carta AB-PGI/LIC 08/2015, de 23/01/2015, onde a Petrobras encaminhou a Justificativa de Mudança de Traçado LT 345 kv (Anexo VII) e o Diagnóstico (anexo VIII), solicitados na Notificação CEAMNOT/01043489, cujo prazo foi prorrogado pela Notificação CEAMNOT/01045531.

Quanto ao inventário florestal, a última versão apresentada e aprovada pelo órgão ambiental é objeto da obrigação 4.4.1 do TAC aqui referido e protocolado na mesma data.

Este atendimento estava previsto inicialmente para 19/05/2020, entretanto, o prazo do TAC foi suspenso por meio do Ofício 2ª PJTC n° 610/2020 do MPRJ (Anexo IX), datado e recebido em 24/03/2020, assim como todos os prazos materiais e processuais previstos no instrumento.

Com a retomada dos prazos em 31/08/2020, definida por meio do Ofício Conjunto MPRJ/SEAS n° 01/2020 (Anexo X), considerou-se a dilação de mais 160 dias da data que originalmente expiraria o prazo de atendimento da obrigação. Dessa forma, o prazo de atendimento desta Obrigação passou a ser 26/10/2020, entretanto, o seu atendimento foi concluído antes do prazo.

FL. 36

DESCRIÇÃO DAS EVIDÊNCIAS DISPONIBILIZADAS:	
Anexo I - Carta AB-PGI/LIC 0121/2014 Anexo II - Carta AB-PGI/LIC 0173/2014 Anexo III - Notificação INEA CEAMNOT/01043489 Anexo IV - Carta AB-PGI/LIC 0196/2014 Anexo V - Notificação INEA CEAMNOT/01045531 Anexo VI - Carta AB-PGI/LIC 08/2015 Anexo VII - Justificativa de Mudança de Traçado LT 345 kv Anexo VIII - Diagnóstico Anexo IX - Ofício 2ª PJTC n° 610/2020 Anexo X - Ofício Conjunto MPRJ/SEAS n° 01/2020	
DATA	**21/10/2020**

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 37
RJ

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 5 de junho de 2014

AB-PGI/LIC 0121/2014

Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Coordenadoria de Estudos Ambientais - CEAM
Rua Sacadura Cabral, 103 - 9° andar - Saúde
Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Alteração traçado LT 345kV COMPERJ

Referência: Processo administrativo E-07/514.603/2012

Prezados Senhores,

Tendo em vista a necessidade de realizar os processos de liberação de faixas e áreas interferentes, referente a implantação da Linha de Transmissão de 345 kV para o Comperj e atendendo a solicitação do responsável pela propriedade cadastrada como FC 001-053-001, foi proposto um desvio no traçado da linha de transmissão , de forma que gerasse menor impacto sobre a área relativa a esta FC .

Desta forma, solicitamos um parecer deste órgão quanto ao desvio de traçado da faixa de servidão na área da FC 001-053-001, conforme os anexos deste documento .

Atenciosamente,

Antonio Cesar Aragao Paiva
Gerente de Licenciamento para Implantações de Projeto
Abastecimento Programas de Investimento

Anexo(s): DE-5400.00-5144-927-POM-001; DE-5400.00-5144-927-POM-002

c.c.: **Antonio Cesar Aragao Paiva/BRA/Petrobras; Andre Pinhel Soares/BRA/Petrobras; Silvia Helena Mariane Akashi - PrestServ/BRA/Petrobras; Fabio Ricardo Enik/BRA/Petrobras; Henrique Farah Muniz Lucena/BRA/Petrobras; ab-pGI/cOMPERJ; ab-pGI/cOMPERJ/sms**

Gerência: AB-PGI/LIC
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A
Av. República do Chile, 65 - Sala 1901
CEP 20031-912 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

MINISTERIO PÚBLICO
Fl. 38
RJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 39
RJ

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2014

AB-PGI/LIC 0173/2014

Instituto Estadual do Ambiente – INEA
Rua Sacadura Cabral, 103. Térreo. Saúde
Rio de Janeiro – RJ

At.: Ilma. Sra. Ana Cristina Henney
Diretora de Licenciamento Ambiental – DILAM

Assunto: Adequação do Projeto da LT 345kV

Referência: Protocolo LI Nº E-07/514603/2012
LI Nº IN024123

inea Instituto Estadual do Ambiente
GERÊNCIA DE A...
Recebido em: 12/9/14
Por:
Matr:

Prezada Senhora,

Em atendimento à condicionante 30 da LI Nº IN024123, informamos que no processo de adequação do Projeto Básico para o Projeto Executivo das duas Linhas de Transmissão de 345kV do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, que serão unificadas ao Sistema Interligado Nacional, através do sistema de FURNAS Centrais Elétricas, foi observada a necessidade de alteração na quantidade de torres necessárias à sua instalação, passando das 42 inicialmente previstas (21 torres para cada lado do loop) para 50 (25 torres para cada lado do loop).

Após a análise de consistência do Projeto Executivo foram detectadas algumas interferências não diagnosticadas quando da realização do protocolo do pedido de LI neste órgão ambiental, quais sejam:

- Presença de luminárias/postes de iluminação viária, sem espaçamentos mínimos a serem observados no cruzamento de vias;
- Presença de Solo Mole, gerando necessidade de adequações/relocação das fundações das torres;
- Adequação da diretriz originalmente prevista, devido à diferença do relevo, gerando modificações no perfil de cada linha.

Gerência: AB-PGI/LIC
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A
Av. República do Chile, 65 - Sala 1901
CEP 20031-912 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tais interferências levaram a necessidade de readequação do projeto, de modo a garantir a segurança dos cabos e distâncias mínimas de isolamento, conjugando a elevação das alturas das torres com o encurtamento do vão entre elas.

Atenciosamente,

Andre Pinhel Soares
p/ Gerente de Licenciamento para Implantações de Projeto
Abastecimento Programas de Investimento

Anexo(s): Anexo 1 - 18 novos desenhos de planta e perfil das linhas
Anexo 2 - Estudo de Sobreposição das locações no Projeto Básico e Projeto Executivo
Anexo 3 - ART Projeto de Detalhamento - AMIR Engenharia e Automação Ltda.

Gerência: AB-PGI/LIC
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A
Av. República do Chile, 65 - Sala 1901
CEP 20031-912 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 40 RJ

inea

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. Nº. :E-07/514603/2012

NOTIFICAÇÃO

Nº.:CEAMNOT/01043489

rubrica: liriends

Empresa/Nome PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS		**CNPJ/CPF** 33.000.167/0001-01
UNIDADE 02 LINHAS DE TRANSMISSÃO DE 345 KV	**CÓDIGO DA UNIDADE** UN016025	**INSCRIÇÃO ESTADUAL** 80.170.270
ATIVIDADE PRINCIPAL IMPLANTAÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA MAIOR QUE 230 KV.		**CÓDIGO DA ATIVIDADE** 35.11.31
ENDEREÇO DA ATIVIDADE DA LINHA DE TRANSMISSÃO DE FURNAS ADRIANÓPOLIS-MACAÉ ATÉ A SUBESTAÇÃO DO COMPERJ		
MUNICÍPIO ITABORAÍ E CACHOEIRAS DE MACACU	**BAIRRO/LOCALIDADE** SAMBAETIBA	**CEP** 20000-000
CONTATO/REPRESENTANTE VALTER SHIMURA		TELEFONE(S) 21 – 21669914
CARGO		

Em conformidade com a legislação vigente e visando dar prosseguimento à análise do processo de renovação de Licença de Instalação E-07/514.603/12, fica V. Sa. notificada de que deverá apresentar ao Inea, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento desta notificação, as seguintes informações relativas as mudanças propostas na carta AB-PGI/LIC0173/2014:

- Justificativa e objetivo da mudança do traçado da Linha da Transmissão;

- Apresentar diagnóstico da área diretamente afetada pela mudança do traçado da Linha de Transmissão;

- Apresentar caracterização da vegetação a ser suprimida e respectiva atualização do inventário florestal, considerando a mudança no traçado da Linha de Transmissão.

TECNICO DO INEA LIRIEN DIAS DE SANTANA		**MATRÍCULA** 0391282-1
CARGO TECNICO AMBIENTAL	**DIVISÃO** CEAM	
DATA 2/10/2014	**ASSINATURA**	

OBSERVAÇÕES

NOME ANTONIO ARAGÃO		**CARGO**
RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA 02/10/2014	**ASSINATURA**	

(1 Via - Autuado / 2 Via Processo administrativo / 3 Via COGEFIS / 4 Via Órgão de origem)

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2014

AB-PGI/LIC 0196/2014

Instituto Estadual do Ambiente – INEA
Coordenadoria deEstudos Ambiental – CEAM
Rua Sacadura Cabral, 103 - Saúde
Rio de Janeiro - RJ

A/C: Sra. Lirien dias de Santana

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo de atendimento a notificação CEAMNOT/01043489, referente à renovação da LI IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV do COMPERJ.
Referência: Processo E-07/514.603/12

Prezada Senhora,

Visando dar atendimento à notificação CEAMNOT/01043489, solicitamos a prorrogação do prazo de atendimento da mesma em 60 (sessenta) dias, em virtude da atualização do Inventário Florestal que será apresentado em cumprimento à referida notificação.

Certos de sua compreensão, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Antonio Cesar Aragao Paiva
Gerente de Licenciamento para Implantações de Projeto
Abastecimento Programas de Investimento

Anexo(s): CEAMNOT/01043489

c.c.: Andre Pinhel Soares/BRA/Petrobras; Silvia Helena Mariane Akashi - PrestServ/BRA/Petrobras; Gilberto Lamoglia Goncalves - PrestServ/BRA/Petrobras; Valter Shimura/BRA/Petrobras; Ana Paula Fernandes Pinto/BRA/Petrobras

Gerência: AB-PGI/LIC
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A
Av. República do Chile, 65 - Sala 1901
CEP 20031-912 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 42 RJ

Ofício 2ª PJTC n° 610/2020 *Itaboraí*, 24 de março de 2020.
Ref: **TAC I e II COMPERJ** (Favor mencionar na resposta)
A/C Dra. Margareth Michels Bilhalva

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para, em resposta ao e-mail encaminhado a esta Promotoria de Justiça no dia 23/03/2020, informar que **todos os prazos relativos aos procedimentos administrativos instaurados por este órgão ministerial para acompanhar e apurar o cumprimento das obrigações constantes nos TAC's I e II do COMPERJ encontram-se suspensos.**

No entendimento do MPRJ, os prazos para cumprimentos das obrigações materiais assumidas pela Petrobras/SEAS/INEA em ambos os TAC's também estão suspensos, diante da impossibilidade fática de cumprimento das obrigações nesse momento de pandemia do coronavírus, em que o próprio Governador decretou estado de emergência no RJ.

O MPRJ ressalta que, excepcionalmente, para eventuais situações emergenciais que serão comunicadas expressa e pontualmente, alguma demanda poderá ser apresentada por esta Promotoria a qualquer cidadão, órgão público ou sociedade empresária, inclusive à Petrobras, evidentemente de forma fundamentada.

Informa-se, ainda, que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do MPRJ, expediu a Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 21, de 13 de março de 2020 (em anexo), que *disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a adoção de medidas temporárias para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), com o objetivo de assegurar a continuidade das funções ministeriais e o adequado enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS).*

Posteriormente, expediu-se a Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 23, de 22 de março de 2020 (em anexo), que *disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, novas medidas temporárias para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19).* Ressalta-se que o expediente presencial nos órgãos de execução e administrativos do MPRJ está temporariamente suspenso. Os membros e servidores da Instituição permanecem exercendo suas funções regularmente em Regime Diferenciado de Teletrabalho.

Por fim, observa-se que qualquer comunicação direcionada a este órgão ministerial deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico *2pjtc.itaborai@mprj.mp.br.*

Segue em anexo cópia da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 21, de 13 de março de 2020 e da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 23, de 22 de março de 2020, para fins de ciência.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro – RJ
CEP: 20031-912

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 43
RJ

inea

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. Nº. :E-07/514603/2012

NOTIFICAÇÃO

Nº.:CEAMNOT/01045531

rubrica: liriends

Empresa/Nome PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS		**CNPJ/CPF** 33.000.167/0001-01
UNIDADE 02 LINHAS DE TRANSMISSÃO DE 345 KV	**CÓDIGO DA UNIDADE** UN016025	**INSCRIÇÃO ESTADUAL** 80.170.270
ATIVIDADE PRINCIPAL IMPLANTAÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA MAIOR QUE 230 KV.		**CÓDIGO DA ATIVIDADE** 35.11.31
ENDEREÇO DA ATIVIDADE DA LINHA DE TRANSMISSÃO DE FURNAS ADRIANÓPOLIS-MACAÉ ATÉ A SUBESTAÇÃO DO COMPERJ		
MUNICÍPIO ITABORAÍ E CACHOEIRAS DE MACACU	**BAIRRO/LOCALIDADE** SAMBAETIBA	**CEP** 20000-000
CONTATO/REPRESENTANTE VALTER SHIMURA		TELEFONE(S) 21 – 21669914
CARGO		

Em conformidade com a legislação vigente e em resposta à carta AB-PGI/LIC 0196/2014, fica V. Sa. notificada de que foi prorrogado por mais **60 (sessenta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação, o prazo para o atendimento à Notificação nº CEAMNOT/01043489, visando dar prosseguimento à análise do processo de licenciamento E-07/514.603/12, no qual foi requerida a Renovação de Licença de Instalação para implantação da linha de transmissão de energia de 345 kV, que atenderá ao COMPERJ, no município do Rio de Janeiro.

TECNICO DO INEA LIRIEN DIAS DE SANTANA		**MATRÍCULA** 0391282-1
CARGO TECNICO AMBIENTAL		**DIVISÃO** CEAM
DATA 18/11/2014	**ASSINATURA**	Lirien Dias de Santana Técnico Ambiental Mat. 0391282-1 ID: 0004461178 CEAM / inea

OBSERVAÇÕES

NOME ANDRÉ PINHEIRO SOARES		**CARGO** ENGº CIVIL
RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA 26/11/2014	**ASSINATURA**	

(1 Via - Autuado / 2 Via Processo administrativo / 3 Via COGEFIS / 4 Via Orgão de origem)

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 44
RJ

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2015

AB-PGI/LIC 0008/2015

À
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Rua Sacadura Cabral, 103 – Saúde.
Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20081-261

A/C: Ilmo Sr. José Maria Mesquita Júnior
Diretor de Licenciamento Ambiental – DILAM

Assunto: Linha de Transmissão 345 kV.

Referência: Notificação CEAMNOT/01045531.

Prezado Senhor,

Em atendimento à Notificação CEAMNOT/01045531, apresentamos 01 (uma) cópia impressa e 01 (uma) cópia digital do documento com justificativa e o objetivo da mudança de traçado da Linha de Transmissão, o diagnóstico da área diretamente afetada pela mudança de traçado e a caracterização da vegetação a ser suprimida com o inventário florestal atualizado.

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

Antonio Cesar Aragao Paiva
Gerente de Licenciamento para Implantações de Projeto
Abastecimento Programas de Investimento

Anexo(s): 01 (uma) cópia impressa e 01 (uma) cópia digital da justificativa e do objetivo da mudança de traçado da Linha de Transmissão, do diagnóstico da área diretamente afetada pela mudança de traçado e da caracterização da vegetação a ser suprimida com o inventário florestal atualizado.

inea Instituto Estadual do Ambiente
GERÊNCIA DE ATENDIMENTO - GA
Recebido em: 23/01/15
Hora:
Visto:
Felipe Cezar S. Silveira
Téc. Administrativo
Mat. 391.272-2 / ID 4.161.203-6
Gerência de Atendimento - GA/INEA

Gerência: AB-PGI/LIC
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A
Av. República do Chile, 65 - Sala 1901
CEP 20031-912 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 45
RJ

RESPOSTA À NOTIFICAÇÃO CEAMNOT/01043489 REFERENTE AO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DAS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE 345 kV DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO – COMPERJ

PROCESSO: E-07/514603/2012

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA MUDANÇA DO TRAÇADO DAS LINHAS DE TRANSMISSÃO (LT) DE 345 kV DO COMPERJ.

O traçado e o projeto de implantação das linhas indicado no desenho DE-6000.67-5144-942-NBF-002=D, Anexo I do PEX rev0, foram alterados para aquele mostrado nos desenhos de Planta de Traçado DE-5400.00-5144-700-AAE-001=0C e DE-5400.00-5144-700-AAE-013= 0B, bem como nos desenhos de Planta e Perfil, DE-5400.00-5144-700-AAE-002=1A e DE-5400.00-5144-700-AAE-003=1A, todos constantes no Anexo I deste documento.

Basicamente as alterações se deveram a dois tipos de fatores:

- ✓ 1º Fator: Decorrente da análise de consistência do Projeto Básico realizada na fase do Projeto Executivo, bem como dos levantamentos topográficos de perfil planialtimétrico das duas linhas e da necessidade de liberação do projeto por FURNAS, futura operadora das LT.

- ✓ 2º Fator: Quando da realização das atividades de liberação de faixas e áreas interferentes, foi realizada uma adequação em um trecho da faixa de servidão das LTs atendendo a solicitação do responsável por uma das propriedades afetadas, cadastrada como FC-001-053-001 (em Anexo), sendo proposto um desvio no traçado das LT, de forma a gerar menor impacto sobre a área relativa a este imóvel.

No que diz respeito ao conjunto dos dois fatores acima, verificaram-se alguns aspectos não considerados quando da realização do protocolo do pedido de LI neste órgão ambiental, quais sejam:

- Os perfis do terreno para implantação das duas LT são paralelos e com a distância de 35 metros, porém não são iguais, tendo sido suas diferenças contempladas no projeto executivo;

- Há presença de luminárias/postes de iluminação viária (públicas e privadas) que requerem espaçamentos mínimos de segurança para operação (NBR 5422) a serem observados no cruzamento de vias no momento do projeto executivo;

- Necessidade de redução do espaço dos eixos entre as LT para 35 m. Isso também permitirá que os eixos das linhas sejam instalados dentro da faixa de servidão, cuja largura é de 85 m conforme determinada no projeto básico;

- Adequaram-se e atenderam-se as exigências do corpo técnico de Furnas a solução a ser adotada no seccionamento (interligação com Sistema Interligado Nacional - SIN) da LT Adrianópolis – Macaé (C2) e para sua conexão á Subestação (SE) do Comperj;

- Oportunidade de realizar a solução de transposição de fases necessária no interior do loop de conexão (região do seccionamento da LT Adrianópolis - Macaé);

- Adequou-se o traçado ao relato inerente à propriedade FC-001-053-001, conforme citado na descrição do 2º fator.

No projeto executivo, esse conjunto de aspectos resultou numa nova locação para algumas estruturas de cada uma das duas LTs, com base em critérios de projeto.

O resultado é apresentado nos desenhos de Planta e Perfil, DE-5400.00-5144-700-AAE-002=1A e DE-5400.00-5144-700-AAE-003=1A anteriormente citados, tendo sido analisado e aprovado por FURNAS.

Em decorrência da nova locação feita, motivada pelos fatores e aspectos expostos, foram verificadas as seguintes alterações em termos de implantação de estruturas:

O numero total de estruturas da LT de 345 kV do Comperj aumentou de 42 (21 torres para cada lado do loop) para 50 (25 torres para cada lado do loop).

A solução do seccionamento do projeto executivo para a interligação da Subestação (SE) do Comperj à LT Adrianópolis-Macaé contemplará 8 estruturas do tipo H (em vez de 6) e a substituição de duas torres existentes por outras duas torres mais altas, ambas localizadas na região do seccionamento, sendo uma para elevação da LT Adrianópolis-Venda das Pedras em 345kV e outra para elevação da LT Adrianópolis-Rocha Leão de 138 kV localizadas na mesma faixa de servidão da LT Adrianópolis-Macaé a ser seccionada.

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
47
RJ

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 48 RJ

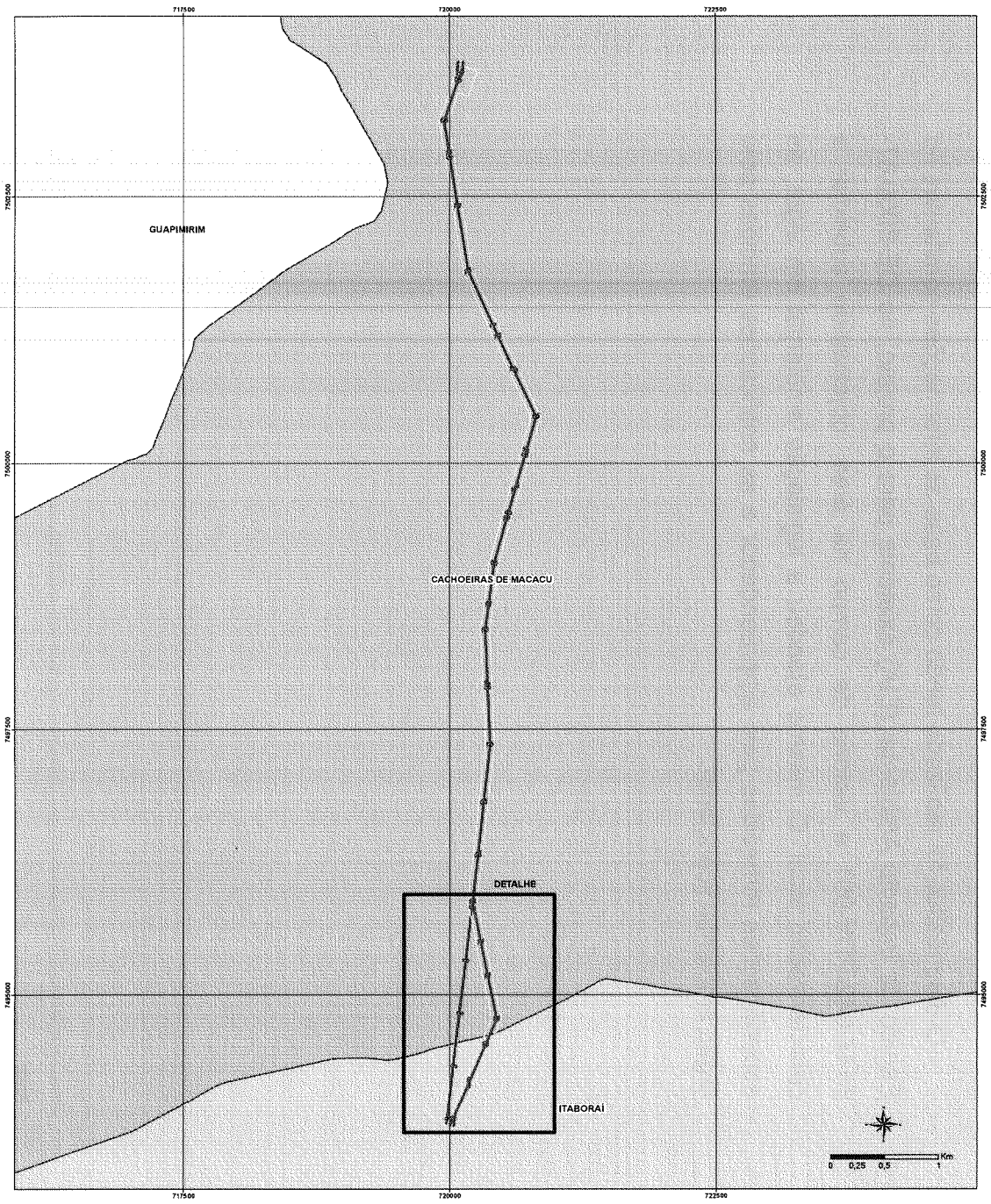
APRESENTAÇÃO

O presente documento consiste no diagnóstico do meio físico e biótico da Área Diretamente Afetada pela mudança do traçado das duas Linhas de Transmissão (LT) de 345kV, a serem implantadas na mesma faixa de servidão, derivadas do circuito 2 da Linha de 345 kV Adrianópolis-Macaé de Furnas para o Comperj, em atendimento a Notificação CEAMNOT/01043489.

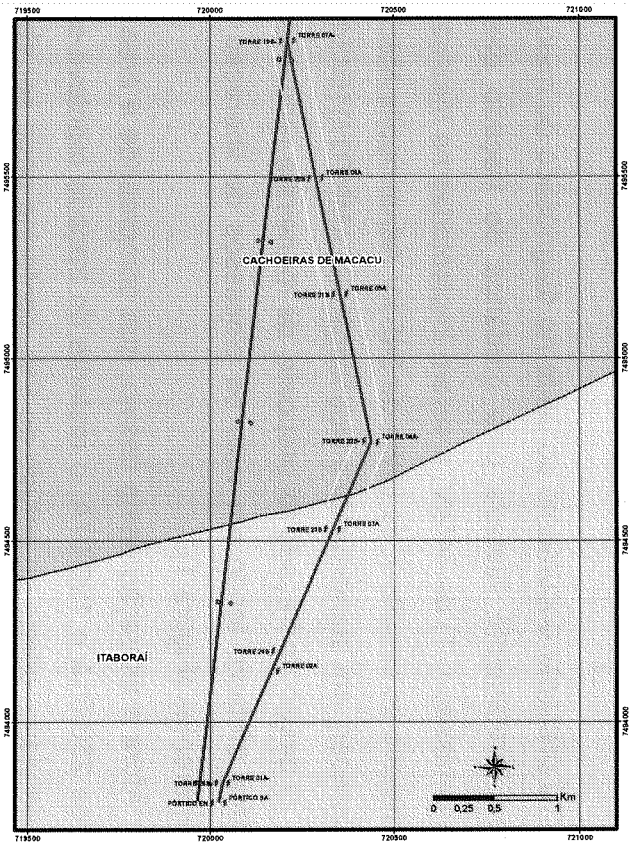
O desvio do traçado foi proposto, de maneira a reduzir interferências sobre a área afetada, tendo em vista os processos de liberação de faixas e áreas interferentes (Figura 1).

Afora a alteração deste desvio, que compreende a área entre os pares de torres 25B/01A e 19B/07A, o restante do traçado manteve-se na mesma faixa de servidão, objeto de estudo do EIA, conforme pode ser observado na Figura 1.

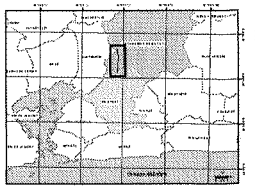
O diagnóstico foi realizado tendo como base as informações constantes no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) existente para o projeto, no DE-6000.67-5144-942-PDY-001 e vistoria de campo na área, objetivando subsidiar a caracterização local. O mesmo atendeu a legislação ambiental em vigor, as especificações fornecidas pelo empreendedor e as notificações emitidas pelo órgão ambiental licenciador.



DETALHE



MAPA DE SITUAÇÃO



NOTAS:

FONTES:

LEGENDA:

- Diretriz de Faixa - Traçado Original
- Diretriz de Faixa - Alteração de Traçado
- Torres Antigas
- Torres Projetadas
- Área Diretamente Afetada
- Área do COMPERJ
- Limite Municipal
- Municípios Atingidos

PETROBRAS

BOURSCHEID

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PELA MUDANÇA DE TRAÇADO DA LT 345 kV

Figura 1: Situação e Localização

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ Fl. 49

I - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

I.1 - MEIO FÍSICO

I.1.1 - Geologia

O levantamento dos aspectos geológicos da área que contém a alteração do traçado da LT 345kv do Comperj, consistiu no levantamento de dados geológicos preliminares (PETROBRAS/CEPEMAR, 2010) e caracterização em campo e sua análise, com vistas à elaboração de um mapa geológico na escala 1:10.000 para a área diretamente afetada (ADA) ao longo do traçado da linha. As três etapas metodológicas foram: (a) levantamento e compilação de dados prévios; (b) mapeamento geológico de campo e; (c) elaboração do mapa geológico em ambiente SIG.

A área diretamente afetada por esta alteração situa-se diretamente sobre rochas da Formação Macacu, onde afloram conglomerados ortoquartzíticos clasto suportados, relativamente mal selecionados capeados por siltitos arroxeados e arenitos que, por sua vez são capeados por conglomerados amarelados suportados com matriz arenosa, todos de origem fluvial.

Nas partes baixas e planas das planícies aluviais, afloram depósitos de areia, argila e silte, predominantemente, sendo esta a unidade litológica mais relevante da área afetada pela alteração de traçado. São sedimentos de origem fluvial, lacustre ou marinhos (Figura 2). Estão em cotas em torno de 10m ou menos e são frequentemente alagados na época das chuvas. Partes destas regiões são permanentemente alagadiças, formando brejos e mangues.

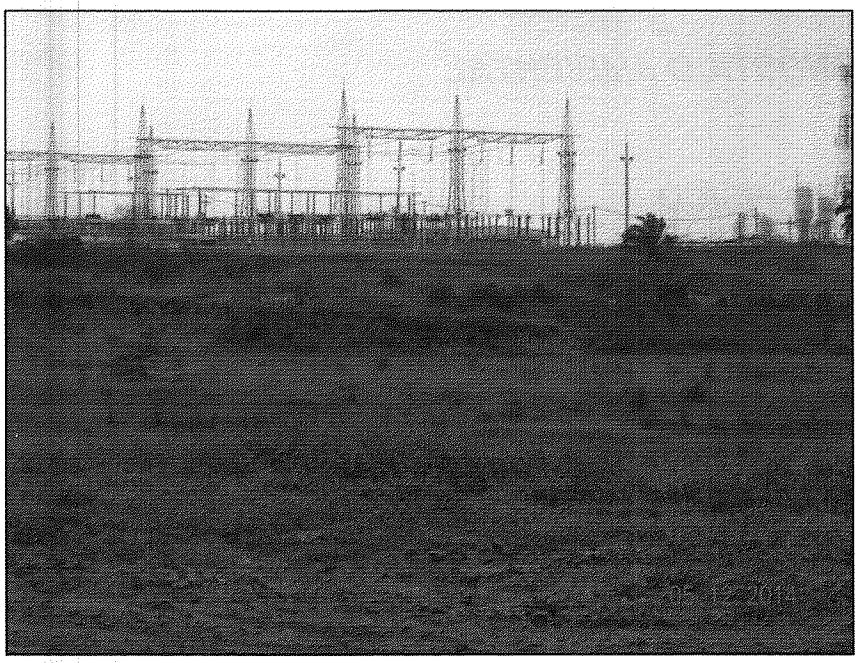
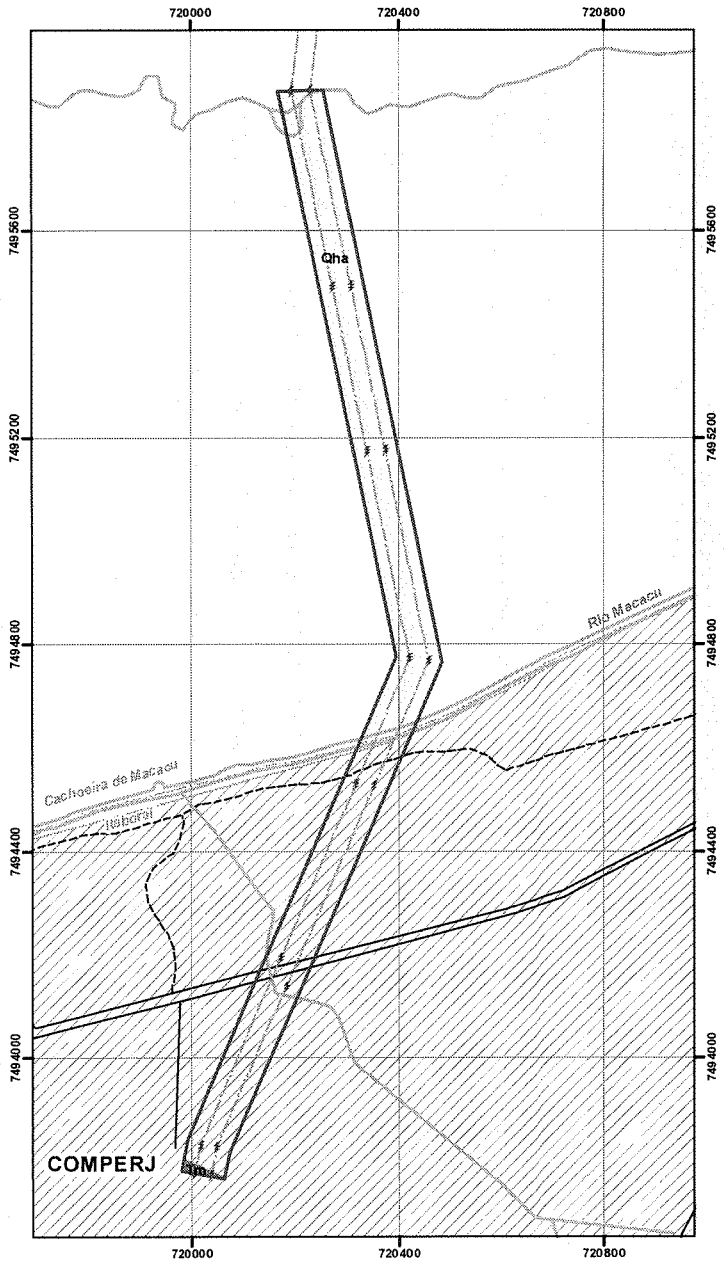


Figura 2 - *Vista da área onde afloram sedimentos quaternários.*

Com base nessas informações, foi possível elaborar uma figura, em escala 1:10.000 com as informações litológicas presentes ao longo deste traçado (Figura 3).



LEGENDA:

- Área Diretamente Afetada
- Linha de Transmissão
- Torres de Transmissão
- Área do COMPERJ
- Cursos D'água
- Estradas
- Caminhos_Acessos
- Limite Municipal

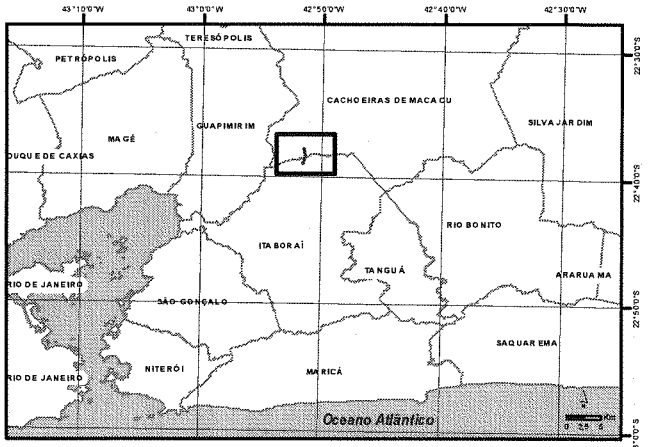
Unidade Geológica

- Quaternário Qha - Aluvião
- Terciário Tm - Formação Macacu

N W E S

0 125 250 500 m

MAPA DE SITUAÇÃO



NOTAS:

Sistema de Coordenadas: UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso: 23

FONTES:

Mapa Geológico do Estado do Rio de Janeiro - CPRM, 2000, compilado de EIA/RIMA para implantação das Linhas de Transmissão de 345 kV da derivação para o COMPERJ - PETROBRAS-GRUPO CEPEMAR/2010

PETROBRAS

BOURSCHEID

CLIENTE: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.**

PROGRAMA: COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO:

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PELA MUDANÇA DE TRAÇADO DA LT 345 kV

Figura 3: Geologia

PROJ.:	PROJETO:	VERIF.:	APROV.:
11279	GEÓL. DANIGENZ USZACKI	BIÓL. FERNANDA TRIERVEILER	ENG°. AGR°. NELSON SILVEIRA
ESCALA:	DATA:	FOLHA:	REVISÃO:
1:10.000	DEZ/2014	01 DE 01	0

I.1.2 - Geomorfologia

Este diagnóstico contempla os aspectos geomorfológicos na área do empreendimento da Alteração do traçado da linha de transmissão 345kv do Comperj, abordando sua evolução e dinâmica de processos, localizadamente.

As três etapas metodológicas foram: (a) levantamento e compilação de dados prévios; (b) mapeamento geomorfológico de campo e; (c) elaboração do mapa geomorfológico em ambiente SIG.

Utilizando dados já existentes do Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj (PETROBRAS/CEPEMAR, 2010), onde foi elaborado um mapa com as seguintes condições:

> Para a elaboração cartográfica e analise geomorfológica deste estudo adotamos como base a classificação elaborada pelo CPRM no mapa geomorfológico do estado do Rio de Janeiro (2000). O arcabouço teórico deste estudo foi a abordagem metodológica desenvolvida por Ross (1990), na qual o relevo e o mapeamento são encarados como relação entre degradação (denudação) e agradação (deposição). Para compatibilizar a escala de mapeamento de 1:250.000 do CPR com a escala exigida pelo estudo (1:100.000 - AII e 1:25.00 - AID), um cruzamento de dados de diversas origens e temas foi realizado. Foram levantadas as cartas topográficas do IBGE (Folha Itaboraí - SF-23-Z-B-V-I) na escala 1:50.000, um mosaico de imagens de satélite Ikonos (resolução espacial de 1m), assim como trabalhos de campo analíticos, que objetivaram detalhar a descrição do relevo, assim como realizar um registro fotográfico. Após todas essas etapas, novas geometrias para os polígonos foram desenhadas em ambiente SIG, terminando assim o processo de mapeamento geomorfológico.
> ...

De acordo com estes dados prévios, associados ao mapeamento realizado, uma unidade morfoestrutural foi identificada (BACIAS SEDIMENTARES CENOZÓICAS).

Sendo esta, ainda, subdividida em duas unidades geomorfológicas, que, a seguir, serão descritas:

TABULEIROS (211): Os Tabuleiros são formas de relevo suavemente dissecadas, com extensas superfícies de gradiente suave e colinas tabulares, com topos planos e alongados e vertentes retilíneas (Figura 4).

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL
51
RJ



Figura 4 *– Visualização dos tabuleiros.*

PLANÍCIES ALUVIAIS (111): São planícies de inundação sub-horizontais, com gradientes extremamente suaves e convergentes em direção aos canais-tronco. Possuem gradientes extremamente suaves e convergentes à linha de costa, de interface com os sistemas deposicionais continentais e marinhos. São terrenos mal-drenados e normalmente com padrão de drenagem meandrante. Esta segunda unidade geomórfica é a dominante na área da ADA. Este ambiente é caracterizado pelo relevo plano e, em sua maior parte, coberto por solos Glei, típicos de ambiente redutor. Estes são solos orgânicos, com textura argilosa e muito argilosa. O alto teor de argila no solo associado com a cobertura vegetal de pastagem dificulta a infiltração e a percolação da água em subsuperfície, tendo assim uma tendência ao saturamento e encharcamento do solo e, subsequentemente, ao escoamento superficial quando ocorrem chuvas de alta intensidade (Figura 5).

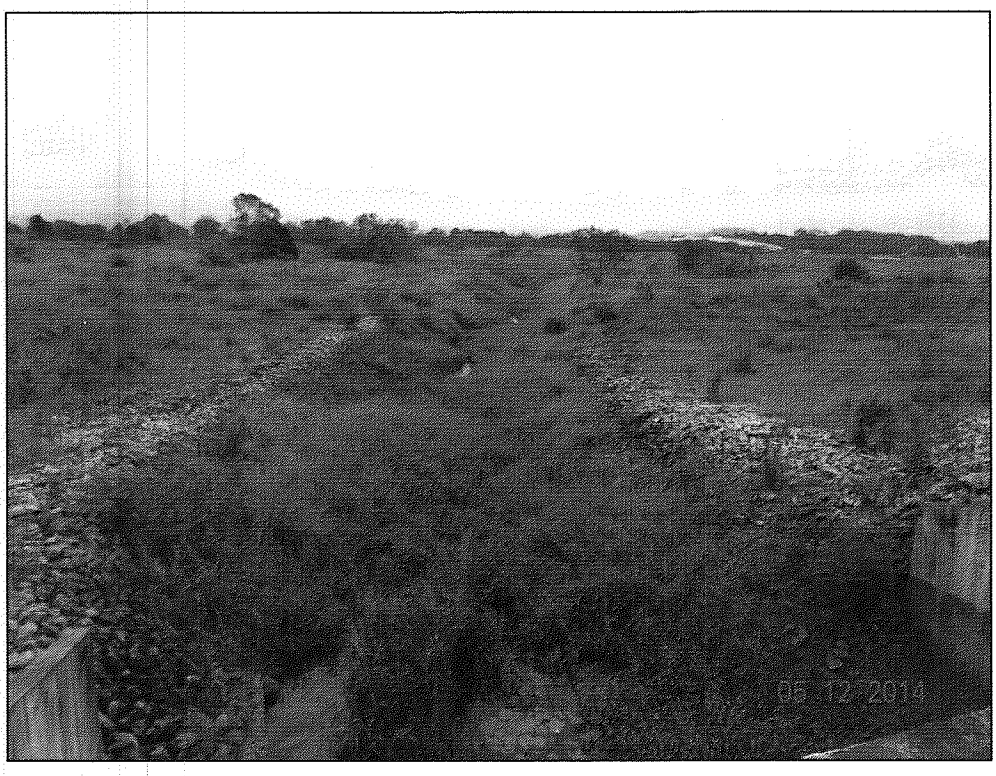
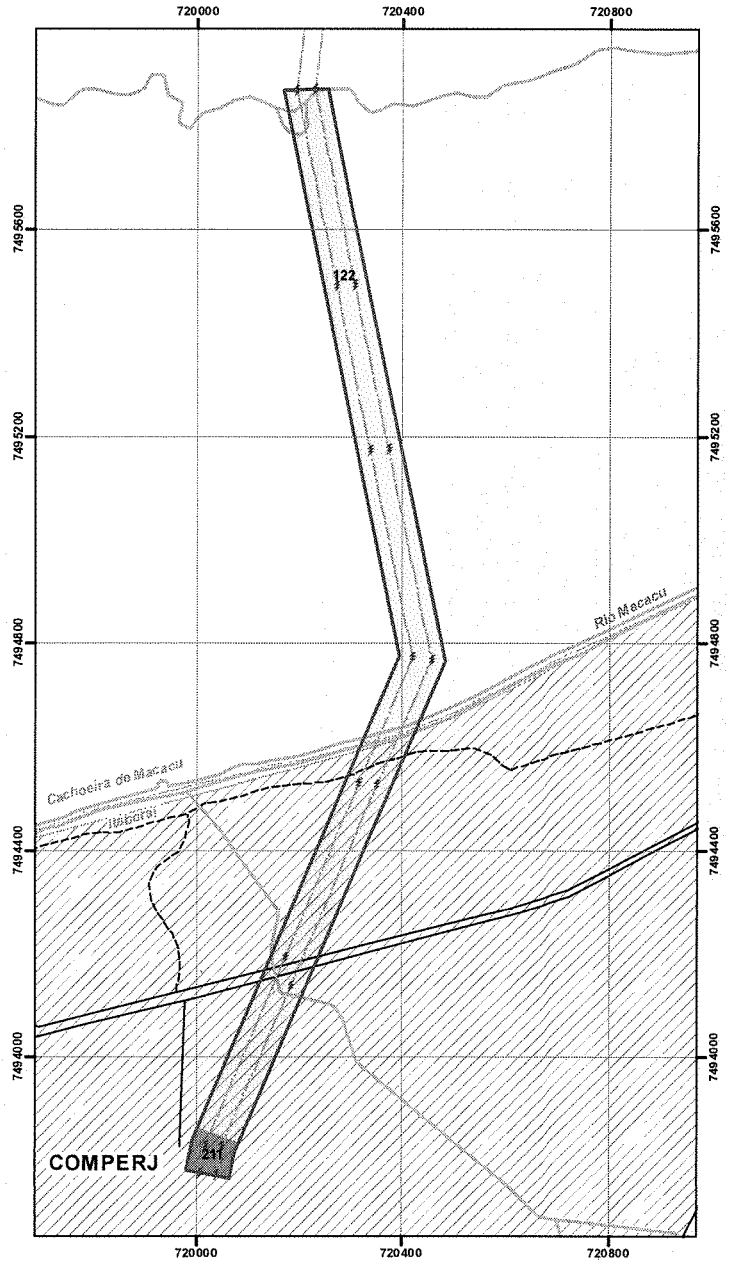


Figura 5 - *Vista geral das planícies aluviais com sedimentos quaternários.*

Considerando as unidades geomorfológicas da ADA, foi elaborada uma figura da Geomorfologia da área deste projeto (Figura 6).



LEGENDA:

- Área Diretamente Afetada
- Linha de Transmissão
- Torres de Transmissão
- Área do COMPERJ
- Cursos D'água
- Estradas
- Caminhos_Acessos
- Limite Municipal

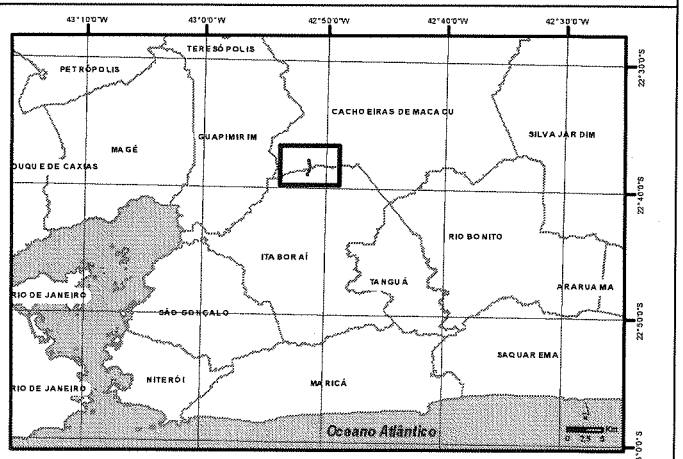
Unidades Geomorfológicas

- 122 Planícies Colúvio-Aluvio-Marinhas
- 211 Tabuleiros



0 125 250 500 m

MAPA DE SITUAÇÃO



NOTAS:

Sistema de Coordenadas: UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso: 23

FONTES:

Mapa Geomorfológico do Estado do Rio de Janeiro - CPRM, 2000 - compilado de EIA/RIMA para implantação das Linhas de Transmissão de 345 kV da derivação para o COMPERJ - PETROBRAS e GRUPO CEPEMAR/2010

PETROBRAS

BOURSCHEID ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S.A.

CLIENTE: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.**

PROGRAMA: COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO:

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PELA MUDANÇA DE TRAÇADO DA LT 345 kV

Figura 6: Geomorfologia

PROJ.: 11279	PROJETO: GEÓL. DANI GENZ USZACKI	VERIF.: BIÓL. FERNANDA TRIERVEILER	APROV.: ENG°. AGR°. NELSON SILVEIRA
ESCALA: 1:10.000	DATA: DEZ/2014	FOLHA: 01 DE 01	REVISÃO: 0

I.1.3 - Pedologia

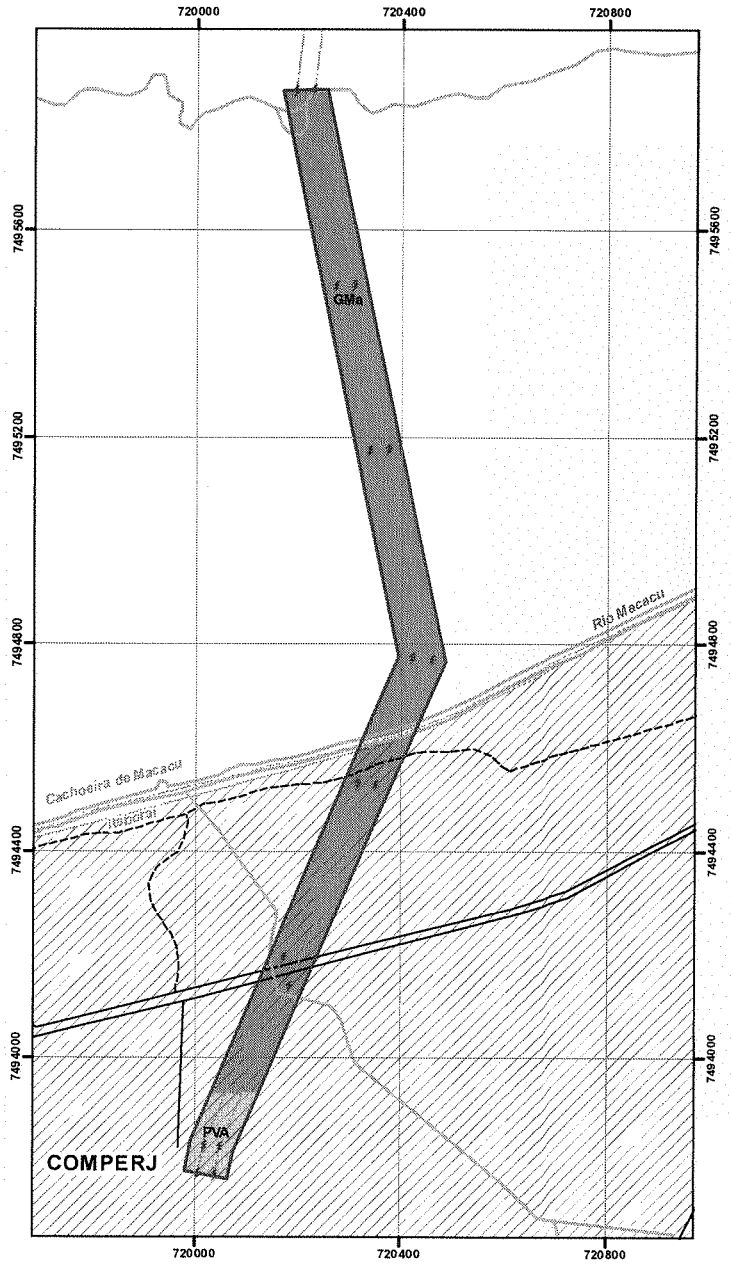
Para a elaboração deste diagnóstico, foi realizado um levantamento das informações preliminares disponíveis, em complemento com observações de campo, para identificar as principais classes de solos presentes na área do estudo (ADA do traçado de alteração da Linha de Transmissão de 345kV do Comperj).

As três etapas metodológicas foram: (a) levantamento e compilação de dados prévios; (b) mapeamento geológico de campo e; (c) elaboração do mapa geológico em ambiente SIG.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj (PETROBRAS/CEPEMAR, 2010):

> A unidade básica utilizada foi o perfil do solo, que se constitui de uma seção vertical a partir da superfície até onde penetra a ação do intemperismo. Quando examinados, observa-se a presença de seções aproximadamente paralelas (horizontes ou camadas), que se distinguem do material de origem inicial por adições, perdas, translocações e transformações de energia e matéria. Foram realizadas atualizações na legenda do mapeamento, conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 1999). Tendo como base o levantamento de reconhecimento de baixa intensidade dos solos do estado do Rio de Janeiro, foi realizada uma generalização das informações para apresentação em escala de maior detalhe. Foram realizadas observações no campo através de tradagens e exames em perfis expostos em barrancos. De acordo com as normas do Manual de Pedologia do IBGE (2007), buscou-se caracterizar os solos mais representativos dentro de cada unidade de mapeamento. Para isto, procurou-se posicionar a amostragem na parte mais central da situação de ocorrência de cada um deles.
>
> A partir dos registros de campo, em conjunto com os dados analíticos, realizou-se a interpretação de fotografias aéreas com apoio adicional de imagens de satélite, para que por fim os limites das unidades de mapeamento fossem estabelecidos, sendo transferidas para base planialtimétrica na escala 1:50.000 para a AII e na escala de 1:25.000 para a AID.

Com a utilização destes dados prévios, foi gerado uma figura da pedologia em escala 1:10.000 (Figura 7).



LEGENDA:

- Área Diretamente Afetada
- Linha de Transmissão
- Torres de Transmissão
- Área do COMPERJ
- Cursos D'água
- Estradas
- Caminhos_Acessos
- Limite Municipal

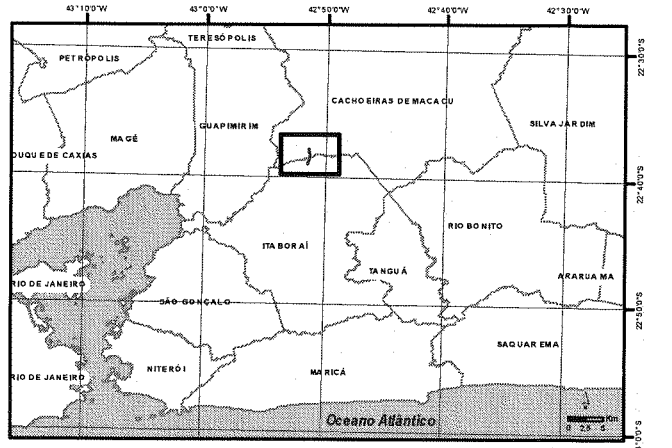
Pedologia

- PVA Argissolo Vermelho Amarelo
- GMa Gleissolo Melânico álico

N W E S

0 125 250 500 m

MAPA DE SITUAÇÃO



NOTAS:

Sistema de Coordenadas: UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso: 23

FONTES:

Mapa Pedológico do Estado do Rio de Janeiro - EMBRAPA, 2000, compilado de EIA/RIMA para implantação das Linhas de Transmissão de 345 kV da derivação para o COMPERJ - PETROBRAS e GRUPO CEPEMAR/2010

PETROBRAS

BOURSCHEID

CLIENTE: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.**

PROGRAMA: COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO:

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PELA MUDANÇA DE TRAÇADO DA LT 345 kV

Figura7: Pedologia

PROJ.:	PROJETO:	VERIF.:	APROV.:
11279	GEÓL. DANI GENZ USZACKI	BIÓL. FERNANDA TRIERVEILER	ENG°. AGR°. NELSON SILVEIRA
ESCALA: 1:10.000	DATA: DEZ/2014	FOLHA: 01 DE 01	REVISÃO: 0

Considerando a ADA, o traçado da linha percorre um trecho unicamente sobre uma planície aluvionar e colúvio-aluvionar até o local da subestação (Figura 8). Esta baixada esta inserida na unidade de mapeamento **GMa** constituída pela associação dos Gleissolos Melânicos álico, com argila de atividade alta, com horizonte A húmico ou A proeminente, textura argilosa ou muito argilosa e o GleissoloHáplico (Figura 9). Na porção mais próxima ao Comperj, é possível identificar uma pequena faixa de solo - Argissolo Vermelho Amarelo, situado nas porções um pouco mais elevadas que a planície aluvionar, sobretudo muito alterado em virtude das obras anteriores de aterro quando do início da instalação do complexo.

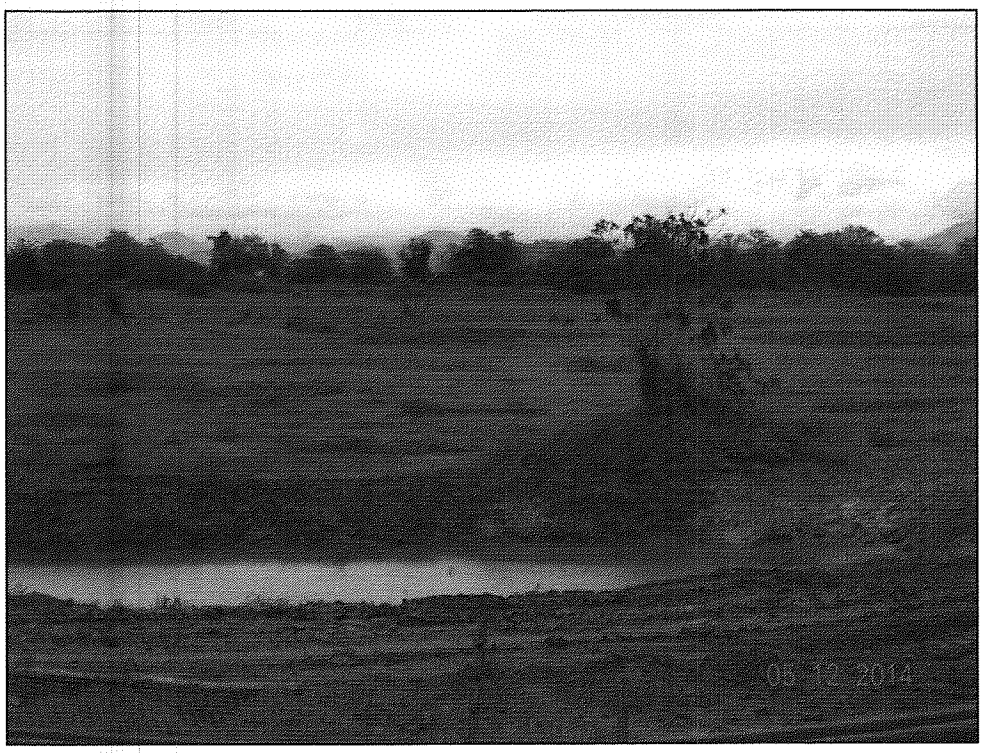


Figura 8 – *Planície aluvionar do Rio Macacu.*

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
54
RJ

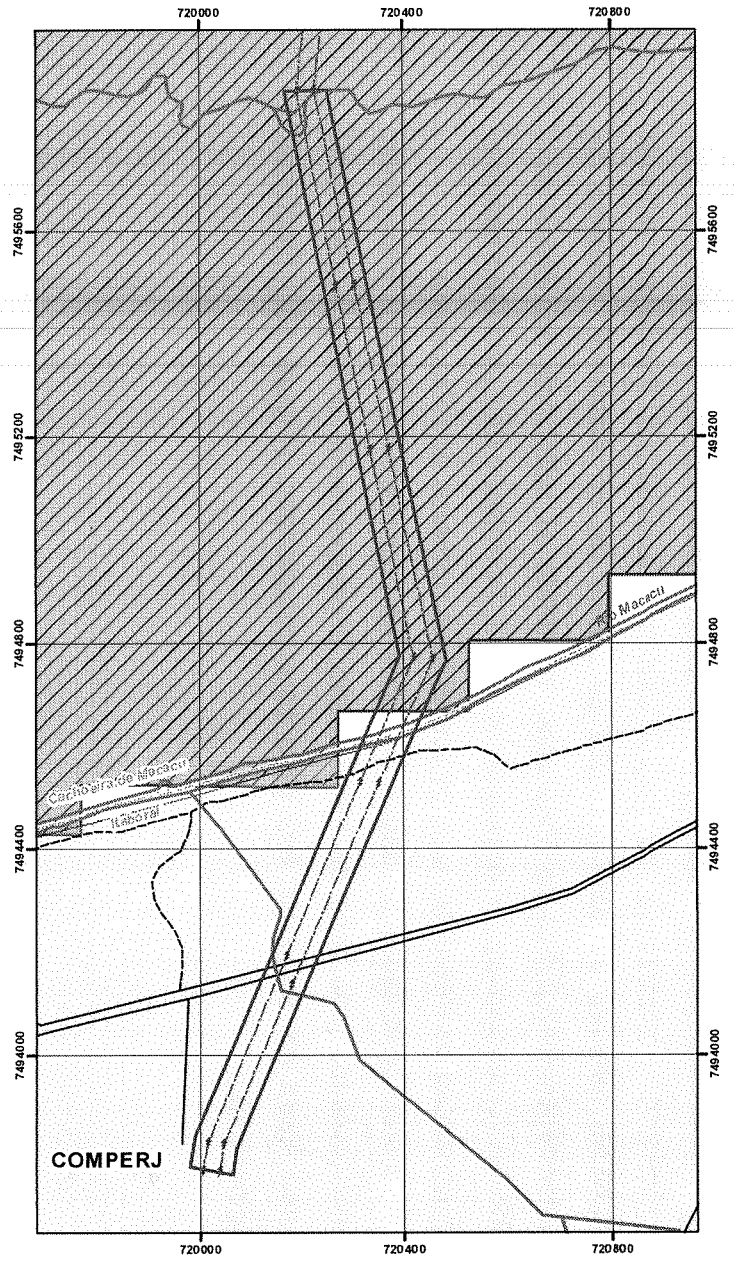


***Figura 9** – Perfil de solo da classe Gleissolo Melânico álico (PETROBRAS/CEPEMAR, 2010).*

I.1.4 - Atividades Minerárias

A identificação dos processos minerários na ADA da Alteração do Traçado da Linha de 345kV do Comperj foi realizada a partir de um levantamento dos processos protocolados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), através de uma consulta ao banco de da SIGMINE: Sistema de Informação Geográfica da Mineração, contendo as poligonais das áreas com Títulos (Licenciamento, Concessão de Lavra, Permissão de Lavra Garimpeira e Autorização de Pesquisa) com os respectivos números dos Processos.

Foram levantados os dados de todos os processos de direitos minerários interceptados pela linha de transmissão, correspondente à ADA e elaborado uma figura em ambiente SIG para esta visualização. (Figura 10 - Recursos Minerários).



LEGENDA:

- Linha de Transmissão
- Torres de Transmissão
- Área Diretamente Afetada
- Área do COMPERJ
- Cursos D'água
- Estradas
- Caminhos e Acessos
- Limite Municipal

Recursos Minerários

- 890369/2014
- 890395/2008

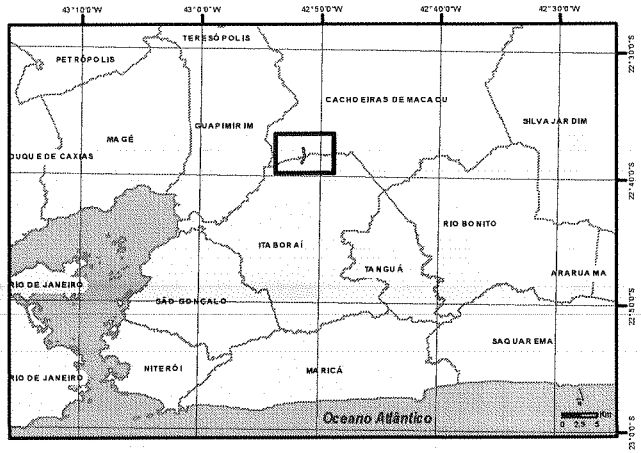
N
W E
S

0 125 250 500 m

Recursos Minerários:

PROCESSO	ANO	AREA_HA	FASE	ULT_EVENTO	NOME	SUBS	USO	UF
890395/2008	2008	1761,86	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	1974 - SUSPENSÃO DE ANALISE - CONFLITO PROJ ENERGETICO EM 06/05/2014	Luiz Antônio Gomes de Almeida	AREIA	CONSTRUÇÃO CIVIL	RJ
890369/2014	2014	1761,43	REQUERIMENTO DE PESQUISA	100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOCOLIZADO EM 15/05/2014	Gabriela Serra Mares	AREIA	CONSTRUÇÃO CIVIL	RJ

MAPA DE SITUAÇÃO



NOTAS:

Sistema de Coordenadas: UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso: 23

FONTES:

Recursos Minerários: Disponível em http://www.dnpm.gov.br/, Acessado em 11/12/2014.

PETROBRAS

BOURSCHEID

CLIENTE: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.**

PROGRAMA: COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO:

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PELA MUDANÇA DE TRAÇADO DA LT 345 kV

Figura 10: Recursos Minerários

PROJ.: 11279	PROJETO: GEÓL. DANI GENZ USZACKI	VERIF.: BIÓL. FERNANDA TRIERVEILER	APROV.: ENG°. AGR°. NELSON SILVEIRA
ESCALA: 1.10.000	DATA: DEZ/2014	FOLHA: 01 DE 01	REVISÃO: 0

MINISTÉRIO PÚBLICO FL 55 RJ

Ao todo, foram identificados apenas 02 títulos minerários na ADA, conforme Quadro 1, a seguir:

***Quadro 1** – Informações básicas dos processos minerários.*

N° do Processo	Fase	Requerente	Último Evento	Substância	Uso
890395/ 2008	Requerimento de Pesquisa	Luiz Antônio Ganem de Almeida	1974 - SUSPENSÃO DE ANÁLISE- CONFLITO PROJ ENERGETICO	Areia, Turfa	Construção Civil
890369/ 2014	Requerimento de Pesquisa	Rogerio Azevedo de Castro	100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOCOLIZADO	Areia, Turfa	Construção Civil

Fonte: SIGMINE/DNPM (data do acesso: 11/12/2014).

Cabe ressaltar que os trâmites legais junto ao DNPM podem sofrer modificações em relação à fase de requerimento de lavra mineral apresentada neste relatório. Desta forma, até a data de emissão da Licença de Instalação (LI) do empreendimento ora requerido, deverão ser levantadas novamente todos os processos de interesse mineral que estejam sendo atravessadas pela diretriz da linha de transmissão, para que tais áreas sejam bloqueadas em virtude da construção/operação do empreendimento.

I.1.5 - Recursos Hídricos

Para esta avaliação, foi considerada a Unidade de Bacia Hidrográfica, como sendo a unidade fundamental para os recursos hídricos superficiais da ADA da alteração do traçado da Linha de Transmissão 345kV do Comperj e descrição conforme estudo prévio Petrobras/CEPEMAR (2010), a seguir:

> Este recorte espacial é utilizado para a gestão e planejamento dos recursos hídricos após a implementação da lei 9.433/97. Dessa forma, todos os recursos ambientais continentais, ou seja, água, solos, subsolos, ar e biodiversidade, serão administrados de acordo com a bacia hidrográfica onde se inserem. No estado do Rio de Janeiro, por coerência conceitual e metodológica, elaborou-se uma divisão com base em uma bacia hidrográfica ou um conjunto de bacias denominado por Macrorregião Ambiental. A linha de transmissão 345kv Comperj está situada dentro de duas bacias

hidrográficas: na bacia do rio Macacu e de seu principal afluente, rio Guapi-Açu, sendo a principal bacia contribuinte para a Baía de Guanabara em sua porção nordeste. Segundo a divisão em macrorregiões ambientais, as bacias de drenagem onde irá acontecer o empreendimento pertencem à Macrorregião Ambiental 1.

ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII)

Os sistemas de drenagem que se direcionam para a Baía de Guanabara compreendem uma superfície de 4.081 km², com uma topografia diversificada, constituída por planícies, das quais se destaca uma grande depressão denominada baixada fluminense; pelas colinas e maciços costeiros e pelas escarpas da Serra do Mar. Os divisores de águas têm início no Pão de Açúcar e prosseguem pelas cristas da Serra da Carioca, dos Maciços da Tijuca e Pedra Branca e pelas Serras de Madureira-Mendanha, Tinguá, do Couto, da Estrela, dos Órgãos, Macaé de Cima, Santana, Botija, Sambê, Barro de Ouro, Sapucaia, Caçorotiba, Tiririca e Grande, tendo seu trecho final no Morro da Viração, em Niterói, nas proximidades da Fortaleza de Santa Cruz.

A bacia hidrográfica é composta de 50 rios e riachos, sendo os principais os rios Macacu, Iguaçu, Estrela e Sarapuí (Figura II.5.1.9 - 1: Mapa de Recursos Hídricos). Os trechos de baixo curso de muitos rios vêm sendo modificados por obras de drenagem executadas pelos órgãos públicos. As intervenções mais significativas se deram nas décadas de 30 e 40, devido às obras de dragagem, retificação e construção de canais, empreendidas pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e posteriormente pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS (SEMADS, 2001). As imensas áreas urbanizadas resultaram na retificação e canalização com concreto de centenas de quilômetros de cursos de água. A rede de drenagem da planície de inundação da bacia do rio Macacu (50.735 ha) foi objeto de várias obras no passado e recentemente, sempre com o foco na prevenção das inundações e na liberação de áreas para uso agrícola.

• Bacia do Rio Guapi-Açu e Macacu:
A bacia hidrográfica do rio Guapi-Açu e Macacu, formada pelos rios Macacu, Guapi-Açu e Guapimirim, tem uma área total de 1.233 km2. O rio Macacu nasce na serra dos Órgãos, especificamente dentro dos limites do Parque Estadual dos Três Picos, em relevo escarpado que atinge uma altitude de 1.700m, no município de Cachoeiras de Macacu, de extensão de 74 km até a sua junção com o Guapimirim, e sua foz na Baía de Guanabara, na APA de Guapimirim. As nascentes do rio Guapimirim têm altitude superior a 2.000 metros. Os rios da bacia percorrem áreas de topografia suave, que conforma a maior parte de seus cursos, formadas por colinas e planícies aluvionares e fluviomarinhas, onde a densidade de drenagem é baixa.
Na confluência dos rios Guapi-Açu e Macacu inicia-se o Canal de Imunana, que desvia o curso da Macacu unindo-o ao rio Guapimirim, até desaguar na baía de Guanabara, nos manguezais da APA de Guapimirim. Os principais afluentes do rio Macacu são os rios São Joaquim, Bela Vista, Bengala, Soarinho, das Pedras, Pontilhão e Alto Jacu, pela margem esquerda, e os rios Duas Barras, Cassiano e Guapi-Açu, seu maior afluente pela margem direita.

• Sistema de Abastecimento:

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 56 RJ

A bacia do Guapiaçu/Macacu é responsável pelo sistema de abastecimento de água dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirm, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, que é realizado pela CEDAE e abastece uma população de 2,5 milhões habitantes em ponto de captação da bacia Guapiaçu/Macacu a jusante do Comperj, no canal de Imunama, no âmbito do sistema descrito adiante, chamado Imunama-Laranjal. Para esta unidade hidrográfica são registrados os seguintes parâmetros morfométricos, segundo PDRHBG (2005): Índice de Compacidade: 1,57; Índice de Forma: 0,23; Declividade Média: 14,85 e Coeficiente Médio de Escoamento: 0,34. A captação de água da CEDAE está localizada no canal de Imunana, desvio do rio Macacu do seu leito original, e se encontra 2.584 m a jusante do limite oeste do Comperj. A ligação entre a captação e as bombas da CEDAE é feita por um canal com 3 km de comprimento.
Para efeito de represamento da água e contenção de uma possível contaminação de água salgada vindo da baía de Guanabara, foi construída uma barragem sobre a qual o rio transborda naturalmente. A barragem do rio provoca um desnível de cerca de 1m entre a água represada e a água a jusante. Como parte da barragem existe também um canal lateral de desvio fechado por uma comporta. Na área da captação existem quatro entradas equipadas inicialmente com grades que filtram o material de maior dimensão e atrás deles comportas que podem ser fechadas. Esta água captada pela CEDAE é da ordem de 5.2 m³/s para abastecer as cidades de Niterói (98%), São Gonçalo, Paquetá e parte de Itaboraí e Porto das Caixas.

De acordo com a escala da alteração do traçado proposto, em relação ao traçado original, não houve mudança do diagnóstico recente existente (PETROBRAS/CEPEMAR, 2010) sobre os recursos hídricos, havendo, somente, alteração no ponto de travessia aérea da linha sobre o rio Macacu (Figura 11, Figura 12), de um afluente do rio Macacu (Figura 13) e de outro do rio Caceribu (Figura 14).

Cruzamento aéreo sobre o rio Macacu:

Traçado original: Lat./Long (Sirgas 2000) – 720069.3 W / 7494547.4 S

Alteração do traçado: lat./Long. (Sirgas 2000) – 720370.1 W / 7494618.8 S

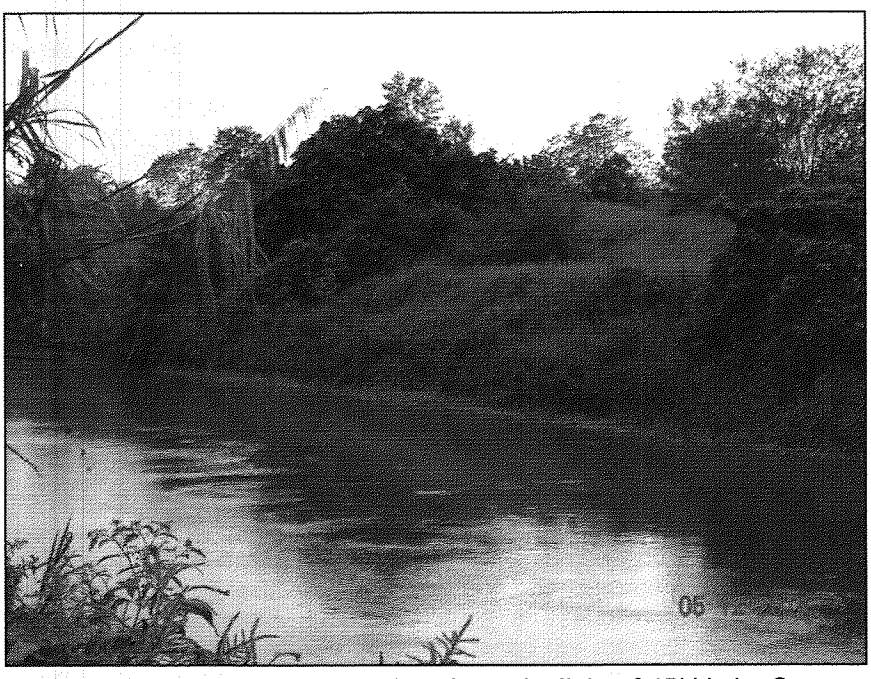


Figura 11 *– Local da travessia aérea da linha 345kV do Comperj sobre o rio Macacu.*

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 57 RJ

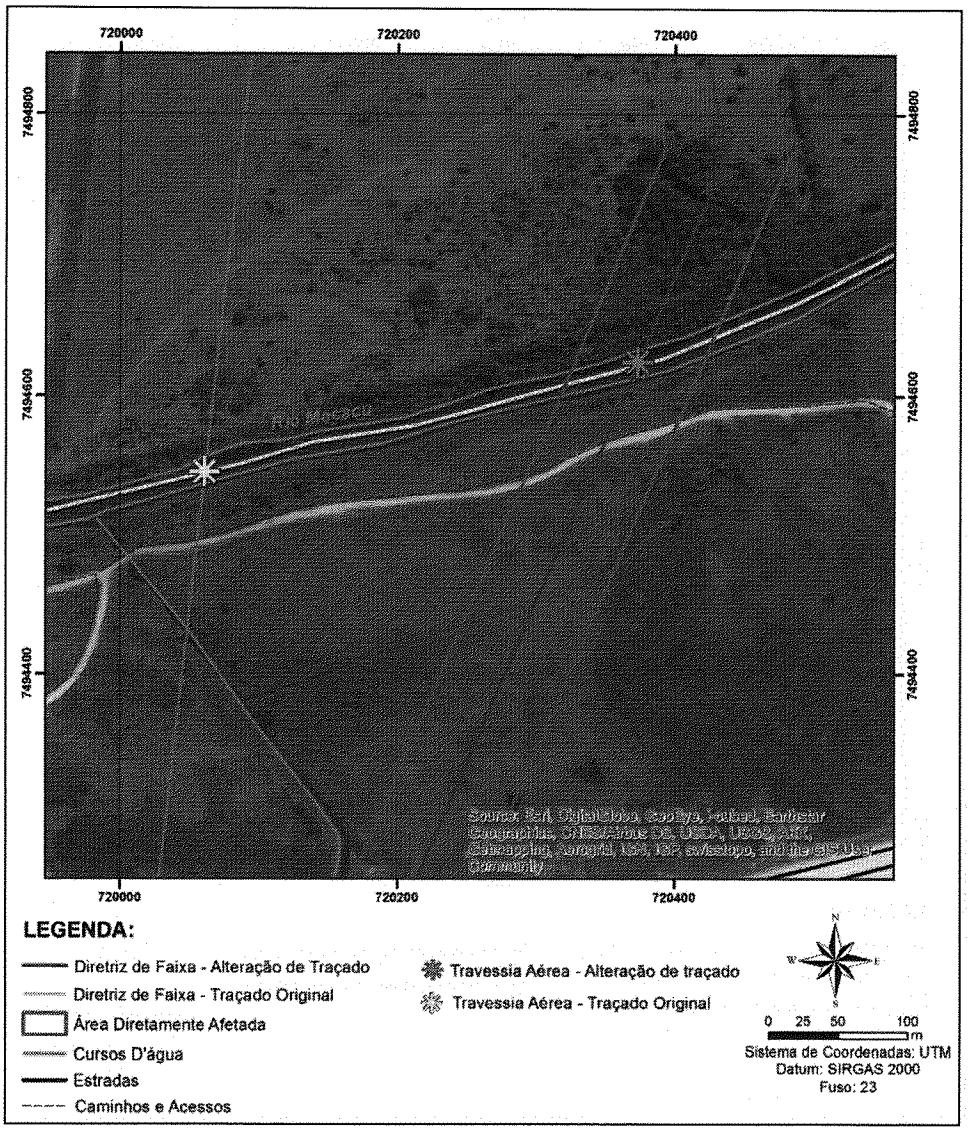


***Figura 12** – Localização da travessia aérea original e da alteração do traçado da LT 345kV do Comperj sobre o rio Macacu.*

Cruzamento aéreo sobre afluente do rio Macacu:

Traçado original: Lat./Long (Sirgas 2000): 72005.5 W / 7494423.8 S

Alteração do traçado: lat./Long. (Sirgas 2000): 720161.4 W / 7494130.7 S

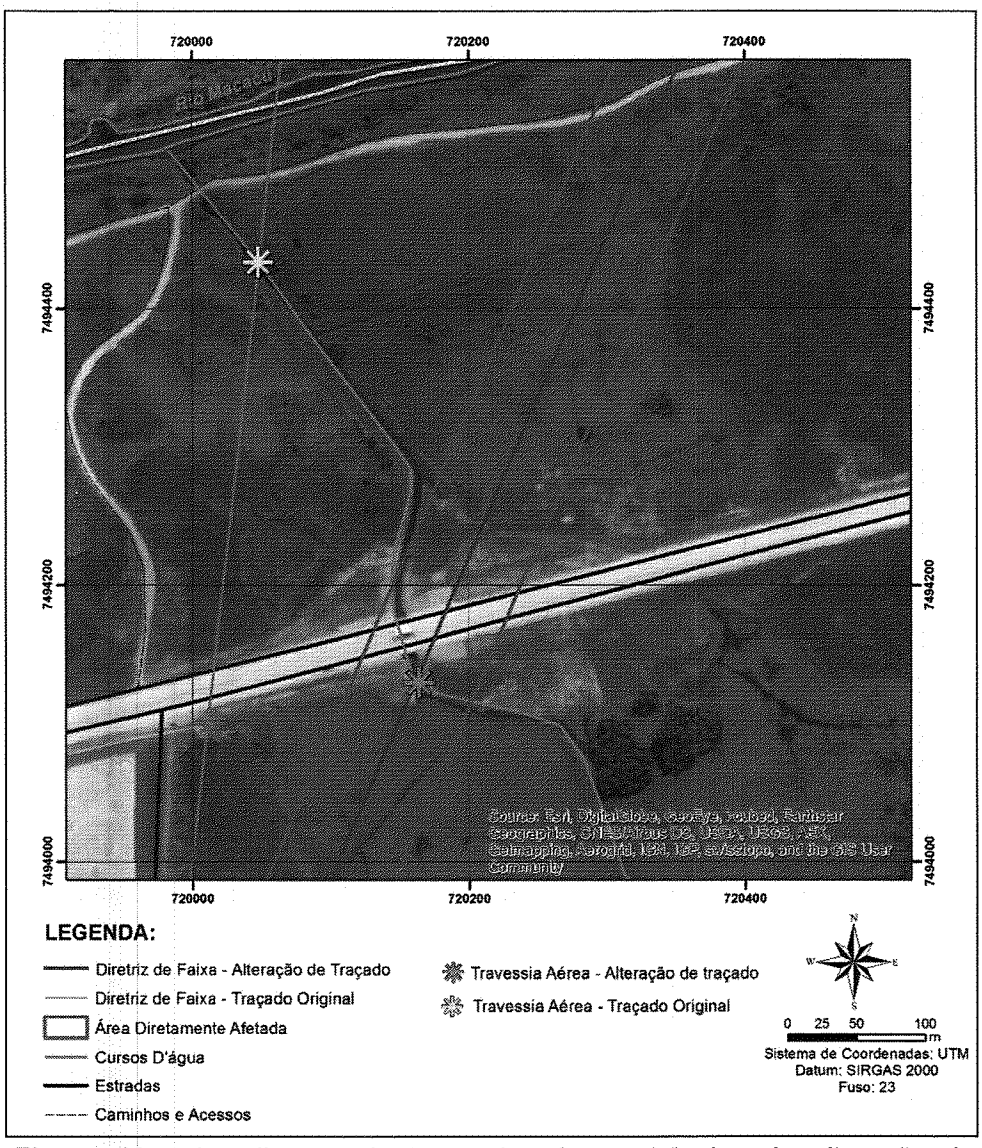


Figura 13 *– Localização da travessia aérea original e da alteração do traçado da LT 345kV do Comperj sobre o afluente do rio Macacu.*

Cruzamento aéreo sobre afluente do rio Caceribu:

Traçado original: Lat./Long (Sirgas 2000) – 720207.9 W / 7495844.9 S e 720201.6 W / 7495787.5 S

Alteração do traçado: lat./Long. (Sirgas 2000) – 720214.6 W – 7495853.7 S

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 58

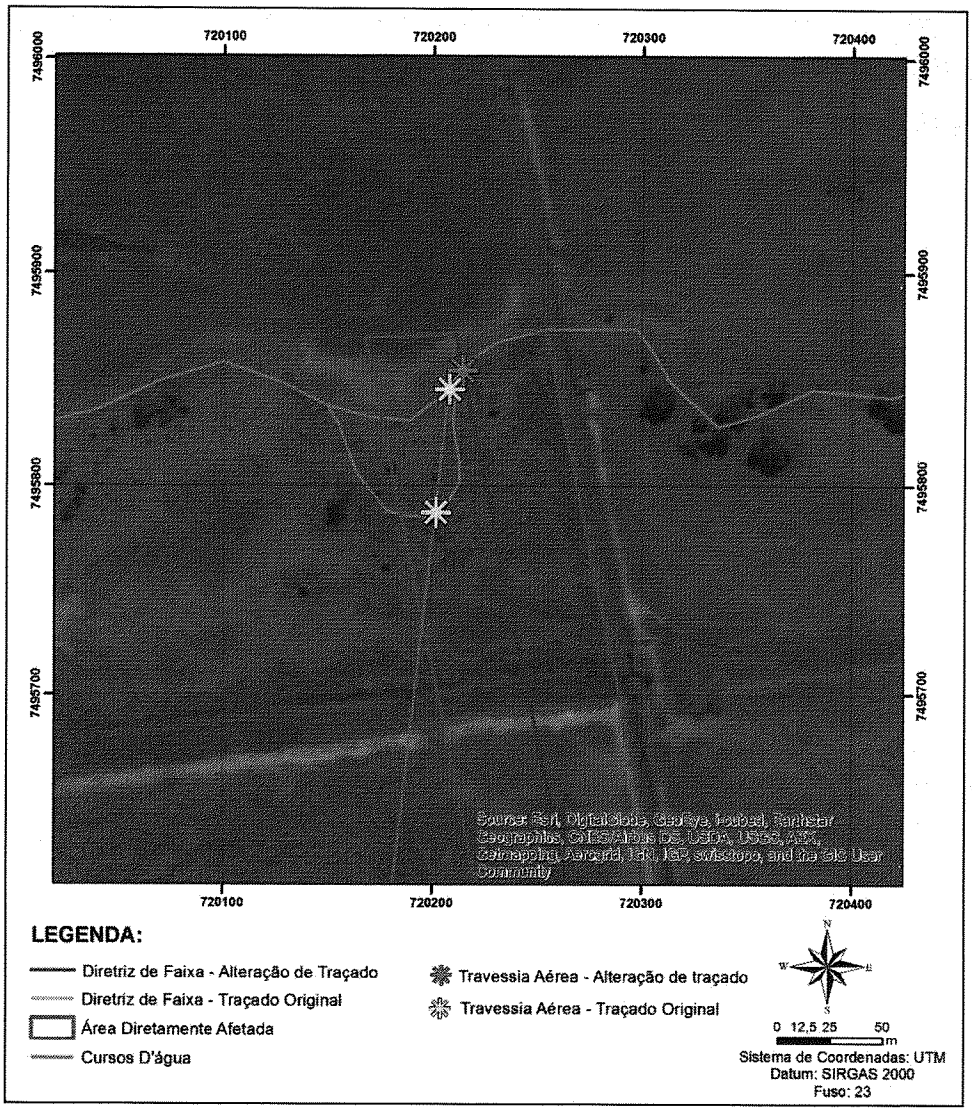
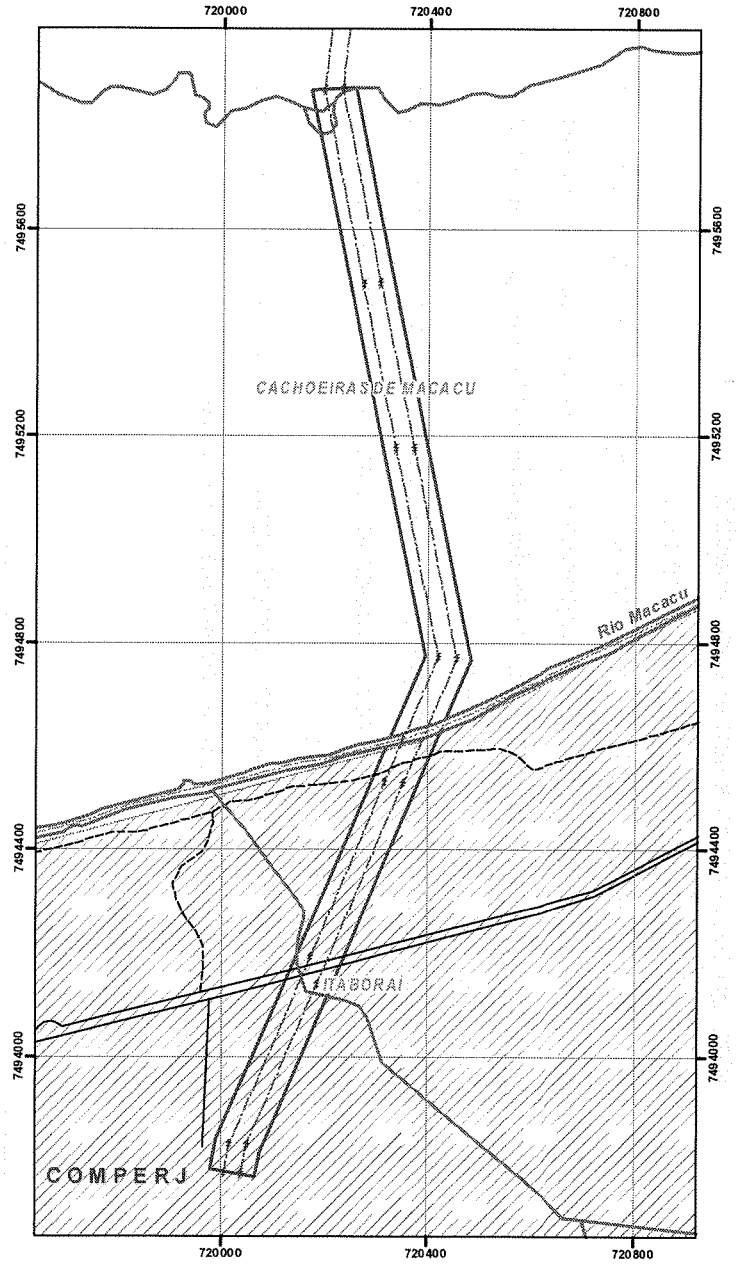


***Figura 14** – Localização da travessia aérea original e da alteração do traçado da LT 345kV do Comperj sobre o afluente do rio Caceribu.*

Caracterização da ADA (alteração do traçado):

A área do empreendimento se projeta, unicamente, na planície de inundação das bacias, local onde hidrologicamente se verifica a laminação de cheias que inunda a planície, satura os solos, recarrega os lençóis freáticos para abastecer os canais em períodos de estiagens. Nestas áreas alagadas observam-se formações aluviais nas calhas, denominadas de ribeirinha ou mata ciliar, que ocorrem ao longo dos cursos de água ocupando os terrenos antigos das planícies Quaternárias.

Com base nas informações disponíveis e mapeamentos realizados, gerou-se a Figura 15 de Recursos Hídricos em escala 1:10.000 da ADA e Bacia Hidrográfica da região do Comperj.



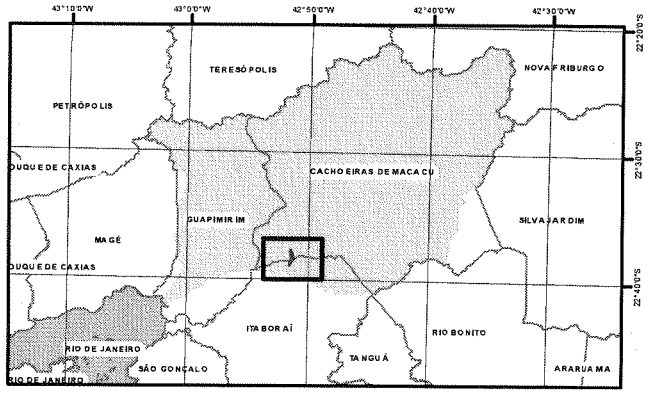
LEGENDA:

- Linha de Transmissão
- Torres de Transmissão
- Área Diretamente Afetada
- Área do COMPERJ
- Cursos D'água
- Estradas
- Caminhos e Acessos
- Limite Municipal

N
W E
S

0 125 250 500 m

MAPA DE SITUAÇÃO



NOTAS:

Sistema de Coordenadas: UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso: 23

FONTES:

- Base cartográfica vetorizada a partir da Imagem Google Earth DigitalGlobe - 01/02/2014
- Sub-Bacia Rio Guapi-Macacu - Comitê de Bacia da Baía de Guanabara, disponível em http://www.comitebaiadeguanabara.org.br/sig-rhbg/ - Acesso em Dez/2014

PETROBRAS

BOURSCHEID ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S.A.

CLIENTE: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.**

PROGRAMA: COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO:

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PELA MUDANÇA DE TRAÇADO DA LT 345 kV

Figura 15: Recursos Hídricos

PROJ.:	PROJETO:	VERIF.:	APROV.:
11279	GEÓL. DANI GENZ USZACKI	BIÓL. FERNANDA TRIERVEILER	ENG°. AGR°. NELSON SILVEIRA
ESCALA: 1:10.000	DATA: DEZ/2014	FOLHA: 01 DE 01	REVISÃO: 0

AMBIENTAL 59 BOURSCHEID

I.2 - MEIO BIÓTICO

I.2.1 - Vegetação e Uso do Solo

I.2.1.1 - Considerações Iniciais

O diagnóstico da vegetação da área diretamente afetada/ADA pela alteração do traçado da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj foi elaborado a partir de consulta a dados secundários, incluindo bibliografia especializada e estudos que subsidiaram processos de licenciamento na região do Comperj, especialmente o Estudo de Impacto Ambiental da LT de 345 kV, além de vistoria em campo, realizada no dia 05 de dezembro de 2014.

Em complementação, realizou-se uma atualização do uso e ocupação do solo, através de interpretação visual de imagens de satélite (Imagem Google Earth DigitalGlobe - 01/02/2014) apresentado em figura com escala 1:10.000.

As classes de cobertura vegetal e uso do solo mapeado foram:

- Água: incluídos todos os corpos d'água, inclusive áreas alagadas detectadas durante a tomada das imagens.
- Áreas Antropizadas: áreas de apoio à execução de obras do Comperj, além da subestação e seu entorno imediato.
- Área Edificada: acesso interno do Comperj.
- Campo Úmido: partes de terra alagadas, permanente ou temporariamente, situadas em depressões ou regiões baixas, ou ainda em margens de rios (várzeas); áreas de pastagens e campos herbáceos inundáveis de origem antrópica.
- Floresta Nativa: áreas ocupadas por Floresta Ombrófila Densa em estágio inicial de regeneração, localizadas na área diretamente afetada pela alteração de traçado.

A área diretamente afetada considerada para o presente estudo corresponde a faixa de servidão de 85 metros de largura.

MINISTÉRIO PÚBLICO FL 60 RJ

I.2.1.2 - Descrição da Vegetação na área diretamente afetada

A região de implantação da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj, nos locais onde se localiza a alteração de traçado em avaliação, apresenta predominantemente ambientes com fisionomia campestre, e alagáveis, diagnosticando-se a presença de hábitats naturais antropizados e antrópicos (PETROBRAS/CEPEMAR 2010).

A cobertura vegetal é formada principalmente por espécies herbáceas, sendo que espécies lenhosas (arbustivas e arbóreas nativas, exóticas e subespontâneas) podem ser registradas de forma isolada ou como agrupamentos com número reduzido de indivíduos. Correspondem aos locais originalmente recobertos por florestas, com fisionomia e composição florística alteradas devido à intervenção humana, conforme ilustra a Figura 16, além de hábitats situados em depressões ou regiões baixas, ou ainda em margens de rios.

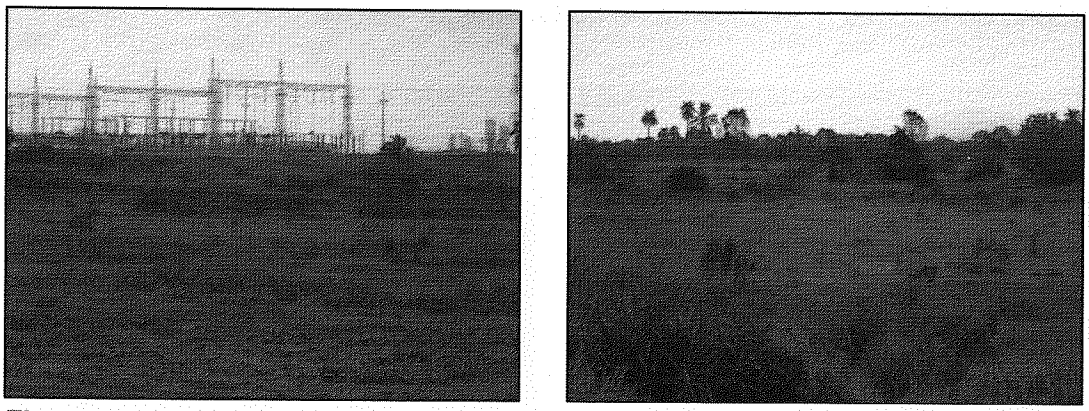


***Figura 16** – Campos localizados na área diretamente afetada pela alteração do traçado da Linha de Transmissão de 345 kV; ao fundo, na primeira foto, a subestação do Comperj.*

Petrobras/Bourscheid (2009) destacam:

> Ocupando as planícies aluviais inundáveis, associadas a solos alagadiços situados ao longo de córregos ou recobrindo trechos úmidos e mal drenados, em depressões no terreno, encontram-se comunidades caracterizadas por vegetação herbácea predominantemente graminóide, com destaque para espécies de gramíneas e ciperáceas dos gêneros *Cyperus*, *Scleria*, *Eleocharis*, *Rhynchospora* e *Hypolytrum*, associadas, nos trechos menos alagados, a espécies das famílias Onagraceae e Melastomataceae.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj (PETROBRAS/CEPEMAR 2010):

> A vegetação característica possui fisionomia que varia de herbácea a arbustiva, podendo apresentar exemplares arbóreos isolados. É composta por espécies adaptadas (hidrófilas), com composição florística variável de acordo com a intensidade e duração da inundação, o grau de oxigenação e salinidade, e a textura do solo. Entre as espécies características incluem-se *Cyperus giganteus, C. polystachyos, Typha dominguensis, Acrostium aureum* (samambaia-grande-do-brejo), *A. daneafolium* (samambaia-pequena-do-brejo), *Panicum aquaticum, P. racemosum, Sporobolus virgincus* e *Tibouchina* sp. (quaresmeira- do-brejo), entre outras.
>
> ...
>
> Na sua maior parte encontram-se bastante alteradas, devido ao longo processo de ação antrópica, especialmente com as obras de drenagem e canalização (BOHRER, 2007).

Na área diretamente afetada, observam-se campos úmidos localizados na área de inundação do afluente do rio Macacu (especialmente antes da travessia do anel viário, interno ao Comperj - Figura 17 e Figura 18), e também pastagens e campos herbáceos inundáveis que alcançam as margens do próprio rio Macacu e do afluente do rio Guapiaçu.



***Figura 17** – Campos úmidos e inundáveis localizados na área diretamente afetada pela alteração do traçado da Linha de Transmissão de 345 kV; ao fundo, a subestação do Comperj.*



Figura 18 – *Aspecto geral dos campos úmidos (indicados em vermelho), antes da travessia do anel viário (imagem 2014).*

As pastagens/campos herbáceos inundáveis apresentam-se como ambientes altamente impactados, onde dominam gramíneas invasoras como *Imperata brasiliensis* (sapê), *Brachiaria* sp. (braquiária), *Sporobolus indicus* (capim-mourão), *Hyparrhenia rufa* (capim-jaraguá), *Panicum maximum* (colonião), *Melinis minutiflora* (capim-gordura) e *Paspalum* sp., que também colonizam áreas fora de propriedades particulares em função de sua elevada capacidade de estabelecimento. Em certos trechos podem ser encontrados indivíduos lenhosos esparsamente distribuídos, de *Mimosa bimucronata*, *Acrocomia aculeata, Citharexylum myrianthum, Platypodium elegans, Aegiphila sellowiana, Tabebuia chrysotricha* e *Anadenanthera colubrina*, entre outras (PETROBRAS/CEPEMAR, 2010).

Nesta região, são raros os remanescentes, profundamente descaracterizados, de florestas de baixada e florestas aluviais, quase totalmente removidas e com sua área de cobertura convertida em atividades econômicas (PETROBRAS/BOURSCHEID, 2009). Remanescentes de vegetação florestal (Floresta Ombrófila Densa - IBGE 2004) são localizados as margens do rio Macacu (Figura 19; Figura 20 e Figura 21) na área diretamente afetada.

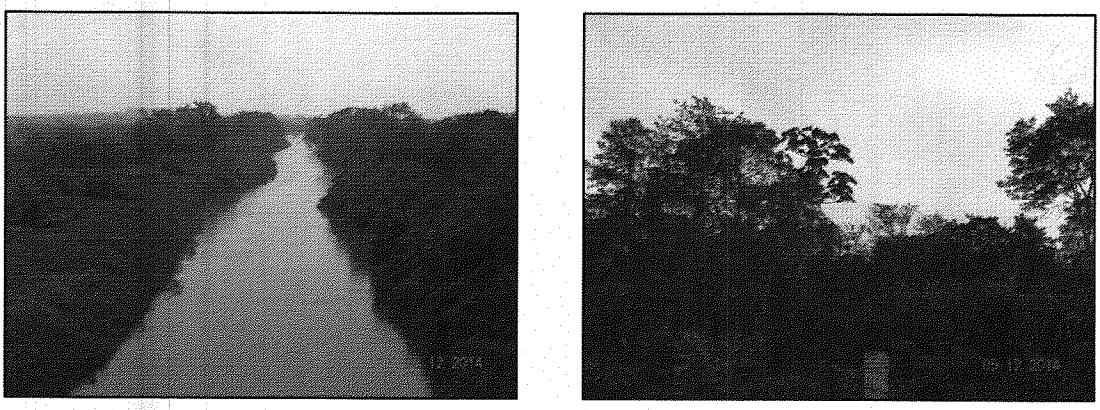


Figura 19 – *Vegetação ciliar das margens do rio Macacu, próximo a travessia do traçado proposto para a Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj.*



LEGENDA:

- Área Diretamente Afetada
- Linha de Transmissão
- Torres de Transmissão
- Área do COMPERJ
- Cursos D'água
- Estradas
- Caminhos e Acessos
- Limite Municipal
- Área de Preservação Permanente

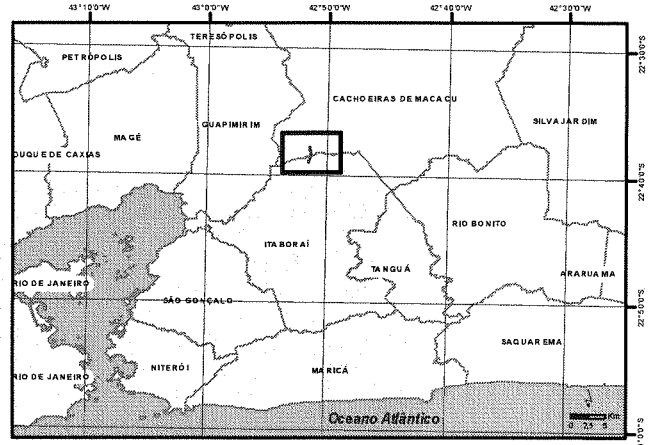
Cobertura Vegetal e Uso do Solo

- AA Área Antropizada
- AE Área Edificada
- Ag Água
- CU Campo Úmido
- FN Floresta Nativa

N W E S

0 125 250 500 m

MAPA DE SITUAÇÃO



NOTAS:

Sistema de Coordenadas: UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso: 23

FONTES:

- Imagem Google Earth DigitalGlobe - 01/02/2014

PETROBRAS

BOURSCHEID

CLIENTE: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.**

PROGRAMA: COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO:

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PELA MUDANÇA DE TRAÇADO DA LT 345 kV

Figura 20: Cobertura Vegetal e Uso do Solo

PROJ.: 11279	PROJETO: BIÓL. SILVIA REIS	VERIF.: BIÓL. FERNANDA TRIERVEILER	APROV.: ENG°. AGR°. NELSON SILVEIRA
ESCALA: 1:10.000	DATA: DEZ/2014	FOLHA: 01 DE 01	REVISÃO: 0

C2 CONFERE COM O ORIGINAL

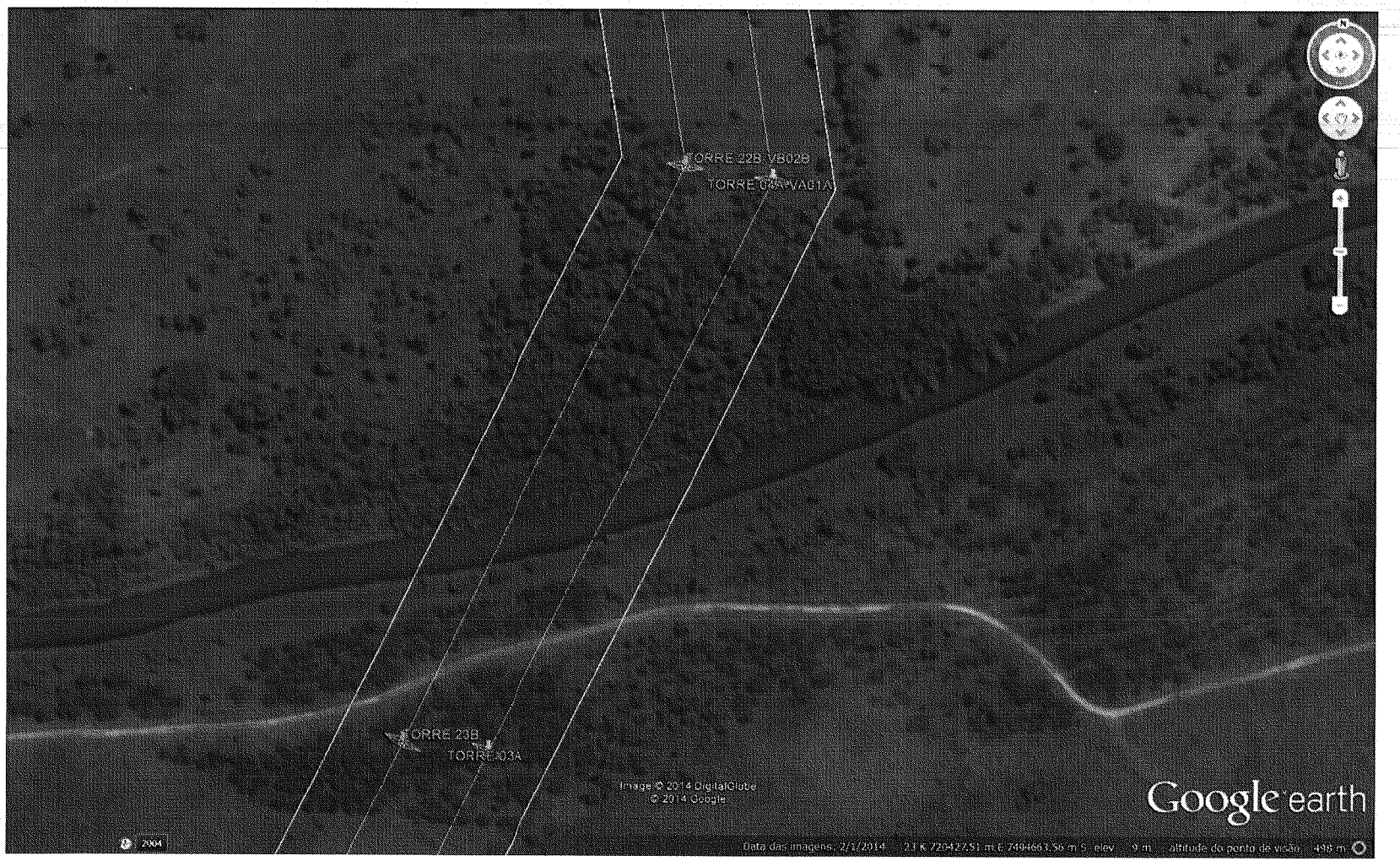


Figura 21 – *Remanescente florestal localizado na margem direita do rio Macacu (imagem 2014).*

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 63 RJ

O Inventário Florestal realizado para região do Gasoduto e Ponto de Entrega do Sistema Dutoviário do Comperj[1] (Petrobras/Acácia Amarela 2011), demonstra que a cobertura florestal, na faixa de servidão, compreende principalmente remanescentes em estágio inicial de regeneração, além de bordas de remanescentes em estágios mais avançados. Os autores destacam:

> Analisando o número de indivíduos por espécie, foi possível constatar que apenas três espécies detêm mais de 45% do total registrado. *Gochnatia polymorpha* (cambará) contribuiu com 153 indivíduos, o que corresponde a 26,60% do total considerado neste estudo. Em seguida, vieram às espécies *Aegiphila sellowiana* (papagaio – 12,17%) e *Cupania vernalis* (camboatá – 7,65%). O número de indivíduos mortos ocupou a quarta posição, totalizando 32 indivíduos (5,56% do total dos indivíduos). Este padrão florístico é bastante típico de formações florestais em estágio inicial de sucessão na Mata Atlântica ou em ambientes com sinais de antropização.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj (PETROBRAS/CEPEMAR, 2010) *Gochnatia polymorpha* (cambará) é uma espécie muito comuns nos morros e mesmo baixadas da bacia do rio Macacu.

O Inventário Florestal das Linhas de Transmissão de 345 kV do Comperj (PETROBRAS/ACÁCIA AMARELA, 2014) informa que os remanescentes florestais amostrados na Faixa de Servidão (85 metros de largura) encontram-se em estágio inicial e médio de regeneração, destacando:

> Um fator relevante refere-se à baixa complexidade ecológico-estrutural da comunidade como, por exemplo, os elevados valores de importância (VI) de espécies típicas de ambientes perturbados ou em estágios sussecionais iniciais (*Moquiniastrum polymorphum, Nectandra membranacea* e *Astrocaryum aculeatissimum*), além do elevado número de indivíduos mortos.

[1] A travessia do Sistema Dutoviário, no rio Macacu, ocorre em local próximo a diretriz da área diretamente afetada pela alteração do traçado da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj. O traçado do gasoduto terminará na área de lançadores e recebedores do sistema de dutos do Comperj, próximo a subestação.

I.2.1.3 - Considerações Finais

Comparando-se ao traçado original, não se observam mudanças no padrão de uso do solo e cobertura vegetal na área diretamente afetada pela alteração do traçado da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj.

Destaca-se que, em função da alteração na quantidade de torres necessárias à instalação da linha de transmissão, foi projetada a locação de torres de transmissão próxima aos campos úmidos do afluente do rio Macacu, dentro do Comperj. Entretanto, o local proposto foi objeto de aterro para a construção do anel viário (Figura 22), não apresentando, atualmente, características de ambientes alagáveis. A área do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro/Comperj já está licenciada.

Ocorrerá supressão de vegetação com fisionomia florestal para a instalação das torres de transmissão localizadas na margem direita do rio Macacu (identificadas como Torre 4A e Torre 22B na Figura 21), fora de área de preservação permanente/APP.

A avaliação da efetiva necessidade de supressão de vegetação para construção das torres, além de sua localização dentro ou fora de área de preservação permanente/APP e a identificação de espécies de interesse conservacionista e/ou ameaçadas presentes na área diretamente afetada, são objeto do Inventário Florestal do empreendimento.

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL
64
RJ



Figura 22 – *Local onde foi projetada a locação das torres, próximo aos campos úmidos do afluente do rio Macacu (imagem 2006, 2010 e 2011 respectivamente).*

I.2.2 - Fauna

O diagnóstico da fauna da área diretamente afetada pela alteração do traçado da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj foi elaborado a partir de consulta a dados secundários, incluindo bibliografia especializada e estudos que subsidiaram processos de licenciamento na região do Comperj, especialmente o Estudo de Impacto Ambiental da LT de 345 kV, além de vistoria em campo, realizada no dia 05 de dezembro de 2014.

Em complementação, realizou-se uma análise da atualização do uso e ocupação do solo, através de interpretação visual de imagens de satélite (Imagem Google Earth DigitalGlobe - 01/02/2014) apresentada no capítulo anterior (Vegetação e Uso do Solo).

I.2.2.1 - Herpetofauna

Durante os estudos de Impacto Ambiental para implantação das Linhas de Transmissão de 345kV da derivação para o Comperj foram registradas 30 espécies representantes da herpetofauna sendo destas 15 répteis e 15 anfíbios. O diagnóstico da fauna ocorrente nas áreas seccionadas pela alteração de parte deste traçado irá considerar a mesma riqueza de espécies, visto que o novo traçado ainda está inserido dentro da Área de Influência do traçado anterior (Quadro 2).

As espécies registradas em sua maioria apresentam hábitos generalistas com grande tolerância a ambientes alterados; destas, 18 apresentam hábito especifico quanto ao hábitat ocupado, sendo 10 espécies de répteis (ambientes paludícolas, *Acanthochelis radiolata, Caiman latirostris, Helicops carinicaudus, Erythrolamprus miliaris*, Ambientes campestres, *Leposternon infraorbitale, Philodryas patagoniensis, Oxyrhopus petola* e em ambientes florestais *Gymnodactyllus darwini, Pseustes sulphureus, Spilotes pullatus*) e 8 espécies de anfíbios (ambiente paludícola, *Dendropsophus pseudomeridiana, Dendropsophus decipiens, Hypsiboas albomarginatus, Scinax alter, Scinax similis, Leptodactylus latrans, Leptodactyulus mystacinus*, Ambiente florestal, *Rhinella ornata*)

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
65
RJ

A alteração do traçado da LT dar-se-á em ambientes campestres, úmidos e/ou alagados e alterados por atividades agropastoris localizados ao sul, próximo às instalações do Comperj. Nestes ambientes encontram-se principalmente as espécies tolerantes a mudanças ambientais. Foram contabilizadas 26 das 30 espécies registradas durante o estudo neste tipo de ambiente, a instalação das torres nestes ambientes representa impacto para herpetofauna, principalmente para os anfíbios, devendo-se ter atenção especial na abertura dos acessos para instalação e manutenção das torres.

Não foram registradas espécies endêmicas na região do empreendimento, e apenas uma espécie apresenta *status* de ameaçada a nível estadual, na categoria Em Perigo (EP): *Caiman latirostris* (Jacaré do Papo Amarelo).

Quadro 2 – *Lista das espécies da herpetofauna ocorrentes na região do empreendimento, hábito, exóticas e status de ameaça Estadual (BIODIVERSITAS, 2005) e Nacional (Machado et al., 2008) (EP: Em Perigo).*

Espécies	Nome Popular	Exóticas	Hábito Florestal	Hábito Campestre	Hábito Paludícola	Status Ameaça	
						ESTADUAL	NACIONAL
CHELONIA							
ORDEM Testudines							
Família Chelidae							
Acanthochelis radiolata	cágado-amarelo				X	-	-
ORDEM CROCODYLIA							
Família Alligatoridae							
Caiman latirostris	jacaré-de-papo-amarelo				X	EP	-
ORDEM SQUAMATA							
SUBORDEM AMPHISBAENIA							
Família Rhineuridae							
Leposternon infraorbitale	cobra-de-duas-cabeças			X		-	-
Família Gekkonidae							
Gymnodactyllus darwini	calanguinho		X			-	-
Hemidactylus mabouia	lagartixa-de-parede	X	X	X		-	-
Família Teiidae							
Ameiva ameiva	calango-verde		X	X		-	-
Tupinambis merianae	teiú		X	X		-	-
SUBORDEM SERPENTES							
Família Boidae							

Espécies	Nome Popular	Exóticas	Hábito Florestal	Hábito Campestre	Hábito Paludícola	Status Ameaça	
						ESTADUAL	NACIONAL
Boa constrictor	Jiboia		X		X	-	-
Família colubridae							
Helicops carinicaudus	cobra-d'água				X	-	-
Erythrolamprus miliaris	cobra-d'água				X	-	-
Oxyrhopus petola	coral-falsa			X		-	-
Philodryas patagoniensis	limpa-campo			X		-	-
Pseustes sulphureus	papa-ovo		X			-	-
Spilotes pullatus	caninana		X			-	-
Família Viperidae							
Bothrops jararaca	jararaca		X	X		-	-
ORDEM ANURA							
Família Bufonidae							
Rhinella icterica	Sapo		X	X		-	-
Rhinella ornata	Sapo		X			-	-
Família Hylidae							
Dendropsophus pseudomeridiana	perereca				X	-	-
Dendropsophus decipiens	perereca				X	-	-
Hypsiboas albomarginatus	perereca				X	-	-
Hypsiboas semilineatus	perereca		X		X	-	-
Hypsiboas seniculus	perereca-apito		X		X	-	-
Scinax alter	perereca				X	-	-
Scinax perpusillus	perereca		X		X	-	-
Scinax similis	perereca				X	-	-
Scinax fuscovarius	perereca		X		X	-	-

Espécies	Nome Popular	Exóticas	Hábito Florestal	Hábito Campestre	Hábito Paludícola	Status Ameaça	
						ESTADUAL	NACIONAL
Família Leptodactylidae							
Leptodactylus fuscus	rã-assobiadora			X	X	-	-
Leptodactylus marmoratus	rãzinha-do-capim		X	X		-	-
Leptodactylus latrans	rã				X	-	-
Leptodactyulus mystacinus	rã				X	-	-

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 67

I.2.2.2 - Avifauna

O Estudo de Impacto Ambiental para implantação das Linhas de Transmissão de 345kV da derivação para o Comperj definiu a ocorrência de 142 espécies de aves na Área de Influência Direta. Assim, para fins de diagnóstico da fauna ocorrente nas áreas seccionadas pela alteração de parte deste traçado deve ser considerada a mesma riqueza de espécies, visto que o novo traçado ainda está inserido dentro da Área de Influência do traçado antigo (Quadro 3).

Das espécies ocorrentes na região, um total de 26 espécies são consideradas como cinegéticas (15 espécies) e de xerimbabo (11 espécies). Segundo Myers (1987), a onda de extinção de espécies vivas causada pela pressão e exploração humana tem um ritmo 400 vezes maior do que o natural, sendo o tráfico um dos fatores mais importantes desta pressão, além da destruição dos hábitats. As aves representam uma parcela significativa do tráfico de animais, dado a sua abundância, variedade na natureza e preferência pela população, que tradicionalmente valoriza o canto e beleza de suas plumagens, mantendo-as em cativeiro. Estes atrativos estimulam o tráfico de aves, que por sua vez, aumenta a extinção das espécies, reduzindo consequentemente a biodiversidade local e planetária (MYERS, 1987; SOUZA & SOARES FILHO, 2005).

Quanto à ocorrência de espécies migratórias, cita-se a espécie neártica *Hirundo rustica* (andorinha-americana-tesoura), que ocorre em território brasileiro de setembro a março. Suas migrações estendem-se na América do Sul até a Terra do Fogo, na Argentina. Esta espécie é amplamente distribuída pelo mundo, ocorrendo na Europa, África, Ásia, Américas e norte da Austrália.

Ainda que realizando movimentos migratórios apenas no interior do Brasil, citam-se três espécies: *Tyrannus savanna* (tesourinha), *Myiodynastes maculatus* (bem-te-vi-rajado) e *Chaetura meridionalis* (andorinhão-do-temporal). Estes são os migrantes austrais, que realizam deslocamentos sazonais do sul da América do Sul para o norte. As espécies migrantes austrais diferem das neárticas por migrarem distâncias menores (menos de 15% alcançam a Amazônia), e, segundo Chesser (1994), dominadas por alguns grupos taxonômicos (um terço dos migrantes austrais são da família Tyrannidae). Ao contrário dos passeriformes neárticos que tendem a se reproduzir em florestas e áreas úmidas, os migrantes

austrais são conhecidos por se reproduzirem em ambientes abertos (CHESSER, 1994; CHESSER & LEVEY, 1998).

É o caso da *Tyrannus savana* (tesourinha), uma das espécies mais conhecidas no Brasil por seus hábitos migratórios. Existem várias sub-espécies, sendo uma delas *T. savana savana* (raça meridional), que migra até o Equador, Colômbia, Guiana, Curaçao, Trinidad e Texas. Ocorre na Amazônia (incluindo Roraima e Amapá) de fevereiro a julho, sendo sua área de invernada os campos dessa região. Migra para o sul em rotas ainda não definidas. Migra para o Planalto Central do Brasil de julho a agosto, onde se reproduz de setembro a dezembro. A partir de setembro, passa o segundo pico migratório, possivelmente de aves que se reproduzem no Sul do Brasil, Argentina e Uruguai. Após a reprodução no Planalto Central, os indivíduos desta espécie deslocam-se para o norte de janeiro a fevereiro. As aves da população do sul do Brasil reproduzem-se até um pouco mais tarde que as da população do Planalto Central, sendo encontrados filhotes nos ninhos em janeiro; deixam o Rio Grande do Sul em fevereiro e março e voltam a este estado em setembro (PIMENTEL 1985; ANTAS 1987; SICK 1997; ALVES, 2007).

Foram registradas as seguintes espécies exóticas à biota local: *Estrilda astrild* (bico-de-lacre), *Passer domesticus* (pardal) e *Patagioenas livia* (pombo), espécies naturais da África, Oriente Médio, Europa e Ásia. Já as espécies *Amazona aestiva* (papagaio-verdadeiro), *Aratinga aurea* (jandaia-coquinho) e *Paroaria dominicana* (galo-de-campina) são nativas da região central e nordeste do Brasil, tendo sido introduzidas na região sudeste.

Fica claro que não ocorrem espécies endêmicas na região do empreendimento e que as espécies essencialmente florestais e/ou hábitos alimentares exclusivos, como espécies frugívoras (e, portanto, as mais sensíveis às perturbações referentes à fase de instalação do empreendimento) são de ocorrência restrita aos fragmentos florestais localizados no extremo norte do traçado, enquanto que a alteração do traçado da LT dar-se-á em ambiente campestre, úmido e/ou alagados e alterados por atividades agropastoris localizados ao sul, próximo às instalações do Comperj. Nestes ambientes encontram-se principalmente as espécies resistentes a mudanças ambientais efetuadas pelo homem e, consequentemente, de baixa sensibilidade à distúrbios

MINISTÉRIO PÚBLICO
68
RJ

ambientais. Assim, a instalação das torres nestes ambientes não representa impacto significativo para avifauna, mas deve dar-se atenção especial às colisões dos espécimes com os cabos durante a fase de operação. Sabe-se que espécies florestais que realizam sobrevoos ou deslocamentos sobre as matas (como realizado pelos gaviões, falcões, urubus, papagaios e pombas) as espécies campestres de grande tamanho alar (garças, socós e marrecas) e as espécies de hábitos noturnos (corujas) possuem maior propensão às colisões com os cabos. Neste estudo pode-se elencar 43 espécies pertencentes a este grupo de risco.

Ainda, duas espécies ocorrentes na área do empreendimento são ameaçadas a nível estadual, na categoria Vulnerável: *Cairina moschata* (pato-do-mato) e *Anhinga anhinga* (biguatinga). Além disto, estas espécies também se destacam por fazerem parte do grupo de risco de colisões com os cabos energizados e, principalmente, com os cabos para-raios (por serem mais finos e únicos, dificultando a visualização em voo). Somam-se a estes fatores as adversidades geradas pelas condições climáticas, pois a chuva associada aos ventos torna ainda mais difícil para estas espécies realizar um voo estável, devido ao maior tamanho alar e altura de voo.

Quadro 3 – *Lista das espécies de aves ocorrentes na região do empreendimento, espécies de maior risco de colisão com os cabos (marcadas com "X"), espécies de importância alimentar ou utilizadas como xerimbabo, exóticas, status de ocorrência (R: residente; VN: visitante do hemisfério norte) e status de ameaça Estadual (BIODIVERSITAS, 2005) e Nacional (Machado et al., 2008) (VU: Vulnerável).*

Espécies	Nome Popular	Risco de Colisões	Cinegética/Xerimbabo	Exóticas	Status Ocorrência Brasil	Status Ameaça	
Tinamidae						Estadual	Nacional
Crypturellus tataupa	inhambu		Cinegética		R		
Anatidae							
Cairina moschata	pato-do-mato	X	Cinegética		R	VU	
Dendrocygna viduata	irerê	X	Cinegética		R		
Dendrocygna autumnalis	marreca-cabocla	X	Cinegética		R		
Amazonetta brasiliensis	pé-vermelho	X	Cinegética		R		
Anas bahamensis	marreca-toicinho	X	Cinegética		R		
Netta erythrophthalma	marreca-preta	X	Cinegética		R		
Podicipedidae							
Tachybaptus dominicus	mergulhão-pequeno	X			R		
Podilymbus podiceps	mergulhão-caçador	X			R		
Phalacrocoracidae							
Phalacrocorax brasilianus	biguá	X			R		
Anhingidae							
Anhinga anhinga	biguátinga	X			R	VU	
Ardeidae							
Nycticorax nycticorax	savacu	X			R		
Butorides striata	socozinho	X			R		
Bubulcus ibis	garça-vaqueira	X			R		

Espécies	Nome Popular	Risco de Colisões	Cinegética/Xerimbabo	Exóticas	Status Ocorrência Brasil	Status Ameaça	
Ardea alba	garça-branca-grande	X			R		
Syrigma sibilatrix	maria-faceira	X			R		
Egretta thula	garça-branca-pequena	X			R		
Tigrisoma lineatum	socó-boi	X			R		
Cathartidae							
Cathartes aura	cabeça-vermelha	X			R		
Cathartes burrovianus	urubu-de-cabeça-amarela	X			R		
Coragyps atratus	urubu-de-cabeça-preta	X			R		
Accipitridae							
Buteo albicaudatus	gavião-rabo-branco	X			R		
Rostrhamus sociabilis	gavião-caramujeiro	X			R		
Heterospizias meridionalis	gavião-caboclo	X			R		
Parabuteo unicinctus	gavião-asa-detelha	X			R		
Rupornis magnirostris	gavião-carijó	X			R		
Falconidae							
Caracara plancus	caracará	X			R		
Milvago chimachima	carrapateiro	X			R		
Micrastur ruficollis	falcão-mateiro	X			R		
Falco sparverius	quiriquiri	X			R		
Falco femoralis	falcão-de-coleira	X			R		
Aramidae							
Aramus guarauna	carão	X			R		
Rallidae							
Aramides cajanea	saracura-três-potes				R		

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
69
PRR2

Espécies	Nome Popular	Risco de Colisões	Cinegética/Xerimbabo	Exóticas	Status Ocorrência Brasil	Status Ameaça	
Porzana albicollis	sanã-carijó				R		
Pardirallus nigricans	saracura-sanã				R		
Gallinula chloropus	frango-d'água-comum				R		
Porphyrio martinica	frango-d'água-azul				R		
Charadriidae							
Vanellus chilensis	quero-quero	X			R		
Jacanidae							
Jacana jacana	jaçanã	X			R		
Columbidae							
Columbina minuta	rolinha-de-asa-canela		Cinegética		R		
Columbina talpacoti	rolinha-roxa		Cinegética		R		
Columba livia	pombo-doméstico			X	R		
Patagioenas plumbea	um-só-ficou	X	Cinegética		R		
Patagioenas picazuro	asa-branca	X	Cinegética		R		
Patagioenas cayanensis	pombão	X	Cinegética		R		
Zenaida auriculata	pomba-de-bando		Cinegética		R		
Leptotila verreauxi	juriti-pupu		Cinegética		R		
Leptotila rufaxilla	juriti		Cinegética		R		
Psittacidae							
Amazona aestiva	papagaio-verdadeiro	X	Xerimbabo	X	R		
Amazona amazonica	papagaio-chauá	X	Xerimbabo		R		
Aratinga leucophthalma	araguari	X	Xerimbabo		R		
Aratinga aurea	periquito-rei	X	Xerimbabo	X	R		
Cuculidae							

Espécies	Nome Popular	Risco de Colisões	Cinegética/Xerimbabo	Exóticas	Status Ocorrência Brasil	Status Ameaça	
Piaya cayana	alma-de-gato				R		
Crotophaga ani	anu-preto				R		
Guira guira	anu-branco				R		
Tapera naevia	saci				R		
Tytonidae							
Tyto alba	coruja-da-igreja				R		
Strigidae							
Megascops choliba	corujinha-do-mato	X			R		
Rhinoptynx clamator	coruja-de-orelha	X			R		
Athene cunicularia	coruja-buraqueira	X			R		
Caprimulgidae							
Nyctidromus albicollis	bacurau				R		
Podager nacunda	curucão				R		
Hydropsalis torquata	bacurau-tesoura				R		
Apodidae							
Streptoprocne zonaris	taperuçu-de-coleira-branca				R		
Chaetura meridionalis	andorinhão-do-temporal				R		
Trochilidae							
Phaethornis pretrei	rabo-branco-acanelado				R		
Phaethornis ruber	beija-flor-miudinho				R		
Eupetomena macroura	beija-flor-tesoura				R		
Chlorostilbon lucidus	beija-flor-dourado				R		
Amazilia fimbriata	beija-flor-de-garganta-verde				R		
Alcedinidae							

Espécies	Nome Popular	Risco de Colisões	Cinegética/Xerimbabo	Exóticas	Status Ocorrência Brasil	Status Ameaça	
Ceryle torquatus	martim-pescador-grande				R		
Picidae							
Picumnus cirratus	pica-pau-anão-barrado				R		
Melanerpes candidus	birro				R		
Colaptes melanochloros	pica-pau-verde-barrado				R		
Colaptes campestris	pica-pau-do-campo				R		
Thamnophilidae							
Thamnophilus ambiguus	choca				R		
Myrmotherula axillaris	choquinha-de-flanco-branco				R		
Dendrocolaptidae							
Lepidocolaptes angustirostris	arapaçu-do-cerrado				R		
Furnariidae							
Furnarius figulus	casaca-de-couro-da-lama				R		
Furnarius rufus	joão-de-barro				R		
Certhiaxis cinnamomeus	curutié				R		
Automolus leucophthalmus	barranqueiro				R		
Tyrannidae							
Todirostrum cinereum	ferreirinho-relógio				R		
Phyllomyias fasciatus	piolhinho				R		
Elaenia flavogaster	guaracava-de-barriga-amarela				R		
Camptostoma obsoletum	risadinha				R		
Euscarthmus meloryphus	barulhento				R		
Tolmomyias flaviventris	bico-chato-amarelo				R		
Myiophobus fasciatus	filipe				R		

Espécies	Nome Popular	Risco de Colisões	Cinegética/Xerimbabo	Exóticas	Status Ocorrência Brasil	Status Ameaça	
Hirundinea ferruginea	gibão-de-couro				R		
Xolmis cinereus	primavera				R		
Xolmis velatus	noivinha-branca				R		
Fluvicola nengeta	lavadeira-mascarada				R		
Arundinicola leucocephala	freirinha				R		
Machetornis rixosa	suiriri-cavaleiro				R		
Myiozetetes similis	bem-te-vizinho-de-penacho-vermelho				R		
Pitangus sulphuratus	bem-te-vi				R		
Myiodynastes maculatus	bem-te-vi-rajado				R		
Megarynchus pitangua	neinei				R		
Empidonomus varius	peitica				R		
Tyrannus melancholicus	suiriri				R		
Tyrannus savana	tesourinha				R		
Myiarchus ferox	maria-cavaleira				R		
Myiarchus tyrannulus	maria-cavaleira-de- rabo-enferrujado				R		
Pipridae							
Manacus manacus	rendeira				R		
Tityridae							
Pachyramphus polychopterus	caneleiro-preto				R		
Vireonidae							
Cyclarhis gujanensis	pitiguari				R		
Vireo olivaceus	juruviara				R		
Hylophilus thoracicus	vite-vite				R		
Hirundinidae							

Espécies	Nome Popular	Risco de Colisões	Cinegética/Xerimbabo	Exóticas	Status Ocorrência Brasil	Status Ameaça	
Tachycineta albiventer	andorinha-de-rio				R		
Progne tapera	andorinha-do-campo				R		
Progne chalybea	andorinha-doméstica-grande				R		
Hirundo rustica	andorinha-americana-tesoura				VN		
Pygochelidon cyanoleuca	andorinha-pequena-de-casa				R		
Stelgidopteryx ruficollis	andorinha-serradora				R		
Troglodytidae							
Troglodytes musculus	corruíra				R		
Thryothorus genibarbis	garrinchão-pai-avô				R		
Donacobiidae							
Donacobius atricapilla	japacanim				R		
Turdidae							
Turdus leucomelas	sabiá-barranco		Xerimbabo		R		
Turdus rufiventris	sabiá-laranjeira		Xerimbabo		R		
Mimidae							
Mimus saturninus	sabiá-do-campo				R		
Motacillidae							
Anthus lutescens	caminheiro-zumbidor				R		
Coerebidae							
Coereba flaveola	cambacica				R		
Tersinidae							
Tersina viridis	saí-andorinha				R		
Thraupidae							
Conirostrum speciosum	figuinha-de-rabo-castanho				R		

Espécies	Nome Popular	Risco de Colisões	Cinegética/Xerimbabo	Exóticas	Status Ocorrência Brasil	Status Ameaça	
Nemosia pileata	saíra-de-chapéu-preto				R		
Dacnis cayana	saí				R		
Thraupis sayaca	sanhaçu-cinzento				R		
Thraupis palmarum	sanhaçu-do-coqueiro				R		
Tangara cayana	saíra				R		
Emberizidae							
Zonotrichia capensis	tico-tico				R		
Ammodramus humeralis	tico-tico-do-campo				R		
Sicalis flaveola	canário-da-terra-verdadeiro		Xerimbabo		R		
Emberizoides herbicola	canário-do-campo				R		
Volatinia jacarina	tiziu				R		
Paroaria dominicana	galo-de-campina		Xerimbabo	X	R		
Sporophila caerulescens	coleirinho		Xerimbabo		R		
Icteridae							
Chrysomus ruficapillus	garibaldi				R		
Molothrus bonariensis	vira-bosta		Xerimbabo		R		
Fringillidae							
Euphonia chlorotica	fim-fim		Xerimbabo		R		
Estrildidae							
Estrilda astrild	bico-de-lacre			X	R		
Passeridae							
Passer domesticus	pardal			X	R		

I.2.2.3 - Mastofauna

Durante os estudos de Impacto Ambiental para implantação das Linhas de Transmissão de 345kV da derivação para o Comperj foram registradas 29 espécies representantes da mastofauna, sendo destas 7 espécies de morcegos, 7 espécies de pequenos mamíferos e 14 espécies de mamíferos de médio porte. O diagnóstico da fauna ocorrente nas áreas seccionadas pela alteração de parte deste traçado irá considerar a mesma riqueza de espécies, visto que o novo traçado ainda está inserido dentro da Área de Influência do traçado antigo (Quadro 4).

As espécies registradas na área de influência da LT 345kv em sua maioria apresentam hábitos generalistas com grande tolerância a ambientes alterados, grande parte destas apresentam como principal hábitat o ambiente florestal (13 espécies), 8 espécies representam as com preferência por ambientes campestres, 5 destas utilizam o ambiente paludícola, 1 com hábitos florestais e periurbanos, 1 apresentou hábitos florestais e campestre e uma florestal e paludícola (Quadro 4).

A alteração do traçado da LT dar-se-á em ambiente campestre, úmido e/ou alagado (paludícola) e alterado por atividades agropastoris, estando localizado ao sul, próximo às instalações do COMPERJ. Neste ambiente foram contabilizadas 15 das 29 espécies registradas durante o estudo; a implantação da LT 345Kv nestes ambientes não representa impacto significativo para a mastofauna, porém deve-se ter atenção especial na abertura dos acessos para instalação e manutenção das torres evitando as áreas mais sensíveis como bordas de canais e áreas alagáveis

O estudo indicou 9 espécies cinegéticas ou com valor comercial e uma espécie exótica - *Callithrix jacchus*. Não foram registradas espécies endêmicas na região do empreendimento, e apenas duas espécies apresentam status de ameaçada a nível estadual, na categoria Em Perigo (EP): *Trinomys aff. eliasi* (rato de espinho) e Vulnerável (VU) e *Agouti paca* (paca).

Quadro 4 *– Lista das espécies da mastofauna ocorrentes na região do empreendimento, exóticas, cinegéticas e status de ameaça Estadual (BIODIVERSITAS, 2005) e Nacional (MACHADO et al., 2008) (EP: Em Perigo); (VU: Vulnerável).*

Espécies	Nome Popular	Cinegéticas/ Exóticas/ Conflitos	Florestal	Campestre	Paludícola	Periurbano	Status Ameaça	
							ESTADUAL	NACIONAL
MAMMALIA								
Ordem Didelphimorphia								
Família Didelphiade								
Didelphis aurita	gambá-de-orelha-preta	Caça	X			X	-	-
Ordem Pilosa								
Família Mymercophagidae								
Tamandua tetradactyla	tamanduá-mirim		X				-	-
Ordem Cyngulata								
Família Dasypodidae								
Dasypus novemcintus	tatu-galinha	Caça	X	X				
Ordem Chiroptera							-	-
Família Noctilionidae								
Noctilio leporinus	morcego-pescador		X		X		-	-
Família Phyllostomidae							-	-
Phyllostomus hastatus	morcegão		X					
Artibeus lituratus	morcego-fruteiro		X				-	-
Artibeus jamaicensis	morcego-fruteiro		X				-	-
Artibeus fimbriatus	morcego-fruteiro		X					
Família Vespertilionidae								
Myotis nigricans	morceguinho-das-casas			X			-	-

Espécies	Nome Popular	Cinegéticas/ Exóticas/ Conflitos	Florestal	Campestre	Paludícola	Periurbano	Status Ameaça	
							ESTADUAL	NACIONAL
Família Molossidae								
Molossus molossus	morcego-preto			X			-	-
Ordem Primates							-	-
Família Callithrichidae							-	-
Callithrix jacchus	mico-estrela	Exótica	X				-	-
Ordem Carnivora							-	-
Família Canidae								
Cerdocyon thous	cachorro-do-mato	Conflito com fauna doméstica		X			-	-
Família Procyonidae								
Procyon cancrivorus	mão-pelada				X			
Família Mustelidae							-	-
Galictis cuja	furão	Conflito com fauna doméstica		X			-	-
Lutra longicaudis	lontra	Conflito com fauna doméstica			X			
Ordem Rodentia							-	-
Família Erethizontidae							-	-
Sphigurus villosus	ouriço-cacheiro	Caça	X				-	-
Família Muridae							-	-
Holochilus brasiliensis	rato-d'água				X		-	-

Espécies	Nome Popular	Cinegéticas/ Exóticas/ Conflitos	Florestal	Campestre	Paludícola	Periurbano	Status Ameaça	
							ESTADUAL	NACIONAL
Nectomys squamipes	ratazana-d´água				X		-	-
Juliomys sp.	rato-do-mato		X				-	-
Akodon sp.	rato-do-mato			X			-	-
Oryzomys sp.	rato-do-mato		X				-	-
Oligoryzomys sp.	rato-do-mato			X				
Família Echymiidae							-	-
Trinomys aff. eliasi	rato-espinho		X				EP	-
Família Hydrochaeridae							-	-
Hydrochoerus hydrochaeris	capivara	Caça			X		-	-
Família Cavidae							-	-
Cavia aperea	preá			X			-	-
Família Sciuridae							-	-
Sciurus ingrami	caxinguelê		X				-	-
Família Agoutidae							-	-
Agouti paca	paca	Caça	X				VU	-
Família Dasyproctidae							-	-
Dasyprocta agouti	cutia	Caça	X				-	-
Ordem Lagomorpha							-	-
Família Leporidae							-	-
Sylvilagus brasiliensis	tapiti			X			-	-

I.2.3 - Unidades de Conservação e Outras Áreas Protegidas

I. Unidades de Conservação mapeadas para o entorno da área diretamente afetada

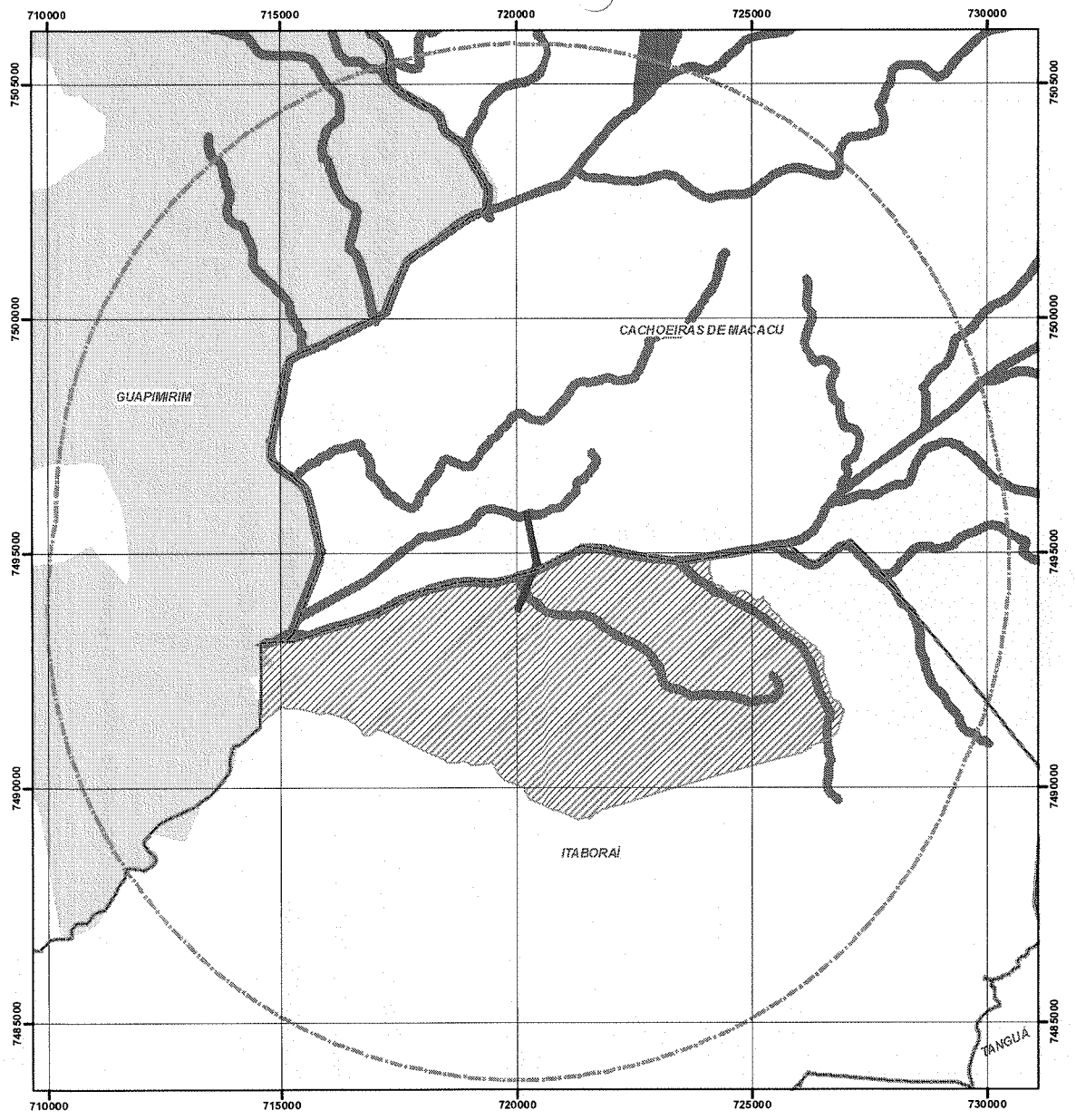
Foram identificadas duas unidades de conservação no entorno de 10 km da alteração de traçado: a Área de Proteção Ambiental Guapi-Guapiaçu e a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu, sendo a última interceptada pela área diretamente afetada/ADA da LT 345 kV do Comperj (Figura 23 e Quadro 5).

***Quadro 5** – Unidades de conservação localizadas no entorno de 10 km da ADA da alteração de traçado em avaliação.*

Unidade de Conservação	Decreto Criação	Localização	Categoria	Área (ha)	Menor distância da ADA
APA Bacia do Rio Macacu	Lei Estadual 4018/02	Cachoeiras do Macacu, Guapimirim e Itaboraí	Uso Sustentável	82.463	Interceptada
APA Guapi-Guapiaçu	Decreto Municipal 620/04	Guapimirim	Uso Sustentável	15.53	4,4 km

A APA Guapi-Guapiaçu caracteriza-se como uma área com baixa densidade demográfica, ocupando regiões com predominância de campos de várzea; estende-se desde a APA Guapimirim até a zona de amortecimento do Parque Estadual dos Três Picos.

A APA da Bacia do Rio Macacu localiza-se nas margens do Rio Macacu e seus afluentes, compreendendo os municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Guapimirim. Está composta geograficamente por uma região de planície e por outra montanhosa, onde podem ser encontradas diversas nascentes e os remanescentes florestais mais significativos. Parte da área do Parque Estadual dos Três Picos está sobreposta à área da APA, o que vem a contribuir para a formação de uma maior área legalmente protegida, visando à sustentabilidade dos recursos naturais existentes na região. A área abrange parte dos mananciais que abastecem a porção leste da região metropolitana do Rio de Janeiro.



LEGENDA:

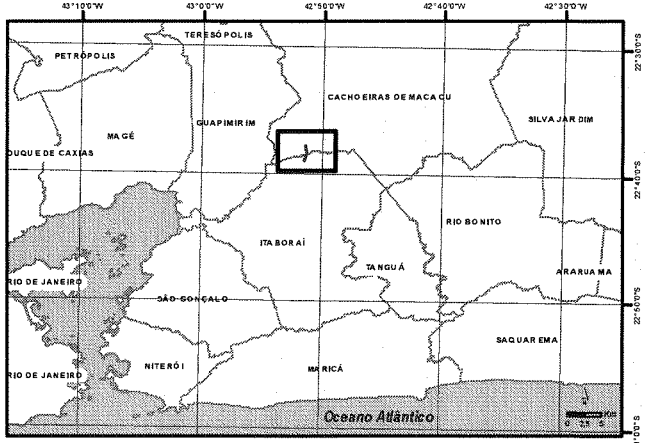
- Área do COMPERJ
- Área Diretamente Afetada
- Entorno de 10Km do Empreendimento
- Limite Municipal

Unidades de Conservação

- APA Guapi-Guapiaçu
- APA da Bacia do Rio Macacu

0 0,5 1 2 Km

MAPA DE SITUAÇÃO



NOTAS:

Sistema de Coordenadas: UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso: 23

FONTES:

Unidades de Conservação: MMA - Disponível em: http://www.mma.gov.br/ Acessado em Dez/2014

PETROBRAS

BOURSCHEID

CLIENTE: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.**

PROGRAMA: COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO: **DIAGNÓSTICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PELA MUDANÇA DE TRAÇADO DA LT 345 kV**

Figura 23: Unidades de Conservação

PROJ.: 11279	PROJETO: BIÓL. SILVIA REIS	VERIF.: BIÓL. FERNANDA TRIERVEILER	APROV.: ENG°. AGR°. NELSON SILVEIRA
ESCALA: 1:10.000	DATA: DEZ/2014	FOLHA: 01 DE 01	REVISÃO: 0

As unidades de conservação mapeadas compõem o Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense (MCF), formado atualmente por 29 Unidades de Conservação e reconhecido pela Portaria IBAMA 350/2006.

O Planejamento Estratégico do Mosaico Central Fluminense (2010) propôs 31 zonas para o Mosaico, sendo 7 de Baixa Intervenção, 10 de Moderada Intervenção, 3 de Alta, 5 de Recuperação e 6 Conflitantes, além de uma zona de amortecimento, que abrange o limite do território de influência do Mosaico (Figura 24).

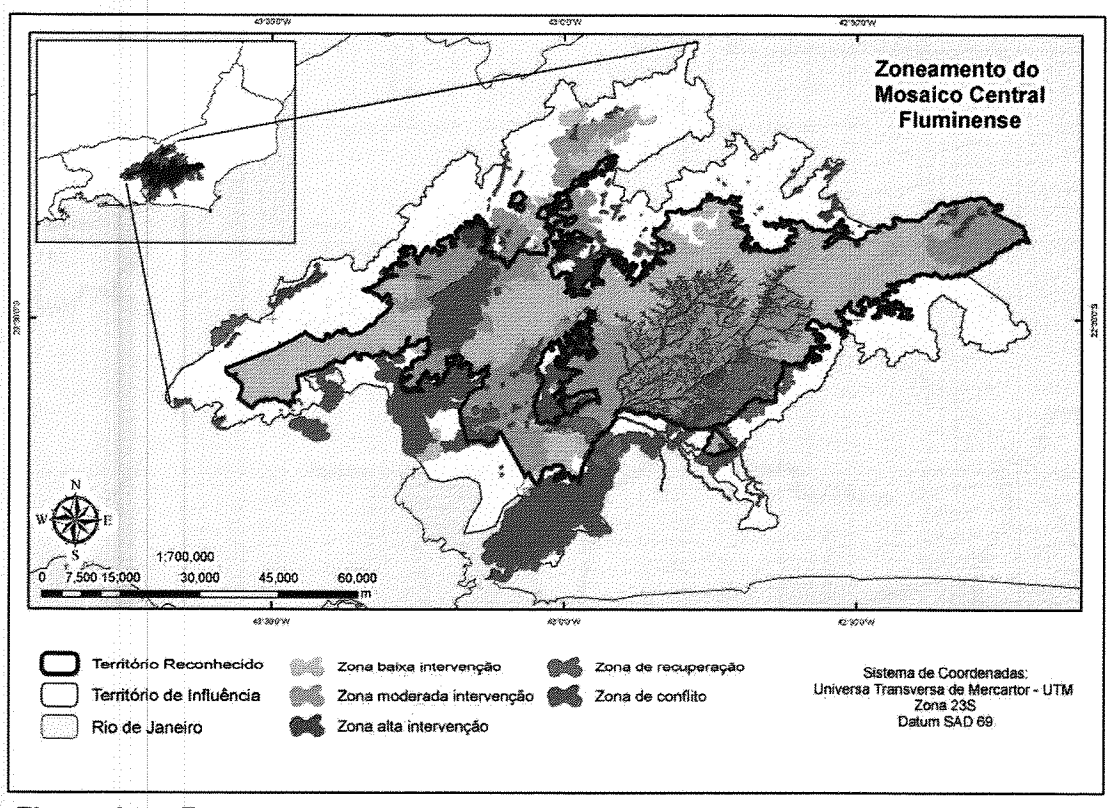


***Figura 24** – Zoneamento proposto para o Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense (MCF) (2010).*

Na Zona de Baixa Intervenção localizam-se fragmentos florestais da APA da Bacia do Rio Macacu, no rio Guapiaçu[2], enquanto na Zona de Moderada Intervenção situam-se interstícios da mesma unidade de conservação e também da APA Guapi-Guapiaçu (exceto área de conflito).

[2] O rio Guapiaçu não é objeto de estudo no presente diagnostico.

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ Fl. 76 RJ

O restante da área da APA da Bacia do Rio Macacu (que não foi classificada como Zona de Alta e Moderada Intervenção) foi considerada como Zona de Recuperação, incluindo áreas prioritárias para o atendimento de condicionantes do licenciamento do Comperj.

II. Áreas de Preservação Permanente localizadas na área diretamente afetada

As áreas de preservação permanente/APP localizadas na área diretamente afetada pela alteração do traçado da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj são apresentadas na Figura 20 (Cobertura vegetal e uso do solo). Elas incluem a faixa marginal do rio Macacu com largura de 50 metros, e a faixa marginal de afluentes diretos do rio Macacu e do rio Guapiaçu no trecho em avaliação, cada um com largura de 30 metros, conforme Lei 12.651/2012.

Em decorrência das ações do Departamento Nacional de obras de Saneamento (DNOS), todos os grandes rios da baía da Guanabara foram modificados, restando com leito natural apenas alguns trechos inferiores, situados próximo às desembocaduras na Baía de Guanabara, onde se observa a presenta de manguezais.

De acordo com Bochner (2010):

> A dinâmica hidrológica do rio Macacu modificou-se por meio das obras de drenagem realizadas pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS na década de 30. A maior parte dos meandros dos rios localizados na parte baixa da bacia foi substituída por canais retilíneos aprofundados e alargados.

Nos locais de travessia da área diretamente afetada, a área de preservação permanente/APP encontra-se ocupada predominantemente por campos situados em áreas alagáveis (Figura 27) e áreas antropizadas (Figura 26). Remanescentes de vegetação florestal (Floresta Ombrófila Densa) são localizados as margens do rio Macacu (Figura 25).

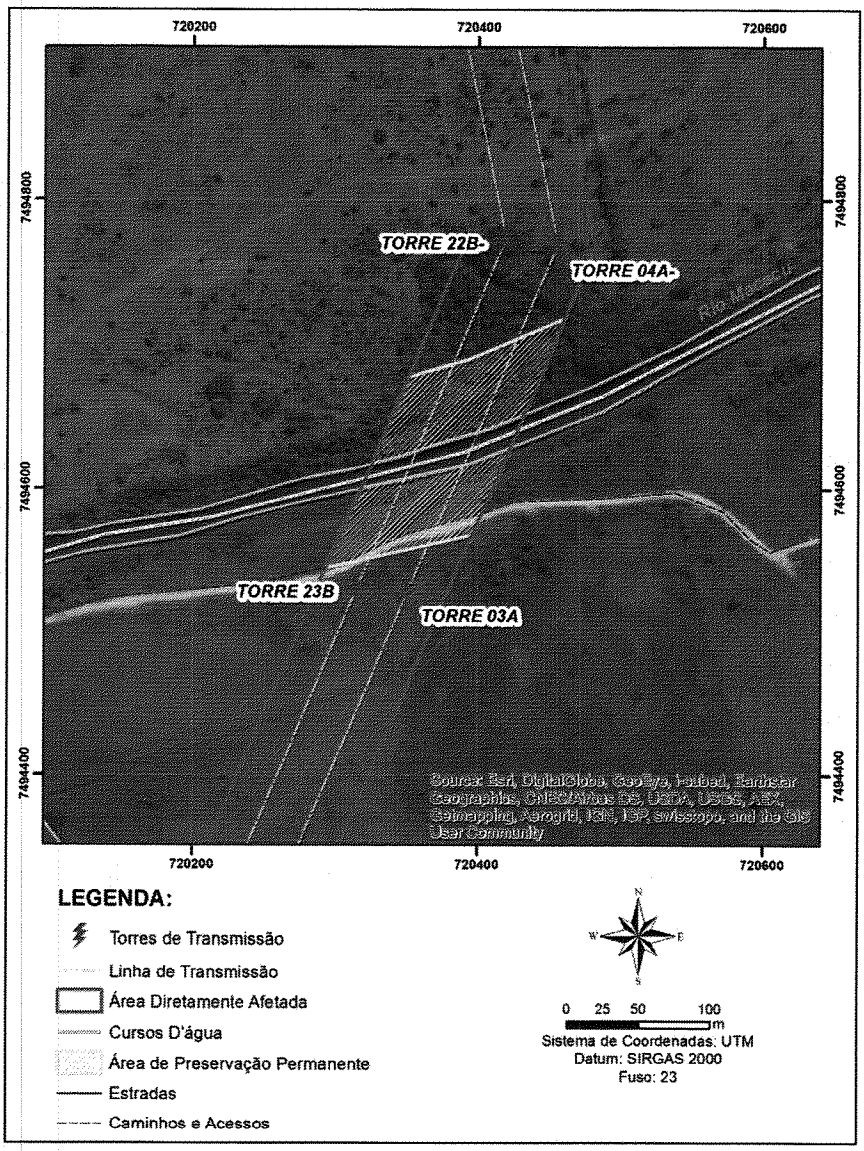


Figura 25 – *Travessia aérea do rio Macacu e localização das torres de transmissão projetadas para o trecho.*

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
77
RJ

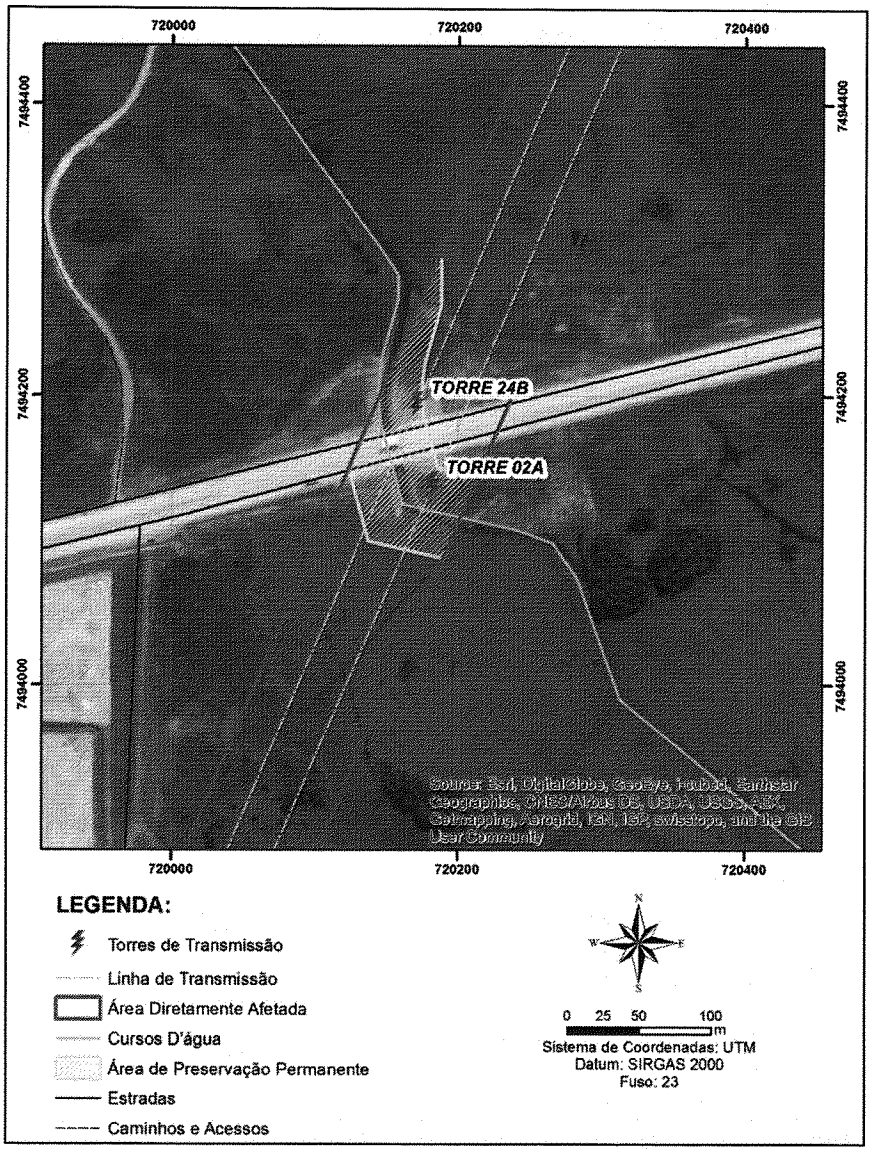


Figura 26 – *Travessia aérea do afluente do rio Macacu e localização das torres de transmissão projetadas para o trecho.*

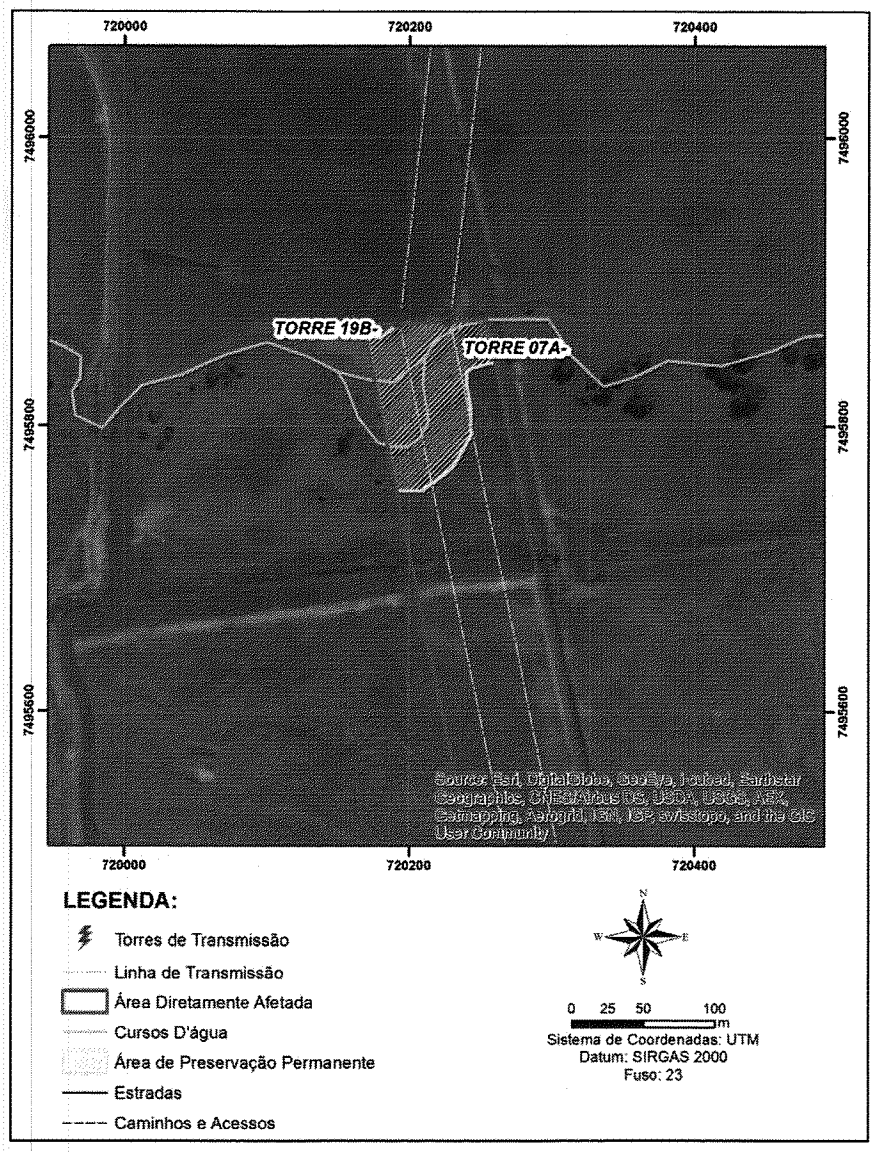


Figura 27 – *Travessia aérea do afluente do rio Guapiaçu e localização das torres de transmissão projetadas para o trecho.*

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
78
RJ

I.3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comparando-se ao traçado original, não se observaram alterações expressivas relacionadas aos Diagnósticos dos meios físico e biótico referentes à área diretamente afetada pela alteração do traçado da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj. Pondera-se também o fato de que a área afetada pela alteração, assim como toda a região do traçado da LT 345 kV se tratar de área já profundamente modificada por ações antrópicas. Afora a alteração deste desvio tratada neste diagnóstico, o restante do traçado manteve-se na mesma faixa de servidão, objeto de estudo do EIA.

As alterações procedidas se deram predominantemente em função da alteração na quantidade de torres necessárias à instalação da linha de transmissão, tendo sido projetada a locação de 02 torres de transmissão na área de preservação permanente/APP do afluente do rio Macacu (Figura 26) - na área interna do Comperj já licenciada - e mais 02 na área de preservação permanente/APP do afluente do rio Guapiaçu (Figura 27), ambas no trecho onde houve alteração de traçado. No ultimo caso, torres de transmissão do traçado original já haviam sido projetadas para a mesma área de preservação permanente/APP, ocorrendo assim uma alteração locacional.

Não se prevê instalação de torres de transmissão na área de preservação permanente/APP do rio Macacu (Figura 25).

Considerando todo o traçado ajustado, foram projetadas cerca de 14 torres de transmissão em área de preservação permanente/APP[3]. Entretanto, já haviam sido projetadas 08 destas torres em APP no projeto básico, contabilizando-se 6 novas torres projetadas em áreas de preservação permanente/APP onde não havia previsão de interferência.

[3] Avaliação realizada a partir da observação direta de imagens de satélite e com apoio da base cartográfica (hidrografia) do Estudo de Impacto Ambiental para Implantação das Linhas de Transmissão de 345 kV da derivação para o Comperj (2010).

I.4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. A. S. Sistemas de migrações de aves em ambientes terrestres no Brasil: exemplos, lacunas e propostas para o avanço do conhecimento. **Revista Brasileira de Ornitologia** 15 (2) 231-238, 2007.

ANTAS, P. T. Z. Migração de aves no Brasil, p. 153-187. Em: **Anais** do II Encontro Nacional de Anilhadores de Aves. Rio de Janeiro (1986), UFRJ. 1987.

BIODIVERSITAS. Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. 2005. Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br/livrovermelho2005/listas_fauna.asp>.

BOCHNER, J. K. Proposta Metodológica para Identificação de Áreas Prioritárias para Recomposição Florestal – Estudo de Caso: Bacia Hidrográfica do rio Macacu/RJ. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais. 2010.

CHESSER, R. T. & LEVEY, D. J. Austral migrants and the evolution of migration in New World birds: diet, hábitat, and migration revisited. Am. Nat. 152: 311-319, 1998.

CHESSER, R. T. Migration in South America: an overview of the austral system. Bird Cons. Int. 4: 91-107, 1994.

COSTA, C.; LAMAS, I.; FERNANDES, R. coord. Planejamento Estratégico do Mosaico Central Fluminense. Dezembro de 2010.

CPRM. **Mapa geomorfológico do Estado do Rio de Janeiro**, CPRM, Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2000.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
79
RJ

DNPM. SIGMINE, Consulta de processos minerários ativos. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Serviço de Produção de Informação - Embrapa, Brasília, DF. 1999.

IBGE. Manual Técnico de Pedologia / Manuais Técnicos de Geociências, IBGE, 2 ed. Rio de Janeiro, RJ. 2007.

KAGEYAMA, P. Y.; GANDARA, F. B.; OLIVEIRA, R. E. & MORAES, L. F. D. Restauração da Mata Ciliar - Manual para recuperação de áreas ciliares e microbacias. SEMADS/GTZ. Rio de Janeiro, 2001.

MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. (Eds). Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Brasília, DF: MMA. 2008. 2v. 1420 pp.

MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. (Eds). Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Brasília, DF: MMA. 2008. 2v. 1420 pp.

MYERS, N. **El Atlas Gaia de la Gestion del Planeta:** Pra quienes Cuidan Hoy El Mundo del Mañana. Hermann Blume, Madrid, 1987.

PETROBRAS/CEPEMAR. **Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).** Implantação das Linhas de Transmissão de 345 kV da derivação para o Comperj. Rio de Janeiro, RJ. 2010.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.; ACÁCIA AMARELA PRODUÇÃO DE MUDAS E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. Inventário Florestal do Sistema Dutoviário do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – Comperj - Gasoduto e Ponto de Entrega. 2011.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.; ACÁCIA AMARELA PRODUÇÃO DE MUDAS E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. Inventário Florestal das Linhas de Tramissão de 345 kV da Derivação para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio De Janeiro – Comperj. 2014.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.; BOURSCHEID ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).** Sistema Dutoviário do Comperj. 2009.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.; CEPEMAR. **Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).** Implantação das Linhas de Transmissão de 345 kV da derivação para o Comperj. 2010.

PIMENTEL, T. M. Biologia reprodutiva de *Tyrannus savana* (Aves: Tyrannidae), com uma comparação entre o forrageamento desta espécie e de *T. melancholicus* no Planalto Central. Tese de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília. 1985.

PLANO Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara - (PDRHBG – 2005).

SICK, H. Ornitologia Brasileira. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1997.

SILVA, L. C. (Coord.). Geologia do Estado do Rio de Janeiro: texto explicativo do mapa geológico do Estado do Rio de Janeiro, escala 1:500.000. Organizado por Luiz Carlos da Silva e Hélio Canejo da Silva Cunha. Brasília: CPRM. 2 ed. revista em 2001.

SOUZA, G. M. de & SOARES FILHO, A. de O. O comércio ilegal de aves silvestres na região do Paraguaçu e sudoeste da Bahia. Enciclopédia Biosfera, n. 01, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 80 RJ

I.5 - EQUIPE TÉCNICA

ATIVIDADE	PROFISSIONAL	Nº REGISTRO	CTF IBAMA
Coordenação Geral	Eng. Agr. Nelson J. E. Silveira	CREA-RS 67.895	194452
Analista Meio Biótico	Biól. Fernanda Trierveiler	CRBio 25476-03	296244
Analista Meio Biótico	Biól. Silvia Reis	CRBio 17.754-03	329722
Analista Meio Físico	Geól. Dani Genz Uszacki	CREA-RS 134.055	5216229

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Estado do Rio de Janeiro

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 81 RJ

Ofício CONJUNTO MPRJ/SEAS n° 01/2020 *Itaboraí*, 28 de agosto de 2020.

Ref: **TAC´s I e II COMPERJ** (Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO, considerando a publicação na presente data da Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 27, de 27 de agosto de 2020, cuja cópia segue anexa, comunicam a Vossa Excelência que os prazos dos Termos de Ajustamento de Conduta I e II, celebrados nos autos das Ações Civis Públicas nºs. 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0009859-39.2018.8.19.0023, serão retomados a partir de 31/08/2020 (segunda-feira), primeiro dia útil após a publicação do citado ato normativo.

Ao ensejo, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA
PROCURADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEAS

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA - MPRJ

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.08.28 12:38:33 -03'00'

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro - RJ
CEP: 20031-912

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exmo. Promotor de Justiça
Em 19 / 11 / 20
7787

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 25/11/2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 01/12/20 7787

Ref.: Procedimento Administrativo nº 46/2020 (MPRJ 2020.00174172)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Ciente** do acrescido às fls. 34/80;

2- **Cumpra-se** o item III de fl. 04;

3- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 23 de novembro de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.11.25 17:33:45 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fls. 83

Ofício 2ª PJTC n° 2024/2020 *Itaboraí*, 02 de dezembro de 2020.

Ref: **PA 46/2020 – MPRJ 202000174172**
(Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:** A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a *"(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 34/81 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.12.04 09:58:29 -03'00'

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Expedido em 07/12/20 fls. 7787 servidor (via email)

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exmo. Promotor de Justiça
Em 05 / 07 / 21
7787

Promoção em separado, impressa em 02 lauda (s).

Itaboraí, 14/07/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 14 /07 /2021.

6203387

Ref.: Procedimento Administrativo n. 46/2020 (MPRJ n. 2020.00174172)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia nº IN021727 e de Instalação nº IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV: A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a *"(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado"*.

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/30-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 32/33.

Ofício da Petrobras à fl. 34, instruído de fls. 35/81, contendo informações sobre o cumprimento da obrigação supracitada.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão*", sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)"*, nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à*

vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Reitere-se** o ofício não respondido (fl. 83);

2- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 13 de julho de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.07.14 11:54:30 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 787/2021 *Itaboraí*, 28 de abril de 2021

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 382 (trezentos e oitenta e dois) inquéritos civis e 141 (cento e quarenta e um) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos em anexo estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na última promoção lançada em cada procedimento, que pode ser consultada pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

86

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1354/2021 *Itaboraí*, 14 de julho de 2021.

Ref: **PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172**
(Favor mencionar este nº na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia nº IN021727 e de Instalação nº IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:** A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "*(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado*".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos do Ofício 2ª PJTC nº 2024/2020, solicitar seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 34/81 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Expedido em 15/07/21 7787 Solicitador (via email)

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, Promotor de Justiça**, em 14/07/2021, às 19:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0807735** e o código CRC **2AFE9715**.

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
OF. SEAS/SUBEXE SEI
nº 222
Em 23 / 07 / 21
Matrícula 6100499

C2

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ Fl. 87

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº222 Rio de Janeiro, 22 de julho de 2021

Exmo. Sr.
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

MPRJ2TDJITB 2021[illegible]2151 230721 17:28:32

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 434/2020 e Ofício 2ª PJTC nº 2024/2020 e Ofício 2ª PJTC nº 1354/2021

PA 46/2020 – MPRJ 202000174172

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, que visa apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023, vimos tecer as considerações que seguem.

Servimo-nos do presente para informar que foi encaminhado pelo Instituto Estadual do Ambiente- INEA o Of.INEA/SERVCONTE SEI Nº11, no qual apresenta informações acerca do cumprimento da obrigação supramencionada e indaga se podemos considerar esses itens como concluídos por parte da fiscalização do INEA e como desnecessária a sua análise por parte da auditoria independente.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado**, em 22/07/2021, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **19941371** e o código CRC **2195FD85**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000386/2020 SEI nº 19941371

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos,
às fls. 88/91, Of. INEA/SERV
CONTE SEI Nº 11.
Em 09 / 09 / 21
7787

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ Fl. 88

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Of.INEA/SERVCONTE SEI Nº11 Rio de Janeiro, 14 de junho de 2021

MPRJ/SPZTCOITB 202100792538 290921 15:18:56

Excelentíssimo Promotor de Justiça

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público Estadual

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcelo de Itaboraí.

Rua João Caetano, nº 207, sala 606/607, Centro

Itaboraí-Rio de Janeiro

Ref: PA 46/2020 – MPRJ 202000174172

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção às obrigações contidas nos itens 4.1, 4.1.1 e 4.1.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv):

4.) No que concerne às Licenças Prévias nº IN021727 e de Instalação nº IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV: A PETROBRAS obrigou-se, nos itens

4.1.1 e 4.2) Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança no traçado.

Com relação ao solicitado nos itens 4.1, 4.1.1 e 4.1.2 da cláusula quinta do referido Termo de Ajuste de Conduta – TAC/COMPERJ, informo que a Coordenadoria de Estudos Ambientais (COOEAM/INEA) avaliou a documentação apresentada pela PETROBRAS e elaborou o parecer técnico anexado sob a numeração 18030891

Assim, venho encaminhar a manifestação da área técnica competente dentro do Instituo Estadual do Ambiente quanto à análise do cumprimento dos referidos itens, sob os moldes do que foi preconizado itens 3 e 4 da cláusula sétima do TACII. Bem como, indagar se podemos considerar esses itens como concluídos por parte da fiscalização do INEA e como desnecessária a sua análise por parte da auditoria independente.

Por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos disponibilizados.

Sem mais no momento, mantenho-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Anexos: I - Manifestação técnica Cooeam 18030891.

Atenciosamente

Marcelo F.Souto de Carvalho

Coordenador dos TAC´S DO COMPERJ

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fernando Souto de Carvalho, Superintendente**, em 14/06/2021, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18179137** e o código CRC **097B45C6**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000386/2020 SEI nº 18179137

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 89 RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA INEA

À SUPCON, aos cuidados do Coordenador do TAC II COMPERJ.

Ref: PA 46/2020 – MPRJ 202000174172

Assunto: Itens 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ

De forma a dar subsídios de resposta ao Ofício 2ª PJTC n° 434/2020 (SEI n° 3578028), reiterado pelo Ofício 2ª PJTC n° 2024/2020 (SEI n° 11232093), elaborados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, que possuem o seguinte teor:

> **O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:** A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta, obrigou-se a "(...) *apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado*".

Informamos que:

1) Introdução

1.1) Ação Civil Pública n° 0009859-39.2018.8.19.0023, Inquérito Civil 102/2011 e Procedimento Administrativo n° 46/2020 do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Em 26/06/2018 foram ajuizadas as Ações Civis Públicas n° 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (Objeto do IC 1/2013); **(ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011**; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e IC 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010).

Conforme mencionado no "*RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO*" do Procedimento Administrativo nº 46/2020 do MPRJ:

> "Após o ajuizamento das citadas ACP's, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos citados processos, para tentativa de solução consensual da lide. **Em janeiro de 2019**, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Desde então, foram realizadas constantes reuniões sobre o assunto (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC." **(grifo nosso)**

1.2) Parecer Técnico de Renovação da LI n° IN024123

Em 18/10/2019 foi concluído o PARECER TÉCNICO DE RENOVAÇÃO DE LI N° 36/19 (SEI n° 17890694), referente à renovação da LI n°IN024123. Dentre diversos aspectos deste Parecer, os seguintes trechos se relacionam ao solicitado no Ofício 2024/2020:

> 2. HISTÓRICO DO LICENCIAMENTO
>
> A atividade possui Licença de Instalação n° IN024123. Em 05 de junho de 2014, foi protocolada carta AB-PGI/LIC 0121/2014 às fls. 743, onde a empresa propôs um desvio no traçado da linha de transmissão, dentro da propriedade cadastrada como FC 001-053-001. Em 10 de junho de 2014 foi solicitada a renovação da Licença de Instalação incluindo a alteração do projeto. Durante a análise, verificou-se que a mudança do traçado implicou um aumento significativo da supressão de vegetação (13,3 ha), quando comparada com a área licenciada inicialmente (1,47 ha). Tendo em vista a discrepância entre a área de supressão autorizada na LI e a área de supressão da alteração de traçado, o INEA solicitou um refinamento dos estudos a fim de se definir a área exata de supressão. Em resposta, a empresa apresentou nova área (5,26 ha), mantendo uma extensão de supressão acima da autorizada na primeira LI. Sendo assim, após diversas reuniões, o INEA solicitou uma reavaliação do projeto, com alternativas para a redução do quantitativo de supressão vegetal. Em 13 de julho de 2018, através da Carta PRGE/SGP/LA 0108/2018 (fls.1008), o requerente apresenta um novo inventário florestal com uma redução da área de supressão de 5,26 ha para 1,87 ha, diminuindo ainda o número de indivíduos de espécies ameaçadas de extinção de 142 para 35 indivíduos. Para alcançar essa redução no quantitativo de área de supressão, a empresa promoveu o alteamento das torres, além da realocação de uma delas e ainda, na fase de instalação, serão utilizadas traves verticais que permitirão o lançamento de cabos com menor impacto sobre a vegetação.
>
> 3. CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE
>
> Conforme mencionado do item 2 deste parecer, houve alteração no projeto inicialmente aprovado na LI n IN024123, no qual foi modificado um pequeno trecho próximo ao COMPERJ (Figura 1).

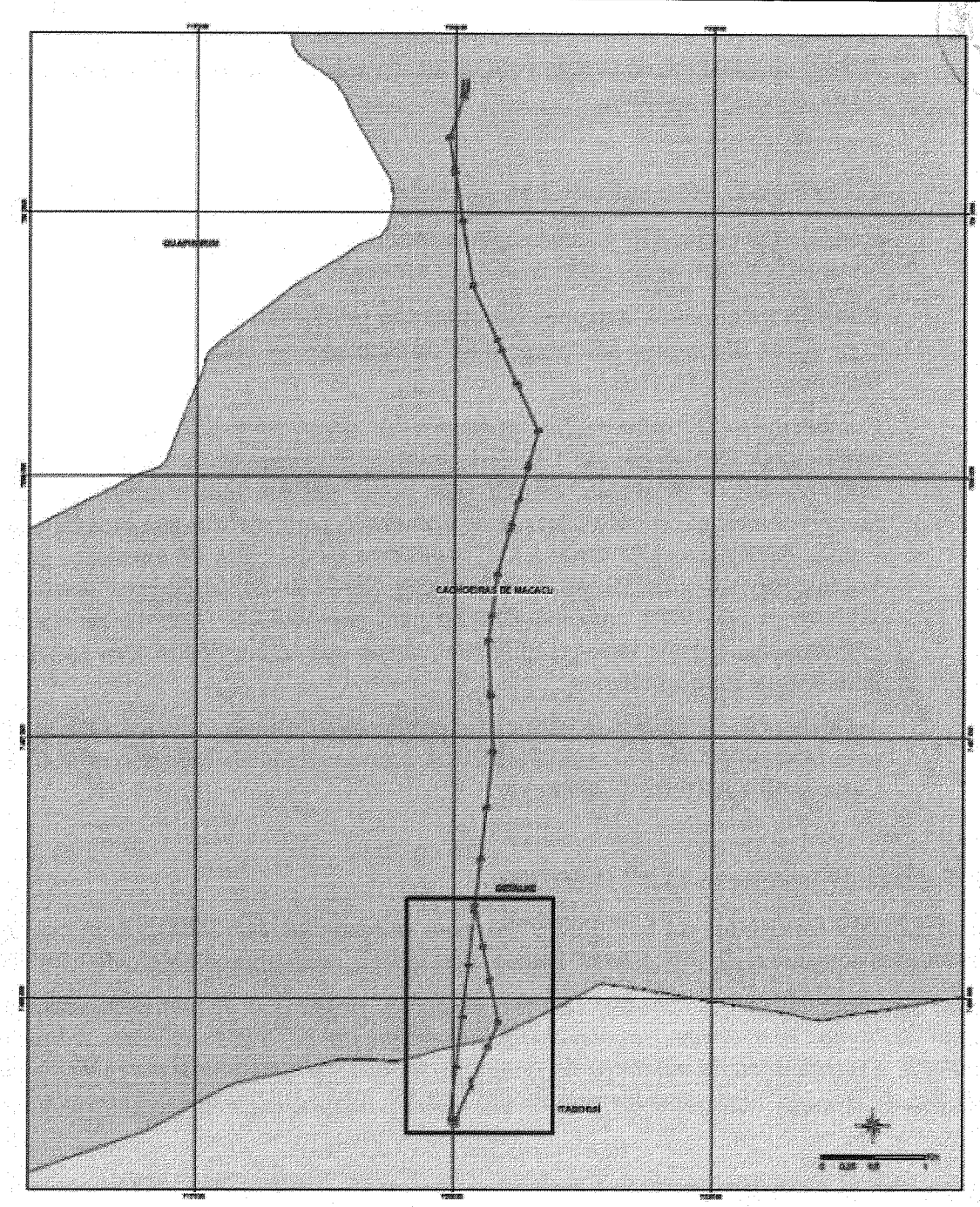


Figura 1 – alteração do traçado da LT

4. IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS DOS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS / COMPENSATÓRIAS

Supressão de vegetação A área de supressão inicialmente prevista na LI n° IN024123 era de 1,47 ha. Após as alterações propostas no projeto e traçado da linha de transmissão, conforme mencionado no Item 2 deste parecer, a área de supressão passou a ser de 1,87 ha. Segundo o Parecer GELAF n° 245/2019, a vegetação nativa encontrada na área de intervenção do empreendimento tem seu uso regulamentado pela Lei nº 11.428/06 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Neste caso, entende-se que só poderá ser emitida a pertinente autorização para supressão de vegetação em estágio médio e avançado desde que o empreendimento ou a intervenção sobre este tipo de vegetação seja declarado de Utilidade Pública pelo poder público federal ou estadual.

Portanto, caso a empresa apresente a Declaração de Utilidade Pública para fins de supressão de vegetação, opina-se pela renovação da Licença de Instalação requerida, com autorização para supressão de 1,87 ha de vegetação nativa, observando-se as condicionantes do item.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Declaração de Utilidade Pública para fins de supressão de vegetação

A empresa deverá apresentar Declaração de Utilidade Pública que autorize a supressão de vegetação em estágio médio e avançado do Bioma Mata Atlântica expedida pelo poder público federal ou estadual, de acordo com os art. 14 e art. 3°, inciso VII, alínea b, da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

6. CONCLUSÃO

Considerando que a empresa vem atendendo as condicionantes da LI n°IN024123;

Considerando que não foi apresentada Declaração de Utilidade Pública para fins de supressão de vegetação nativa em estágio médio e avançado;

Considerando que os impactos causados são previsíveis e poderão ser controlados e mitigados com ações constantes nos programas apresentado no Plano Básico Ambiental – PBA; e por meio das restrições INEA;

Considerando as informações prestadas no processo E-07/514603/2012, e desde que seja apresentada Declaração de Utilidade Pública para fins de supressão de vegetação nativa em estágio médio e avançado, emitida pelo poder público federal ou estadual, somos de parecer favorável à renovação da Licença de Instalação para realizar as obras de implantação de duas Linhas de Transmissão de 345 kV, com cerca de 10,3 km de extensão, que interligarão a LT Furnas Adrianópolis-Macaé à Subestação SE-5140 do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ com autorização para supressão de 1,87 ha de vegetação nativa, sem embargo das demais licenças exigíveis, desde que sejam obedecidas as restrições contidas no item 7 deste parecer técnico.

A Declaração de Utilidade Pública foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto N° 46.842, em 27/11/2019, e protocolada no Processo n° E-07/514603/2012 pela Carta SMS/LARE 0280/2019.

1.3) Licença de Instalação LI N° IN050756

Em 11/12/2019 foi emitida a LI N° IN050756, com validade até 11/12/2022, com base nos documentos e informações constantes do Processo n° E-07/514603/2012, renovando o objeto da LI n°IN024123.

Dentre tais documentações, constam as "*informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado*" apresentados pela PETROBRAS, mencionados nos Ofícios citado acima.

1.4) TAC II do COMPERJ

Em 18/02/2020 foi assinado o TAC II do COMPERJ.

Quanto aos aspectos que envolveram as licenças da atividade "*Linhas de Transmissão 345 kV*", relacionadas aos itens 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta, referenciados nos Ofícios supracitados, destacam-se os seguintes trechos:

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 91 RJ

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DAS LT DE 345KV

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009859-39.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento Linhas de Transmissão – LTs 345 KV, do COMPERJ, que consiste na implantação de duas novas linhas de transmissão de energia elétrica 345 KV para atender ao crescimento da demanda de energia pela implantação do COMPERJ que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 102/2011 (MPRJ 2010.00590749);

CONSIDERANDO que o desvio das LTs de 345kV compreende apenas uma pequena área, e que o restante do traçado foi mantido na mesma faixa de servidão, objeto do EIA;

CONSIDERANDO, ainda em relação as LTs de 345 KV, que a adequação do traçado ocorreu por questões técnicas e para atender à solicitação do responsável por uma das propriedades afetadas;

CONSIDERANDO que o Diagnóstico Ambiental concluiu que, se comparado ao traçado original, não se observam alterações expressivas relacionadas aos diagnósticos dos meios físico e biótico referentes à área diretamente afetada pela adequação do traçado das LT de 345 kV do COMPERJ e que a área afetada já foi profundamente modificada por ações antrópicas;

CONSIDERANDO a adequação do traçado das LTs realizada na Alternativa 1 do EIA/RIMA (que demonstra que a mudança não importou em impactos adicionais significativos que comprometam a viabilidade ambiental do projeto;

CONSIDERANDO que o estudo específico para avaliação dos impactos ambientais, mensurando todas as interações dos meios físico e biótico referentes à adequação do traçado das LTs de 345 KV, foi realizado por empresa especializada, que atendeu à legislação pertinente e às solicitações do órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que, em atendimento à Notificação CEAMNOT/01091970, em 13/07/2018 foi protocolada a última versão de novo Inventário Florestal em função da relocação de um pequeno trecho da LT 345KV, mantendo a mesma faixa de servidão objeto de estudo do EIA da LT de 345 KV, denominado nos estudos de Traçado 1;

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO LINHAS DE TRANSMISSÃO 345 kV (PROCESSO Nº 0009859-39.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUINTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.) No que concerne às Licenças Prévia nº IN021727 e de Instalação nº IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:

4.1.1 e 4.2) Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado.

Assim, de acordo com tais considerações, já se observa a concordância dos partícipes do TAC II do COMPERJ que a pequena alteração de traçado da linha de transmissão não resultou em impactos ambientais expressivos.

Ademais, não é citada a recém emitida LI nº IN024123, e sim as antigas LP nº IN021727 e LI nº IN024123.

1.5) Manifestação PETROBRAS aos itens 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ

Em 19/10/2020 foi apresentada a Carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0019/2020 pela PETROBRAS, contendo manifestação de atendimento das obrigações contidas nos itens 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ.

Ressalta-se que tais documentações já constavam no processo de licenciamento n° E-07/514603/2012 que ocasionou a emissão da LI n° IN050756.

2) Avaliação INEA sobre atendimento aos itens 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ

Conforme contextualização acima, a avaliação da renovação da LI n° IN024123 e consequentemente emissão da nova LI n° IN024123 (SEI n° 17975490), foi concomitante às tratativas do TAC II do COMPERJ.

Possivelmente, *S.M.J*, não foram observadas às documentações apresentadas pela PETROBRAS no processo n° E-07/514603/2012, assim como as considerações do "*PARECER TÉCNICO DE RENOVAÇÃO DE LI N° 36/19*" (SEI n° 17890694) para a elaboração dos itens 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta.

Ressalta-se que no texto do TAC II do COMPERJ não é citada a LI n° IN024123, emitida em 11/12/2019.

Ou seja, todas as "*informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado*", mencionados nos Ofícios 434/2020 e 2024/2020 do MPRJ, foram avaliadas pelo INEA no processo de licenciamento ambiental n° E-07/514603/2012 e aprovadas no "*PARECER TÉCNICO DE RENOVAÇÃO DE LI N° 36/19*", anteriormente à apresentação pela PETROBRAS da Carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0019/2020.

Ante o exposto, **entende-se que os itens 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ foram atendidos satisfatoriamente**.

Cauê Bielschowsky
Chefe de Serviço
CEAM
ID: 4359412-3

Rio de Janeiro, 10 junho de 2021

Documento assinado eletronicamente por **Cauê Bielschowsky, Chefe de Serviço**, em 10/06/2021, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18030891** e o código CRC **F72B367D**.

Referência: Processo nº SEI-070026/000386/2020 SEI nº 18030891

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por caueb, versão 5 por caueb em 10/06/2021 11:40:41.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
DO NÚCLEO ITABORAÍ
MEIO AMBIENTE * ORDEM URBANÍSTICA * PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL * CONSUMIDOR

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
ao(a) Exmo. Promotor de Justiça
Em 09/09/21
7787

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 30/09/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 30/09/21. 7787

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Procedimento Administrativo n. 46/2020 (MPRJ n. 2020.00174172)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Remeter o feito ao GATE, via SEI,** solicitando informar se com base na Manifestação Técnica Cooeam 18030891 apresentada pela SEAS/INEA (fls. 87/91), referente à obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pode ser considerado cumprido. Caso ainda persista alguma pendência, solicita-se que seja esclarecida de forma objetiva;

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 29 de setembro de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.09.30 09:57:50 -03'00'

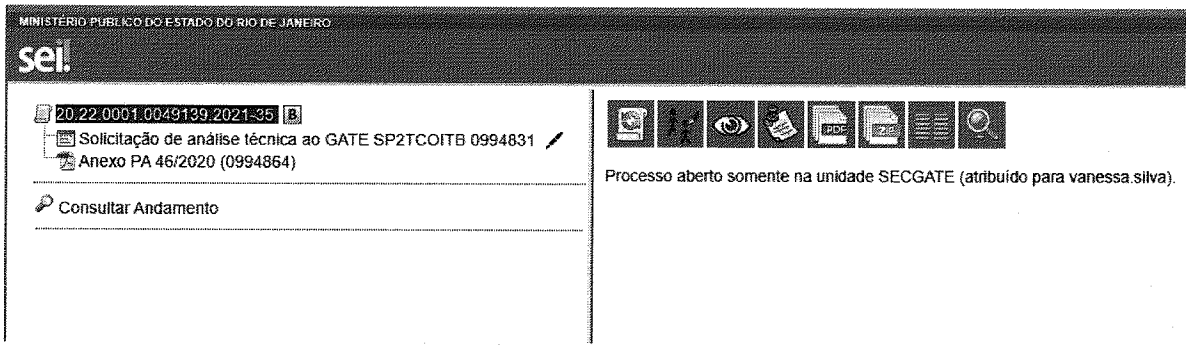
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
94
RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Certidão 475/2021
PA 46/2020 MPRJ 2020.00174172

Certifico, nesta data, o integral cumprimento do determinado à fl. 93, item 01, com encaminhamento de Solicitação de Análise Técnica ao GATE, via SEI (Processo 20.22.0001.0049139.2021-35), na forma abaixo.



Itaboraí, 01 de outubro de 2021.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 95 RJ

Solicitação de análise técnica ao GATE - 0994831

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Itaboraí

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula:
7787

Secretário(a):
Thaís Vieira dos Santos

E-mail:
2pjtcoitb@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
202000174172

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Não

***Em se tratando de complementação de análise técnica realizada anteriormente pelo GATE, indicar o número da IT:**

-

2. Trata-se de procedimento sujeito à prescrição para a propositura da ação judicial prevista na Lei no 8.429/92?
Não

***Caso a resposta seja positiva, indique a data :**
-

3. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

4. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

5. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

5.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 5.1 seja marcada, descreva:**
-

5.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

5.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 5.3:
-

5.4 Trata-se de solicitação oriunda de alguma modalidade de atuação coletiva especializada (Grupo de Atuação Especializada, Força-Tarefa, Grupo Temático Temporário ou Grupo de Apoio de Acervo - Resolução GPGJ 2.401/2021):
Não

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Remeter o feito ao GATE, via SEI, solicitando informar se com base na Manifestação Técnica Cooeam 18030891 apresentada pela SEAS/INEA (fls. 87/91), referente à obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pode ser considerado cumprido. Caso ainda persista alguma pendência, solicita-se que seja esclarecida de forma objetiva;

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 01/10/2021, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0994831** e o código CRC **B11AE693**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Certidão 143/2022
PA 46/2020 – MPRJ 2020.00174172

Certifico que os presentes autos foram integralmente digitalizados (fls. 02/95) e anexados ao grupo de SharePoint desta Promotoria de Justiça e ao sistema MGP, em arquivo digital no formato PDF. Certifico, ainda, a fiel reprodução da documentação original dos autos físicos no referido arquivo digital.

Certifico que, a partir desta data, **o presente procedimento passará a adotar tramitação exclusivamente eletrônica**, conforme orientação do Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, com fulcro no artigo 17 da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP Nº 46 de 30 de setembro de 2021.

Por fim, certifico que os autos físicos permanecerão mantidos sob a guarda desta Secretaria.

Itaboraí, 16 de fevereiro de 2022.

Thaís Vieira dos Santos
Mat. 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 001/2022

03 de Janeiro de 2022

Nº MPRJ: 2020.00174172

SOLICITANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

COORDENADAS (Local da diligência):

LAT.: -22.665542984509692 **LONG.:** -42.88810611846313

Indústria. Petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. 1 - Serviço técnico: Análise de atendimento a obrigações de cunho técnico de TAC. Item 4.1.1 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ parcialmente atendido, cabendo complementação do INEA. .



Leia o QR code com seu celular.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

1. INTRODUÇÃO

O Inquérito Civil 202000174172, instaurado no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), tem o objetivo de apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4.1.1. e 4.2 da cláusula quinta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) II do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio Janeiro nos autos da Ação Civil Pública 0009859-39.2018.8.19.0023.

No item 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ foi prevista a obrigação da compromissária apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha de transmissão 345Kv do COMPERJ, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado.

Diante da apuração contida no Inquérito Civil, a presente Informação Técnica visa atender à solicitação da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Itaboraí ao Grupo de Apoio Técnico Especializado - GATE por meio do procedimento SEI 20.22.0001.0049139.2021-35, que solicita avaliar se com base na Manifestação Técnica Cooeam 18030891 apresentada pela SEAS/INEA (fls.87/91), referente à obrigação contida no item 4.1.1 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pode ser considerado cumprido.

A análise contida na presente Informação Técnica foi baseada nos seguintes documentos protocolados pela Petrobras e INEA/SEAS: (i) Nota explicativa da Petrobras (fls 35/144) e (ii) Manifestação Técnica Cooeam 18030891 apresentada pela SEAS/INEA (fls.87/91).

2. DESENVOLVIMENTO

O item 4.1.1. do TAC II do COMPERJ se refere a Licença Prévia IN021727 e a Licença de Instalação IN024123 emitidas autorizando a localização e implantação da Linha de Transmissão (LT) 345kV que contempla o trecho entre Furnas (Adrianópolis-Macaé) a subestação do COMPERJ.

Segundo acostado no Parecer Técnico de Licença de Instalação da GELANI-INEA nº 36/2019, o projeto prevê a implantação de 2 (duas) Linhas de Transmissão de 345 kV, paralelas, com derivação da Linha Adrianópolis-Macaé até a Subestação do COMPERJ. A

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Linha é necessária para a operação da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e atravessa os municípios de Itaboraí e Cachoeiras de Macacu, sendo 95% do trecho no município de Cachoeiras de Macacu e o restante no interior do COMPERJ, município de Itaboraí.

No decorrer do licenciamento ambiental a Petrobras solicitou ao INEA alteração do traçado inicialmente previsto para linha de transmissão no EIA e licenciado no âmbito da Licença de Instalação IN024123. A alteração requerida se dá em um trecho próximo ao COMPERJ. A empresa apresentou junto ao INEA justificativas para essa alteração, as quais serão objeto da presente avaliação (figura 1).

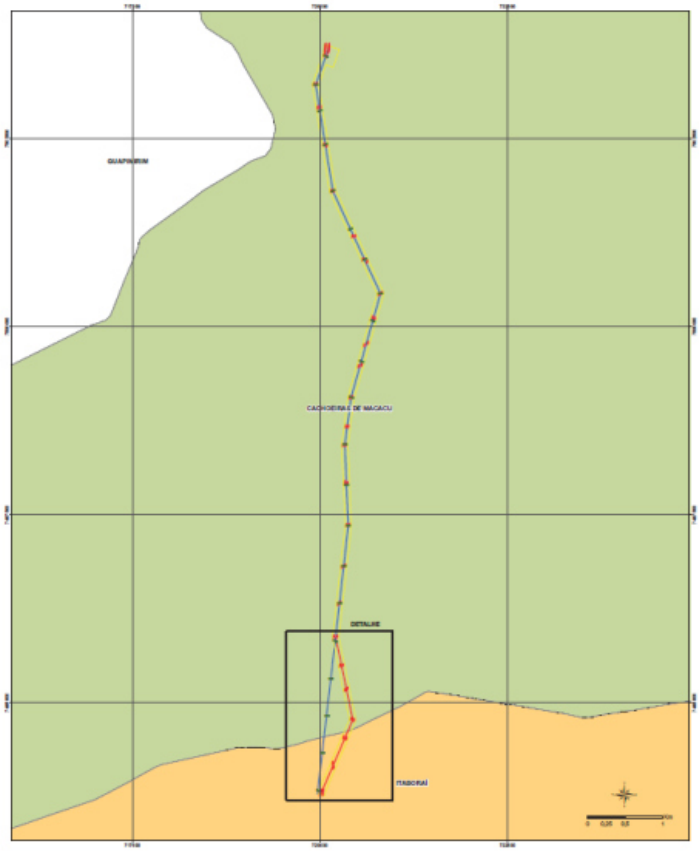


Figura 1: Traçado da Linha de Transmissão do COMPERJ. Em vermelho é demonstrado o trecho a ser alterado. Fonte: Parecer Técnico de Licença de Instalação nº 36/2019 - GELANI/INEA.

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

2.1. Nota explicativa da Petrobras

A Petrobras, por meio da Nota Explicativa (Obrigações do TAC 2 do COMPERJ) acostada nos autos do referido Inquérito Civil, apresentou os documentos protocolados junto ao órgão ambiental referente à solicitação da necessidade da alteração de parte do traçado da Linha de Transmissão.

Segundo a empresa em 05/06/2014, foi remetido ao INEA a solicitação da alteração de um trecho da faixa de servidão da Linha de Transmissão devido ao pedido de um dos responsáveis por uma das propriedades interceptadas pelo traçado do empreendimento. Na ocasião, também foi solicitado ao INEA o aumento do número de torres de 42 (quarenta e dois) para 50 (cinquenta).

Considerando a alteração do traçado requerido pela Petrobras, o INEA solicitou a apresentação da justificativa e objetivo da mudança do traçado, bem como o diagnóstico do meio físico e biótico da área diretamente afetada e caracterização da vegetação com a devida atualização do Inventário Florestal. Em 23/01/2015 a Petrobras encaminhou, ao INEA, os documentos solicitados.

Em relação ao meio físico foi apresentado um diagnóstico sucinto, complementar ao EIA apresentado, no qual foi apresentado breve caracterização dos aspectos geológicos, geomorfológicos, pedológicos e hidrológicos.

De acordo com diagnóstico apresentado, o traçado no trecho a ser alterado está inserido em uma planície de inundação, ou seja, área propicia a inundação e de recarga dos aquíferos. Com a alteração do traçado, a linha de transmissão vai atravessar a parte aérea dos rios Macacu, de um afluente do rio Macacu e de um afluente do rio Caceribu.

Conforme o Ofício AB-PGI/LIC 0008/2015, de 23 de janeiro de 2015, a Petrobrás encaminhou o diagnóstico da área diretamente pela mudança do traçado e a caracterização da vegetação a ser suprimida, com o inventário florestal atualizado, conforme solicitação do INEA por meio da Notificação Nº CEAMNOT /01043489, de 02/10/2014.

Segundo a Nota Explicativa - OBRIGAÇÕES DO TAC II, no tocante ao inventário florestal, a última versão apresentada e aprovada pelo órgão ambiental é objeto da obrigação 4.4.1 do TAC aqui referido e protocolado na mesma data. Porém, nos documentos enviados ao GATE, não foi encontrado tal documento.

Na Nota Explicativa, em seu Anexo 1, item I.2.1 – Vegetação e Uso do Solo constam que:

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

> O diagnóstico da vegetação da área diretamente afetada/ADA pela alteração do traçado da Linha de Transmissão de 345 kV do Comperj **foi elaborado a partir de consulta a dados secundários, incluindo bibliografia especializada** e estudos que subsidiaram processos de licenciamento na região do Comperj, especialmente o Estudo de Impacto Ambiental da LT de 345 kV, além de vistoria em campo, realizada no dia 05 de dezembro de 2014. **(Grifo nosso)**

É apresentado uma descrição genérica da vegetação na área diretamente afetada, citando informações do EIA - Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão e do Inventário Florestal realizado para região do Gasoduto e Ponto de Entrega do Sistema Dutoviário do Comperj.

Informações do EIA mencionam que:

> A cobertura vegetal é formada principalmente por espécies herbáceas, sendo que espécies lenhosas (arbustivas e arbóreas nativas, exóticas e subespontâneas) podem ser registradas de forma isolada ou como agrupamentos com número reduzido de indivíduos. Correspondem aos locais originalmente recobertos por florestas, com fisionomia e composição florística alteradas devido à intervenção humana [...]
> ...
> A vegetação característica possui fisionomia que varia de herbácea a arbustiva, podendo apresentar exemplares arbóreos isolados. E composta por espécies adaptadas (hidrófilas), com composição florística variável de acordo com a intensidade e duração da inundação, o grau de oxigenação e salinidade. e a textura do solo. Entre as espécies características incluem-se Cypems giganfeus, C. polystachyos, Typha dominguensis, Acrostium aureum (samamba-grande-do-brejo), A. daneafolium (samambaia-pequena-do-brejo), Panicum aquaticum, P. racemosum, Sporobolus virgincus e Tibouchina sp. (quaresmeira- do-brejo), entre outras. Na sua maior parte encontram-se bastante alteradas, devido ao longo processo de ação antrópica, especialmente com as obras de drenagem e canalização (BOHRER. 2007)

É informado ainda que, na região, são raros os remanescentes, profundamente descaracterizados, de florestas de baixada e florestas aluviais, quase totalmente removidas e com sua área de cobertura convertida em atividades económicas (PETROBRAS/BOURSCHEID, 2009). Remanescentes de vegetação florestal (Floresta

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Ombrófila Densa - IBGE 2004) são localizadas as margens do rio Macacu, na área diretamente afetada

Nas considerações finais, é afirmado que a avaliação da efetiva necessidade de supressão de vegetação para construção das torres, além de sua localização dentro ou fora de área de preservação permanente/APP e a identificação de espécies de interesse conservacionista e/ou ameaçadas presentes na área diretamente afetada, são objeto do Inventário Florestal do empreendimento. Reitera-se que esse documento não consta dos documentos encaminhados.

2.2. Manifestação INEA

Como manifestação ao atendimento ao item 4.1.1, o INEA encaminhou trechos do Parecer Técnico de Licença de Instalação nº 36/2019 emitido pela GELANI-INEA na renovação da LI IN024123. A renovação da LI foi concomitante a elaboração do TAC II do COMPERJ.

Conforme informado na manifestação do INEA, o empreendimento, inclusive o traçado alterado, foi declarado de Utilidade Pública por meio do Decreto n.46.842, em 27/11/2019, e protocolado no Processo nº E-07/5 14603/2012.

No Parecer Técnico do INEA, foi abordada a questão da modificação de parte do traçado da Linha de Transmissão. Em relação aos potenciais impactos ambientais foram apontados os seguintes impactos referentes a etapa de implantação: (i) Emissões atmosféricas; (ii) Geração e descarte de efluentes líquidos; (iii) Geração, armazenamento e destinação de resíduos; (iv) Emissão de ruído; (v) Supressão de vegetação.

Segundo informado, todos os impactos identificados serão mitigados conforme previsto no Programa de Gestão Ambiental das Obras e Controle Ambiental – PCA, apresentado no Plano Básico Ambiental – PBA.

Os potenciais impactos identificados pelo INEA são coerentes às atividades a serem realizadas. Entretanto, vale enfatizar que a área, conforme o diagnóstico apresentado pela Petrobras, se caracteriza em uma planície de inundação, onde os solos são rasos, sujeitos a inundações e naturalmente são zonas de recarga dos aquíferos.

Partindo dessa premissa, adicionalmente aos impactos identificados pelo INEA, cabe serem avaliados, mitigados e monitorados os seguintes potenciais impactos ambientas decorrentes dos métodos construtivos das fundações das torres que poderão promover o rebaixamento do lenço freático: (i) Alteração da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, (ii) deflagração de processos erosivos e (iii) alteração do fluxo hídrico

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

subterrâneo decorrentes do rebaixamento do lençol; (iv) alteração do fluxo hídrico superficial; e (v) interferência em nascentes.

Segundo o Parecer Técnico GELAF de apoio à renovação Nº 245/2019, as áreas onde serão implantadas as Linhas de Transmissão eram originalmente cobertas por Floresta Ombrófila Densa, ecossistema pertencente ao Bioma Mata Atlântica. Atualmente, a vegetação dessas áreas se encontra bastante alterada em função de atividades antrópicas. Boa parte da cobertura vegetal foi removida para dar lugar a pastagens, cultivos agrícolas e ocupação antrópica. Após as alterações propostas no projeto e traçado da linha de transmissão, foram identificados na faixa de servidão 11,74 ha de áreas recobertas por vegetação nativa, dispostas em 23 fragmentos florestais (10 em estágio inicial, 12 em estágio médio e um em estágio avançado de regeneração) além de 1.996 árvores isoladas. Três desses fragmentos não sofrerão mais nenhum tipo de intervenção sobre a vegetação, após as alterações de projeto e traçado.

A área de supressão prevista na LI é de 1,47 ha. Após solicitar uma averbação para que pudesse suprimir 13,3 ha de vegetação nativa, o INEA solicitou ajustes no projeto para que esse número fosse reduzido. A alteração feita no traçado da LT bem como na altura das torres, resultou em um acréscimo de apenas 0,4 ha (4.000 m²) da área de supressão previamente autorizada. Sendo assim, a área de supressão passou a ser de 1,87 ha.

Essa redução da área de supressão de 5,26ha para 1,87 ha foi precedida da apresentação de um novo inventário florestal. Em consequência, houve também uma diminuição do número de indivíduos de espécies ameaçadas de extinção de 142 para 35 indivíduos. Para alcançar essa redução no quantitativo de área de supressão, a empresa promoveu o alteamento das torres, além da realocação de uma delas e ainda, na fase de instalação, serão utilizadas traves verticais que permitirão o lançamento de cabos com menor Impacto sobre a vegetação.

Ainda citando as informações contidas no Parecer GELAF, de acordo com as características quali-quantitativas da vegetação, os 1,87 ha alvos de supressão tiveram seus estágios de regeneração classificados da seguinte maneira:

- 0,51 ha: estágio inicial de regeneração;
- 1,11 ha: estágio médio de regeneração;
- 0,24 ha: estágio avançado de regeneração

O referido Parecer GELAF informa que foi apresentado um Laudo Técnico elaborado pelo Professor Hugo Barbosa Amorim, do Departamento de Silvicultura,

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o qual demonstrou que "a supressão das espécies consideradas vulneráveis ou em risco de extinção, existentes na área de servidão da LT de 345 kV do COMPERJ (Cachoeiras de Macacu/Itaboraí-RJ), não aumentará a vulnerabilidade atual das mesmas". O referido Laudo traz recomendações para compensar/mitigar a supressão destas espécies.

A conclusão deste laudo é que, observados os cuidados expressos nos programas de Reposição Florestal e Resgate de Germoplasma, além das sugestões constantes no documento, "a supressão das espécies relacionadas pelo inventário florestal das áreas de supressão para implantação da LT 345 kV, que fazem parte da lista oficial de espécies da Flora Brasileira ameaçada de extinção, não colocará em risco a sobrevivência dessas espécies."

Ainda citando o Parecer GELAF, a vegetação nativa encontrada na área de intervenção do empreendimento tem seu uso regulamentado pela Lei nº 11.428/06 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Neste caso, o INEA entendeu que só poderia ser emitida a pertinente autorização para supressão de vegetação em estágio médio e avançado desde que, o empreendimento ou a intervenção sobre este tipo de vegetação fosse declarado de Utilidade Pública pelo poder público federal ou estadual. Portanto, caso a empresa apresentasse a Declaração de Utilidade Pública para fins de supressão de vegetação, o órgão ambiental seria favorável à renovação da Licença de Instalação requerida, com autorização para supressão de 1,87 ha de vegetação nativa, observando-se as condicionantes do item.

Tendo em vista que a Declaração de Utilidade Pública foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto Nº 46.842, em 27/11/2019, e protocolada no Processo Nº E-07/514603/2012, pela Carta SMS/LARE 0280/2019, o INEA foi favorável à renovação da Licença de Instalação para realizar as obras de implantação de duas Linhas de Transmissão de 345 kV, com cerca de 10,3 km de extensão, que interligarão a LT Furnas Adrianópolis-Macaé à Subestação SE-5140 do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, com autorização para supressão de 1,87 ha de vegetação nativa, sem embargo das demais licenças exigíveis, desde que sejam obedecidas as restrições contidas no item 7 do parecer técnico GELAF.

3. CONCLUSÃO

O INEA informou que todas as "informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado mencionados nos Ofícios 434/2020 e 2024/2020 do MPRJ, foram avaliadas pelo INEA no processo de licenciamento ambiental nº E-07/514603/2012 e aprovadas no "PARECER TÉCNICO DE RENOVAÇÃO de LI Nº 36/19", anteriormente à apresentação pela PETROBRAS da Carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0019/2020. Desta forma, entendeu-se que os itens 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ foram atendidos satisfatoriamente.

De fato, a Petrobras apresentou as informações apresentadas ao INEA solicitadas no item 4.1.1 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ. Contudo conforme relatado nessa Informação Técnica não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha.

Pelo exposto, conclui-se que cabe ao INEA avaliar os impactos decorrentes da implantação da fundação das torres e apresentar e definir as medidas mitigadoras e de monitoramento, bem como, apresentar o Inventário Florestal atualizado para dar como cumprida o item 4.1.1 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ. Sanada essas questões, entende-se desnecessária a avaliação da Auditoria Externa do referido item.

Nada mais tendo a acrescentar, dá-se por concluída a presente Informação Técnica

JULIANA BUSTAMANTE DE MONTI SOUZA
Técnico Pericial - GATE - Núcleo Engenharia
Matr.: 6542

VANESSA FERNANDES LEÃO
Técnico Pericial – GATE – Núcleo Ciências Naturais
Matr. 5008

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172**

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos:

- Às fls. 97/105, IT nº 001/2022 do GATE.

Itaboraí, 13 de maio de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ref.: Notícia de Fato - MPRJ 2022.00002531

PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2021, na Sede do Ministério Público, localizado na Av. Marechal Câmara, n° 370, 08° andar, Centro, Rio de Janeiro, se reuniram o DR. **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, Promotor de Justiça Titular, o Subprocurador-Geral de Justiça, **DR. MARFAN MARTINS VIEIRA**; e **Pela Concessionária Água dos Rio: Dra. TATIANA VAZ CARIUS, da Águas do Rio; Dra. YOON JUNG KIM, Diretora Jurídica; e o Dr. ANSELMO LEAL, Diretor Institucional da Águas do Rio.**

Pelos representantes da Concessionária Águas do Rio foi dito que: a Concessionária deu início em 01 de novembro de 2021 à operação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após sagrar-se vencedora da Concorrência Internacional nº 01/2020, em 26 municípios – incluindo a cidade de Itaboraí, assim como 124 bairros da capital fluminense. Todavia, nos termos do disposto no item 3.1 do Caderno de Encargos – Anexo VI do Contrato de Concessão, a Concessionária tem como meta contratual o prazo de 12 anos para universalizar o serviço de esgotamento sanitário e 10 anos para o sistema de fornecimento de água no Município de Itaboraí, por meio de inúmeros investimentos previstos em seu plano de negócios. Assim, considerando o histórico de abastecimento deficitário na região de Itaboraí, atrelado ao atual contexto de escassez hídrica, a Concessionária vem envidando esforços em busca de soluções que mitiguem este grave problema de ordem pública para priorizar o aumento de oferta de água tratada no atendimento da população, otimizando o uso dos recursos hídricos para o consumo industrial por meio de soluções alternativas, como a água de reuso de Estações de Tratamento de Esgoto. Nesse sentido, faz-se necessário o envio de cópia dos seguintes documentos: (i) TACs firmados com a Petrobras na região de Itaboraí; (ii) relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos

TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e (iii) 126 Procedimentos Administrativos de acompanhamento das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos.

Pelo Promotor de Justiça: foi prestado esclarecimentos sobre toda a tramitação das Ações Civis Públicas e dos dois TACs do COMPERJ, assim como dos 126 Procedimentos Administrativos que apuram o cumprimento das cláusulas dos TACs. Ademais, com as cautelas de estilo, foram deferidas as cópias solicitadas, na forma disponível nesta Promotoria, qual seja: cópia dos TACs I e II COMPERJ, dos 126 Procedimentos Administrativo e planilha de andamento dos referidos PAs.

Após a reunião, salienta-se que a Concessionária Águas do Rio formalizou por meio de ofício RIO4.JES.2021/000039ED.ARJ.2021/000581 (MPRJ – 2022.00002531) o pedido de cópia dos seguintes documentos: (i) TACs firmados com a Petrobras na região de Itaboraí; (ii) relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e (iii) 126 Procedimentos Administrativos de acompanhamento das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos. O Promotor consignou que toda a sociedade (seja os cidadãos isoladamente por meio do controle social, seja qualquer interessado pessoa jurídica), pode contribuir com a Promotoria na instrução dos 126 PAs que apuram o cumprimento das cláusulas do TAC, sendo certo que a atuação desta Promotoria está restrita aos aspectos de tutela do meio ambiente, ressaltando que questões como o valor do pagamento pela utilização da água fogem à atribuição da Promotoria.

Nada mais havendo, foi a reunião encerrada.

Diante do que foi tratado na reunião e formalizado por meio do ofício RIO4.JES.2021/000039ED.ARJ.2021/000581 (MPRJ – 2022.00002531), à Secretaria para:

1- **Defiro** o pedido de cópia dos TACs I e II COMPERJ, dos 126 Procedimentos Administrativos e a planilha de andamento dos referidos PAs;

2- **Solicite-se** o recolhimento de custas, conforme art. 3º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2.198/2018. Após, proceda-se entrega virtual (por e-mail) da cópia dos TACs I e II COMPERJ, dos 126 Procedimentos Administrativos e a planilha de andamento dos referidos PAs digitalizado, conforme solicitado;;

3- **Juntar** cópia desta promoção aos Procedimentos Administrativos instaurados para acompanhar as obrigações contidas nos TACs I e II COMPERJ que tratem de abastecimento de água.

Itaboraí, 16 de dezembro de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.01.27 17:40:37 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **MPRJ 2022.00002531**

TERMO DE VISTA

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 07 de janeiro de 2022.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Promoção em separado, impressa em 03 lauda (s).

Itaboraí, 20/01/2022

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 08/02/22. 7787

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

DocuSign Envelope ID: 30B238B5-90A8-4CC5-8562-95492E497400

ÁGUAS DO RIO

RIO4.JES.2021/000039

ED.ARJ.2021/000581

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2021

MPRJ8P2TCOITB 20220000002531 050122 14:17:39

Ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Avenida Marechal Câmara, n. 370 - Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-080

A/C Ilmo. Promotor de Justiça - Titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva de Itaboraí

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ref. Solicitação de Informações sobre os TACs celebrados com a PETROBRAS no Município de Itaboraí.

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A. ("Águas do Rio 1"), concessionária dos serviços públicos de fornecimento de água, esgotamento sanitário e dos serviços complementares das áreas abrangidas pelo Contrato de Concessão nº 32/2021 ("Contrato"), com sede administrativa na Avenida Barão de Tefé, nº 34, 10º e 11º andares, Bairro Saúde, no Rio de Janeiro – RJ, CNPJ/MF nº 42.310.775/0001-03, vem, respeitosamente, expor e requerer o que segue.

Conforme amplamente divulgado nas mídias, a Águas do Rio deu início **em 01 de novembro de 2021** à operação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após sagrar-se vencedora da Concorrência Internacional nº 01/2020, em 26 municípios – incluindo a Cidade de Itaboraí, assim como 124 bairros da capital fluminense.

Para atendimento das citadas áreas, foram criadas Sociedades de Propósitos Específicos SPEs, denominadas Águas do Rio 1 SPE S.A. (CNPJ/MF nº 42.310.775/0001-03) e Águas do Rio 4 SPE S.A. (CNPJ/MF nº 42.644.220/0001-06), signatárias do Contrato de Concessão nº 32/2021 e 33/2021, ambos assinados em 11 de agosto de 2021.

DocuSign Envelope ID: 30B238B5-90A8-4CC5-8562-95492E497400

ÁGUAS DO RIO

Esclarecemos que, nos termos do disposto no item 3.1 do Caderno de Encargos – Anexo VI do Contrato de Concessão, a Concessionária tem como meta contratual o prazo de 12 anos para universalizar o serviço de esgotamento sanitário e 10 anos para o sistema de fornecimento de água no Município de Itaboraí, por meio de inúmeros investimentos previstos em seu plano de negócios.

Considerando o histórico de abastecimento deficitário na região de Itaboraí, atrelado ao atual contexto de escassez hídrica, esta Concessionária vem envidando esforços em busca de soluções que mitiguem este grave problema de ordem pública para priorizar o aumento da oferta de água tratada no atendimento da população, otimizando o uso dos recursos hídricos para o consumo industrial por meio de soluções alternativas, como a água de reúso de Estações de Tratamento de Esgoto.

Nesse sentido, torna-se premente obter informações atualizadas acerca dos Termos de Ajustamento de Conduta (Comperj) celebrados com a Petrobras no município de Itaboraí, local onde será desenvolvido o polo industrial GASLUB.

Conforme acordado na reunião realizada no dia 16.12.2021 na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, solicitamos o envio de cópia dos seguintes documentos:

1) TACs firmados com a PETROBRAS na região de Itaboraí;
2) Relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro;
3) 125 procedimentos de acompanhamentos das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos;

Sendo estas nossas solicitações, apresentamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A

Alexandre Bianchini Antonio
Presidente

Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Institucional

TVC

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 06 de junho de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 06 de junho de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Procedimento Administrativo nº 46/2020 (MPRJ n. 2020.00174172)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Oficie-se ao INEA, **com cópia da IT nº 001/2022 às fls. 97/105**, solicitando a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha. Fixe-se o prazo de 60 dias para resposta;

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 6 de junho de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.06.06 17:30:33 -03'00'

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 1264/2022 *Itaboraí*, 07 de junho de 2022.

Ref: **PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172**
(Favor mencionar este nº na resposta)

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:** A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "*(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, encaminhando cópia da IT nº 001/2022 do GATE (em anexo), solicitando a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 97/105 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR OUVIDOR
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 07/06/2022, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1542419** e o código CRC **C7FC1671**.

20.22.0001.0014909.2022-26 1542419v2

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 46/2020 – MPRJ 2020.00174172**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição do Ofício 2ª PJTC nº 1264/2022, via email.

Itaboraí, 08 de junho de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 29 de setembro de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 30 de setembro de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ref.: Procedimento Administrativo n. 46/2020 (MPRJ n. 2020.00174172)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV: A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a *"(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/30-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 32/33.

Ofício da Petrobras à fl. 34, instruído de fls. 35/81, contendo informações sobre o cumprimento da obrigação supracitada.

Ofício da SEAS à fl. 88, instruído de fls. 89/91, de indagando se com base nas informações apresentadas pode considerar a obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II como concluídos por parte da fiscalização do INEA e como desnecessária a sua análise por parte da auditoria independente.

Informação Técnica do GATE n. 001/2022 às fls. 97/105, concluindo, em síntese, que: *"(...)De fato, a Petrobras apresentou as informações apresentadas ao INEA solicitadas no item 4.1.1 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ. Contudo conforme relatado nessa Informação Técnica não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha. Pelo exposto, conclui-se que cabe ao INEA avaliar os impactos decorrentes da implantação da fundação das torres e apresentar e definir as medidas mitigadoras e de monitoramento, bem como, apresentar o Inventário Florestal atualizado para dar como cumprida o item 4.1.1 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ. Sanada essas questões, entende-se desnecessária a avaliação da Auditoria Externa do referido item".*

Juntada da Ata de Reunião realizada com representantes da Concessionária Águas do Rio às fls. 107/109, instruído de fls. 111/112. Na oportunidade, a Concessionária esclareceu que foi iniciado em 01 de novembro de 2021 à operação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após sagrar-se vencedora da Concorrência Internacional nº 01/2020, em 26 municípios – incluindo a cidade de Itaboraí, assim como 124 bairros da capital fluminense. Todavia, nos termos do disposto no item 3.1 do Caderno de Encargos – Anexo VI do Contrato de Concessão, a Concessionária tem como meta contratual o prazo de 12 anos para universalizar o serviço de esgotamento sanitário e 10 anos para o sistema de fornecimento de água no Município de Itaboraí, por meio de inúmeros investimentos previstos em seu plano de negócios. Assim, considerando o histórico de abastecimento deficitário na região de Itaboraí, atrelado ao atual contexto de escassez hídrica, a Concessionária vem envidando esforços em busca de soluções que mitiguem este grave problema de ordem pública para priorizar o aumento de oferta de água tratada no atendimento da população, otimizando o uso dos recursos hídricos para o consumo industrial por meio de soluções alternativas, como a água de reuso de Estações de Tratamento de Esgoto. Nesse sentido, faz-se necessário o envio de cópia dos seguintes documentos: (i) TACs firmados com a Petrobras na região de Itaboraí; (ii) relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e (iii) 126 Procedimentos Administrativos de acompanhamento das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Reitere-se** o ofício não respondido;

2- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 30 de setembro de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.09.30 17:29:17 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 948/2022 *Itaboraí*, 28 de abril de 2022.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis e Procedimentos Administrativos que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 343 (trezentos e quarenta e três) inquéritos civis e 146 (cento e quarenta e seis) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 29/04/2022, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1438938** e o código CRC **5C31556B**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 2402/2022 *Itaboraí*, 04 de outubro de 2022.

Ref: **PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172**
(Favor mencionar este nº na resposta)

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:** A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "*(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos do Ofício 2ª PJTC nº 1264/2022, encaminhando cópia da IT nº 001/2022 do GATE (em anexo), solicitando a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 97/105 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR OUVIDOR
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 05/10/2022, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1844401** e o código CRC **964E12F3**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição do Ofício 2ª PJTC nº 2402/2022, via email.

Itaboraí, 13 de outubro de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 07 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 14 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Procedimento Administrativo nº 46/2020 (MPRJ n. 2020.00174172)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Reitere-se o ofício não respondido, com as advertências legais;

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 14 de março de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.03.14 18:03:49 -03'00'

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 382/2023 *Itaboraí*, 22 de março de 2023.

Ref: **PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172**
(Favor mencionar este nº na resposta)

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:** A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "*(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos dos Ofícios 2ª PJTC nº 1264/2022 e 2402/2022, encaminhando cópia da IT nº 001/2022 do GATE (em anexo), requisitando a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.**

Advirto que o não atendimento da presente requisição importará na adoção das medidas cabíveis, especialmente na esfera criminal, pela prática do delito previsto no art. 10 da Lei 7347/85.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 97/105 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR OUVIDOR
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 23/03/2023, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2247578** e o código CRC **F20B7DED**.

20.22.0001.0014909.2022-26 2247578v2

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 46/2020 – MPRJ 2020.00174172**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição do Ofício 2ª PJTC nº 382/2023, via email.

Itaboraí, 23 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 00625918

INTERNO

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras.

Itaboraí, 15 de junho de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 00639621

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 46/2020 (MPRJ n. 2020.00174172)

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Reitere-se** o ofício não respondidos;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 20 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 20-06-2023 12:37

Ofício nº 861/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00648366
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Assunto: PA 46/2020 - MPRJ 2020.001174172
Destinatário: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV: A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos dos Ofícios 2ª PJTC nº 1264/2022, 2402/2022 e 382/2023, encaminhando cópia da IT nº 001/2022 do GATE (em anexo), requisitando a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 26-06-2023 13:47

protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Advirto que o não atendimento da presente requisição importará na adoção das medidas cabíveis, especialmente na esfera criminal, pela prática do delito previsto no art. 10 da Lei 7347/85.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 97/105 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 26 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 00938397

Documento enviado em 29 de junho de 2023:
Ofício 861/2023-2PJTCOITB

INTERNO

VIA EMAIL.

Itaboraí, 05 de setembro de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 00956009

DESPACHO DE PRORROGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 46/2020 (MPRJ n. 2020.00174172)

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV: A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta, obrigou-se a *"(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/30-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 32/33.

Ofício da Petrobras à fl. 34, instruído de fls. 35/81, contendo informações sobre o cumprimento da obrigação supracitada.

Ofício da SEAS à fl. 88, instruído de fls. 89/91, de indagando se com base nas informações apresentadas pode considerar a obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II como concluídos por parte da fiscalização do INEA e como desnecessária a sua análise por parte da auditoria independente.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 11-09-2023 20:05

Informação Técnica do GATE n. 001/2022 às fls. 97/105, concluindo, em síntese, que: *"(...)De fato, a Petrobras apresentou as informações apresentadas ao INEA solicitadas no item 4.1.1 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ. Contudo conforme relatado nessa Informação Técnica não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha. Pelo exposto, conclui-se que cabe ao INEA avaliar os impactos decorrentes da implantação da fundação das torres e apresentar e definir as medidas mitigadoras e de monitoramento, bem como, apresentar o Inventário Florestal atualizado para dar como cumprida o item 4.1.1 da cláusula quinta do TAC II do COMPERJ. Sanada essas questões, entende-se desnecessária a avaliação da Auditoria Externa do referido item".*

Juntada da Ata de Reunião realizada com representantes da Concessionária Águas do Rio às fls. 107/109, instruído de fls. 111/112. Na oportunidade, a Concessionária esclareceu que foi iniciado em 01 de novembro de 2021 à operação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após sagrar-se vencedora da Concorrência Internacional nº 01/2020, em 26 municípios – incluindo a cidade de Itaboraí, assim como 124 bairros da capital fluminense. Todavia, nos termos do disposto no item 3.1 do Caderno de Encargos – Anexo VI do Contrato de Concessão, a Concessionária tem como meta contratual o prazo de 12 anos para universalizar o serviço de esgotamento sanitário e 10 anos para o sistema de fornecimento de água no Município de Itaboraí, por meio de inúmeros investimentos previstos em seu plano de negócios. Assim, considerando o histórico de abastecimento deficitário na região de Itaboraí, atrelado ao atual contexto de escassez hídrica, a Concessionária vem envidando esforços em busca de soluções que mitiguem este grave problema de ordem pública para priorizar o aumento de oferta de água tratada no atendimento da população, otimizando o uso dos recursos hídricos para o consumo industrial por meio de soluções alternativas, como a água de reuso de Estações de Tratamento de Esgoto. Nesse sentido, faz-se necessário o envio de cópia dos seguintes documentos: (i) TACs firmados com a Petrobras na região de Itaboraí; (ii) relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado

do Rio de Janeiro; e (iii) 126 Procedimentos Administrativos de acompanhamento das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1. **Reitere-se o ofício não respondido expedido ao INEA,** encaminhando cópia da

IT nº 001/2022 do GATE (em anexo), requisitando a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha;

2. Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Prazo de prorrogação: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s).

Itaboraí, 11 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 488/2023 *Itaboraí*, 27 de abril de 2023.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os inquéritos civis que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, no total, 299 (duzentos e noventa e nove), conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/04/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2337100** e o código CRC **2281C744**.

ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Sex, 15/09/2023 17:50
Para:Cristina Alfradique Etcharte <cgalfradique@mprj.mp.br>

4 anexos (5 MB)
PLANILHA PA COMPERJ TAC I TIMBRADO.pdf; PLANILHA PA COMPERJ TIMBRADO TAC II (1).pdf; PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO.pdf; Promoção - Ref. E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II pedido de cópia .pdf - assinado.pdf;

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 15:43
Para: Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Cc: Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Dr. Tiago, boa tarde,

Segue abaixo pedido de cópia feito por Águas do Rio, solicitando cópia integral dos PA's do COMPERJ.
Podemos solicitar a atualização do portal RAP e informar que todos os procedimentos estão disponíveis para acompanhamento no referido portal?

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Julia Pinheiro da Silva <julia.psilva@aguasdorio.com.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 14:44
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Cc: Marcelo de Pontes Cavaco <marcelo.cavaco@aguasdorio.com.br>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Prezados,

Em nome da Águas do Rio gostaria de receber informações quanto ao procedimento de obtenção das cópias dos processos administrativos listados nos anexos. Tratam-se de procedimentos instaurados por este Ministério Público para acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC COMPERJ I e II pela Petrobrás. A Águas do Rio já foi autorizada receber as referidas cópias conforme promoção em anexo.

Obrigada desde já, abraços.

Att.;

Júlia Pinheiro da Silva
Assistente Jurídico
+55 21 97155-0129
Av. Rodrigues Alves / Armazén 2 - Saúde
Rio de Janeiro/RJ
CEP 20081-250
http://www.aguasdorio.com.br

Ref.: E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Juntar** cópia da presente promoção e do e-mail em anexo aos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II;

2. **Defiro** o pedido de cópia integral dos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, com as cautelas de estilo;

3. Não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020. **Proceda-se** a entrega virtual integral do Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, digitalizado, conforme solicitado.

Itaboraí, 15 de setembro de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.09.15 17:49:15 -03'00'

Ofício nº 1708/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00965411
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Assunto: PA 46/2020 - MPRJ 2020.001174172
Destinatário: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV: A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos dos Ofícios 2ª PJTC nº 1264/2022, 2402/2022, 382/2023 e 861/2023, encaminhar cópia da IT nº 001/2022 do GATE (em anexo), requisitando a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 25-09-2023 09:52

protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Advirto que o não atendimento da presente requisição importará na adoção das medidas cabíveis, especialmente na esfera criminal, pela prática do delito previsto no art. 10 da Lei 7347/85.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 97/105 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 25 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 01009188

INTERNO

Em 25/09/2023, procedi à expedição do Ofício 1708/2023.

Itaboraí, 25 de setembro de 2023

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 01480911

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 46/2020 (MPRJ n. 2020.00174172)

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Reitere-se** o ofício não respondido;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 17 de janeiro de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 17-01-2024 16:30

Ofício nº 184/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01524330
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Assunto: PA 46/2020 - MPRJ 2020.001174172
Destinatário: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Promotora de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv).

No uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos dos Ofícios 2ª PJTC nº 1264/2022, 2402/2022, 382/2023, 861/2023-2PJTCOITB e 1708/2023-2PJTCOITB, requisitar a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

MPRJ Documento assinado por GLAUCIA MARIA DA COSTA SANTANA em 26-01-2024 11:30

Advirto que o não atendimento da presente requisição importará na adoção das medidas cabíveis, especialmente na esfera criminal, pela prática do delito previsto no art. 10 da Lei 7347/85.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e da IT do GATE nº 001/2022 (fls. 97/105) do presente procedimento.

Itaboraí, 26 de janeiro de 2024

GLÁUCIA MARIA DA COSTA SANTANA
Promotor(a) de Justiça - Mat. 1818

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 01538025

Documento enviado em 29 de janeiro de 2024:
Ofício 184/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via E-mail

Itaboraí, 29 de janeiro de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01693683

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e Procedimento Administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TACs do COMPERJ[1]

Como se sabe, o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

No dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

Os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Isto posto, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 09:41

cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

Tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ"*.

Noutro giro, esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA

ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

Considerando que o STJ no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8) firmou a tese que: *"(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)"*

O Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

O direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

O Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

A transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

Ressalta-se que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever

de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

A publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas, não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

No que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

O Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: *"(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)*

A Lei n. 10.650/2003, estabelece que: *(...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).*

A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: *"São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".*

A Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: *"São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".*

Em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

A omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

Indubitavelmente a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

Nessa toada, o MPRJ registra que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos

controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e *accountability*.

Ressalta-se que esta Promotoria de Justiça em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

É o breve relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

I. **Expeça-se imediatamente recomendação ao Presidente do INEA e ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, a fim de que: ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas do TAC do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias,***

críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC. O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis;

II. **Juntar** cópia da presente promoção e da recomendação expedida em todos os Procedimentos Administrativos (em andamento) do TAC COMPERJ I e II;

III. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

[1] TAC I e II: PA 150/2019 – MPRJ n. 2019.00977739; PA 151/2019 – MPRJ n. 2019.00978524; PA 152/2019 - MPRJ 2019.00978517; PA 153/2019 - MPRJ 2019.00978521; PA 154/2019 - MPRJ 2019.00977734; PA 155/2019 - MPRJ 2019.00977724; PA 158/2019 - MPRJ 2019.00977717; PA 159/2019 - MPRJ 2019.00977681; PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785; PA 161/2019 - MPRJ 2019.00978783; PA 162/2019 - MPRJ 2019.0097871; PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778; PA 164/2019 - MPRJ 2019.00978775; PA 165/2019 - MPRJ 2019.00978774; PA 166/2019 - MPRJ 2019.00978764; PA 169/2019 - MPRJ 2019.00978758; PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821; PA 172/2019 - MPRJ 2019.00978813; PA 173/2019 - MPRJ 2019.00978810; PA 176/2019 - MPRJ 2019.00978802; PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799; PA 179/2019 - MPRJ 2019.00978793; PA 180/2019 - MPRJ 2019.00978685; PA 181/2019 - MPRJ 2019.00978683; PA 183/2019 - MPRJ 2019.00978680; PA 188/2019 - MPRJ 2019.00978818; PA 189/2019 - MPRJ 2019.00978816; PA 190/2019 - MPRJ 2019.00978751; PA 192/2019 - MPRJ 2019.00978745; PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743; PA 194/2019 - MPRJ 2019.00978740; PA 195/2019 - MPRJ 2019.00978738; PA 196/2019 - MPRJ 2019.00978733; PA 197/2019 - MPRJ 2019.00978731; PA 198/2019 - MPRJ 2019.00978707; PA 199/2019 - MPRJ 2019.00978699; PA 200/2019 - MPRJ 2019.00978687; PA 201/2019 - MPRJ 2019.00978654; PA 202/2019 - MPRJ 2019.00978628; PA 203/2019 - MPRJ 2019.00978638; PA 204/2019 - MPRJ 2019.00978625; PA 205/2019 - MPRJ 2019.00978623; PA 206/2019 - MPRJ 2019.00978615; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605; PA 208/2019 - MPRJ 2019.00978582; PA 209/2019 - MPRJ

2019.00978564; PA 210/2019- MPRJ 2019.00978560; PA 211/2019 - MPRJ 2019.00978555; PA 06/2020 - MPRJ 2020.00174213; PA 08/2020 - MPRJ 2020.00174210; PA 09/2020 - MPRJ 2020.00174209; PA 10/2020 - MPRJ 2020.00174208; PA 11/2020 - MPRJ 2020.00174207; PA 12/2020 - MPRJ 2020.00174206; PA 13/2020 - MPRJ 2020.00174205; PA 14/2020 - MPRJ 2020.00174204; PA 15/2020 - MPRJ 2020.00174203; PA 16/2020 - MPRJ 2020.00174202; PA 17/2020 - MPRJ 2020.00174201; PA 18/2020 - MPRJ 2020.00174200; PA 19/2020 - MPRJ 2020.00174199; PA 20/2020 - MPRJ 2020.00174198; PA 21/2020 - MPRJ 2020.00174197; PA 22/2020 - MPRJ 2020.00174196; PA 23/2020 - MPRJ 2020.00174195; PA 24/2020 - MPRJ 2020.00174194; PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193; PA 26/2020 - MPRJ 2020.00174192; PA 27/2020 - MPRJ 2020.00174191; PA 28/2020 - MPRJ 2020.00174190; PA 29/2020 - MPRJ 2020.00174189; PA 31/2020 - MPRJ 2020.00174187; PA 32/2020 - MPRJ 2020.00174186; PA 33/2020 - MPRJ 2020.00174185; PA 36/2020 - MPRJ 2020.00174182; PA 37/2020 - MPRJ 2020.00174181; PA 39/2020 - MPRJ 2020.00174179; PA 41/2020 - MPRJ 2020.00174177; PA 43/2020 - MPRJ 2020.00174175; PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172; PA 47/2020 - MPRJ 2020.00174171; PA 48/2020 - MPRJ 2020.00174170; PA 51/2020 - MPRJ 2020.00174167; PA 52/2020 - MPRJ 2020.00174166; PA 53/2020 - MPRJ 2020.00174165; PA 54/2020 -MPRJ 2020.00174164; PA 55/2020 - MPRJ 2020.00174163; PA 56/2020 - MPRJ 2020.00174162; PA 57/2020 - MPRJ 2020.00174161; PA 58/2020 - MPRJ 2020.00174160; PA 59/2020 - MPRJ 2020.00174159; PA 60/2020 - MPRJ 2020.00174158; PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157; PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156; PA 65/2020 - MPRJ 2020.00174153.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 001/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694367
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023

(Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: "(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)".

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões

consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

> O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: "(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: "São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: "São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei

Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 002/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694303
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - INEA

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima,

obrigou-se a “(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade”.

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: “(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)”.

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o

atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: “(...) é dever dos

> órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: “São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social”.

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: “São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade”.

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios

dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts.

51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 01999353

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 46/2020 MPRJ 202000174172

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Reitere-se** o ofício não respondido;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 26 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 26-04-2024 10:37

Ofício nº 1233/2024-2PJTCOITB
Documento id. 02013078
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Assunto: PA 46/2020 - MPRJ 2020.001174172
Destinatário: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV: A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado". [1]

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos dos Ofícios 2ª PJTC nº 1264/2022, 2402/2022, 382/2023, 861/2023-2PJTCOITB, 1708/2023-2PJTCOITB e 184/2024-2PJTCOITB, requisitar a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 03-05-2024 09:04

protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Advirto que o não atendimento da presente requisição importará na adoção das medidas cabíveis, especialmente na esfera criminal, pela prática do delito previsto no art. 10 da Lei 7347/85.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e da IT do GATE nº 001/2022 (fls. 97/105) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

[1] https://www.mprj.mp.br/web/portal-rap/projetos/tac-comperj

Itaboraí, 03 de maio de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 02041460

Documento enviado em 03 de maio de 2024:
Ofício 1233/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via E-mail

Itaboraí, 03 de maio de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Of.INEA/SERVCONTE Nº9 Rio de Janeiro, 24 de maio de 2024

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-113

Ref.: Ofício 2ª PJTC nº 1233/2024

PA 46/2020- MPRJ 2020.001174172

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção às obrigações contidas nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv).

4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV: A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "(...) *apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado*", venho informar o que se segue.

Em atenção ao Ofício 1233/2024 que reitera os termos dos Ofícios 2ª PJTC nº 1264/2022, 2402/2022, 382/2023, 861/2023-2PJTCOITB, 1708/2023-2PJTCOITB e 184/2024-2PJTCOITB, e *requisita a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha,* ***com todas as vênias devidas, em razão da demora no encaminhamento da presente resposta,*** sirvo-me do presente para submeter à consideração desse ilustre membro do *parquet* a manifestação da Coordenadoria de Estudos Ambientais (COOEAM), que abordou os temas contidos na solicitação em epígrafe através da manifestação técnica (58360771).

Por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos disponibilizados.

Sem mais no momento, mantenho-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Anexos: I - Manifestação COOEAM (58360771);
II - Despacho DIRLAM (75186424);
III - Despacho DIRLAM (75355363).

Atenciosamente,

Atenciosamente

Marcelo F.Souto de Carvalho

Coordenador dos TAC´S DO COMPERJ

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fernando Souto de Carvalho**, **Adjunto**, em 24/05/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **75386134** e o código CRC **AAEDA92D**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000386/2020 SEI nº 75386134

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Ao SERVECONTE,

Em atenção à requisição ministerial em tela, sobre as considerações apresentadas junto a Informação Técnica (IT) nº 001/2022 do GATE, requisitando a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, sobre os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho previsto da alteração do traçado da linha, esta Coordenadoria vem através deste apresentar a seguinte manifestação.

Esclarecemos que após a solicitação da mudança do traçado da linha de transmissão, não foram identificados impactos ambientais diferentes dos que haviam sido levantados no início da análise, tendo em vista que a nova área possui características semelhantes ao projeto inicial. Em diagnóstico apresentado pela Petrobras, foi mencionado que em função da alteração na quantidade de torres necessárias à instalação da linha de transmissão, foi projetada a locação de torres de transmissão próxima aos campos úmidos do afluente do rio Macacu, dentro do Comperj.

Considerando o questionamento quanto a possibilidade de rebaixamento do lençol freático na área do empreendimento por conta do aumento do número de torres, de 42 para 50, esta COOEAM entende que mesmo que tenha sido utilizada tecnologia na qual faz-se necessário o rebaixamento do lençol freático de maneira pontual, no momento da instalação da estrutura, após a execução das obras o lençol freático retornaria ao seu nível natural, dessa forma, não vislumbramos que exista relação entre a instalação das torres e o rebaixamento do lençol freático na área objeto. Todavia, não se tem conhecimento de que tenha sido necessária a utilização deste tipo de tecnologia citada.

A emissão da Licença de Operação LO nº IN012485 teve como subsídio manifestação da GELAF/DILAM, que avaliou os aspectos sobre fauna e flora do licenciamento. Nesta análise foi atestada o cumprimento das condicionantes da Licença de Instalação LI n° IN050756 relacionados aos compromissos apresentados no Inventário Florestal do empreendimento, além de mencionar o cumprimento do item 4.1.1 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ através da apresentação da Carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0019/2020.

Sendo o que se apresenta para o momento, externamos votos de apreço e consideração e nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Maíra Vieira Zani
Chefe de Serviço
Coordenadoria de Estudos Ambientais
ID 4465325-5

De acordo:
João Eustáquio Nacif Xavier
Coordenador

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2023

Documento assinado eletronicamente por **Maíra Vieira Zani**, **Chefe de Serviço**, em 17/05/2024, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **João Eustáquio Nacif Xavier**, **Arquiteto**, em 20/05/2024, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **58360771** e o código CRC **DB6C49AA**.

Referência: Processo nº SEI-070026/000386/2020 SEI nº 58360771

Criado por celinaos, versão 15 por mairavz em 17/05/2024 14:06:36.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Licenciamento Ambiental

A D. Ouvidoria do Inea, em devolução,

Sra. Ouvidora,

Trata-se de requerimento da D. Ouvidoria do Inea (34280178) e posteriores reiterações, relacionada ao Ofício Ministerial (34210656) e posteriores reiterações, "*solicitando a complementação das informações na forma sugerida pela equipe do GATE, uma vez que não foram observados pelo INEA, nos documentos protocolados, os potenciais impactos ambientais decorrentes do rebaixamento do lençol subterrâneo no decorrer da implantação das fundações das torres na planície de inundação e a apresentação do Inventário Florestal referente ao trecho prevista a alteração do traçado da linha*".

Em resposta ao mesmo, encaminhamos a manifestação da Cooeam (58360771), emitida em 31/08/2023, esclarecendo que após a solicitação da mudança do traçado da linha de transmissão, não foram identificados impactos ambientais diferentes dos que haviam sido levantados no início da análise, tendo em vista que a nova área possui características semelhantes ao projeto inicial. Em diagnóstico apresentado pela Petrobras, foi mencionado que em função da alteração na quantidade de torres necessárias à instalação da linha de transmissão, foi projetada a locação de torres de transmissão próxima aos campos úmidos do afluente do rio Macacu, dentro do Comperj. Considerando o questionamento quanto a possibilidade de rebaixamento do lençol freático na área do empreendimento por conta do aumento do número de torres, de 42 para 50, esta COOEAM entende que mesmo que tenha sido utilizada tecnologia na qual faz-se necessário o rebaixamento do lençol freático de maneira pontual, no momento da instalação da estrutura, após a execução das obras o lençol freático retornaria ao seu nível natural, dessa forma, não vislumbramos que exista relação entre a instalação das torres e o rebaixamento do lençol freático na área objeto. Todavia, não se tem conhecimento de que tenha sido necessária a utilização deste tipo de tecnologia citada." Dentre outros.

Ressaltamos ainda que todos os processos de licenciamento deste Instituto estão sendo migrados para a plataforma SEI-RJ, e o presente (EXT-PD/007.10378/2021), já pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: www.portalsei.rj.gov.br

Era o que tínhamos para informar e por isso devolvemos este processo administrativo para as providências que julgarem pertinentes, aproveitando o ensejo para renovar os protestos de elevada

estima e distinta consideração, nos colocando à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Cristiane Arcos Libânio
Analista Jurídica - OAB/RJ 125.067
Inea/Diretoria de Licenciamento Ambiental – Dirlam

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2024

Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Arcos Libânio**, **Analista Jurídica**, em 22/05/2024, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **75186424** e o código CRC **A7C633F2**.

Referência: Processo nº SEI-070026/000386/2020 SEI nº 75186424

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por cristianearcosl, versão 2 por cristianearcosl em 22/05/2024 14:52:36.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Licenciamento Ambiental

A D. Ouvidoria do Inea, em explicação,
Com destino ao Servconte,

Sra. Ouvidora,

Rerratificando o despacho 75186424, de 22/05/2024, ressalto que apesar do despacho da Cooeam ter sido iniciado em 31/08/2023, o mesmo foi por muitas vexes alterado e atualizado, e apenas foi assinado em 17/05/2024 (conforme pode ser observado no mesmo 58360771), motivo pelo qual apenas em 22/05/2024 pudemos encaminhá-los como resposta.

Era o que tínhamos para informar e por isso devolvemos este processo administrativo para as providências que julgarem pertinentes, aproveitando o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração, nos colocando à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Cristiane Arcos Libânio
Analista Jurídica - OAB/RJ 125.067
Inea/Diretoria de Licenciamento Ambiental – Dirlam

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2024

Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Arcos Libânio**, **Analista Jurídica**, em 24/05/2024, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **75355363** e o código CRC **C718B41A**.

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por cristianearcosl, versão 2 por cristianearcosl em 24/05/2024 14:51:49.

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 02222813

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 46/2020- MPRJ 2020.001174172

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. Acusando o recebimento do ofício de index 02212386, **oficie-se à SEAS/INEA** solicitando que informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II, de maneira a dar transparência para a sociedade a avaliação do cumprimento contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II, bem como permitir uma avaliação crítica das ações realizados e dos resultados obtidos;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 28 de maio de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 28-05-2024 09:02

Ofício nº 1505/2024-2PJTCOITB
Documento id. 02230253
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Assunto: PA 46/2020 - MPRJ 2020.001174172
Destinatário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS; Instituto Estadual do Ambiente - INEA
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv). 4) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV: A PETROBRAS, no item 4.1.1 e 4.2 do cláusula quinta, obrigou-se a "(...) apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado". [1]

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Of.INEA/SERVCONTE Nº9, solicitar que informe se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 29-05-2024 08:47

informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II, de maneira a dar transparência para a sociedade a avaliação do cumprimento contida nos itens 4, 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II, bem como permitir uma avaliação crítica das ações realizados e dos resultados obtidos. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e do Of.INEA/SERVCONTE Nº9 (id. 02212386) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

[1] https://www.mprj.mp.br/web/portal-rap/projetos/tac-comperj

Itaboraí, 29 de maio de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0006746/2023-41
Documento id. 02232594

Documento enviado em 29 de maio de 2024:
Ofício 1505/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via E-mail

Itaboraí, 29 de maio de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787